

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Juíza é assassinada no Rio; outros 69 estão ameaçados

**Linha dura contra milícias, Patrícia Acioli levou 21 tiros,
magistrados reclamam de insegurança em todo o País**

Uma juíza foi assassinada ontem com 21 tiros ao ser cercada em seu carro, quando chegava em casa, em Niterói (RJ). Patrícia Lourival Acioli, de 47 anos, era conhecida por atuar de forma rigorosa contra policiais envolvidos com milícias, grupos de extermínio e máfias de vans, combustível e caça-níquel, além de traficantes e bicheiros. O caso expôs a insegurança de juízes que lidam com o crime organizado – uma lista da Corregedoria Nacional de Justiça relaciona 69 magistrados sob risco no País. Patrícia contou com escolta policial entre 2002 e 2007, mas, quando soube que a proteção seria reduzida a apenas um PM, irritou-se e preferiu abrir mão dela. “Não há segurança nenhuma”, disse o juiz titular da 1.ª Vara Criminal do Rio, Fábio Uchôa. Na Bahia, os magistrados temem ser mortos dentro do próprio tribunal.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 AGO 2011

Juíza é executada com 21 tiros no Rio

A juíza Patrícia Lourival Acioli foi assassinada no fim da noite de anteontem, quando chegava em casa, no bairro de Tibau, em Piratininga, região oceânica de Niterói. Titular da 4.^a Vara Criminal de São Gonçalo, a magistrada foi atingida por 21 tiros disparados por motoqueiros que cercaram seu carro. Trata-se do primeiro caso de execução de um magistrado no Estado, segundo o Tribunal de Justiça do Rio.

Patrícia era conhecida por atuar de forma rigorosa contra grupos de extermínio e milícias. Nos últimos anos, condenou dezenas de policiais envolvidos com milícias, grupos de extermínio e máfias de vans, combustível e caça-níquel, além de traficantes e bicheiros. Anteontem, havia decretado a prisão preventiva de PMs acusados de forjar um auto de resistência.

Seu nome era um dos 12 de uma lista encontrada com Wanderson Silva Tavares, o Gordinho, preso em janeiro em Guarapari (ES), acusado de chefiar um grupo de extermínio. Apesar de ser alvo de ameaças de morte, ela andava sem proteção policial ou veículo blindado.

A execução causou reação imediata no País. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, solicitou que a Polícia Federal auxiliasse nas investigações. No Rio, o presidente do TJ, Manoel Alberto Rebelo dos Santos, escalou uma força-tarefa para concluir os processos de Patrícia. Já o secretário de Segurança, José Maria Beltrame, considerou o crime "bárbaro" e

destacou 120 homens da Divisão de Homicídios para atuar no caso. O assassinato ocorre em um momento crítico para a política de segurança do Rio, que voltou a conviver com crimes violentos ou de grande repercussão — como o sequestro de um ônibus no centro, na terça-feira.

O crime. Patrícia retornava do trabalho quando foi assassinada, às 23h45. De acordo com vizinhos, quatro homens em duas motos participaram da execução. Eles contavam com a cobertura de um carro. A maioria dos disparos foi na janela e no parabrisa do lado do motorista. Quatro tiros acertaram a porta.

Os criminosos, segundo os policiais, conheciam a rotina da vítima. Na hora do crime, os três filhos de Patrícia, que têm entre 12 e 20 anos, estavam em casa. Após os disparos, o mais velho ainda quebrou um dos vidros do carro para tentar socorrer a mãe.

A Divisão de Homicídios (DH) da Polícia Civil trabalha com a hipótese de execução. O namorado da juíza, o PM Marcelo Poubel Araújo, depôs durante seis horas, mas a hipótese de crime passionai foi descartada. O diretor da DH, Felipe Ettore, classificou a investigação como "complexa".

Pelo menos dez pessoas já foram ouvidas, entre vizinhos e familiares. O vigia da guarita do único acesso à rua onde a magistrada morava não foi encontrado. O corpo de Patrícia foi enterrado ontem, no Cemitério de Maruí, em Niterói. Cerca de 300 pessoas acompanharam o sepultamento.

CONTINUA

'Ela tinha um problema muito sério: não tinha medo. E era linha-dura mesmo'

Conhecida pelo rigor e por uma atuação definida como rápida e linha-dura, a juíza Patrícia Loureiro Acioli ganhou notoriedade ao condenar policiais militares acusados de liderar grupos de extermínio e de forjar autos de resistência (mortes em alegados confrontos) em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio.

Em setembro, ela foi responsável pela prisão de quatro PMs acusados de integrar grupo de extermínio investigado por 11 assassinatos. Em janeiro, decretou a prisão de seis policiais do 7.º BPM denunciados por homicídio, em casos antes registrados como autos de resistência.

Anteontem, pouco antes de ser morta, havia determinado a prisão preventiva de um grupo de PMs por homicídio duplamente qualificado em decorrência de autos de resistência.

"Ela achava que combater essas milícias e grupos de extermínio era uma missão, que ela era uma justiceira", disse uma defensora pública. "Ela costumava dizer que detestava matador e PM matador era um milhão de vezes pior." A defensora, que pediu para não ser identificada, chegou a representar réus julgados por Patrícia, mas as duas se tornaram amigas. "Ela era extremamente competente e era linha dura mesmo. Em alguns casos, era muito difícil trabalhar, porque ela dava penas altíssimas."

Mesmo após as ameaças, a juíza manteve o pulso firme, lembra a amiga. "Ela tinha um problema muito sério: não tinha

medo. Eu dizia para ela trocar a vara criminal por uma de família, mas ela acreditava que aquela era a vida dela."

'Áspera'. Patrícia começou a carreira como defensora pública na Baixada Fluminense e ingressou na magistratura em dezembro de 1992. Em 1999, foi promovida a juíza da 4.ª Vara Criminal de São Gonçalo, onde atuava havia 12 anos.

Parentes de policiais julgados por ela criticavam sua atuação, afirmou o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP-RJ), que disse ter recebido denúncias sobre a conduta de Patrícia. "A forma como ela conduzia as sessões era muito áspera. Ela chamava os réus de bandidos, beirando o abuso de autoridade", disse o deputado. "Repúdio a atitude que foi tomada contra ela, mas ela tinha essa forma de trabalhar que criou várias inimizades."

Bacharéis que atuaram com Patrícia rebateram o deputado. "Ela jamais agiu de maneira desrespeitosa com o réu. Era educada e nunca criou nenhum desentendimento."

Medo. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Patrícia declarou: "Não tenho medo de ameaça. Quem quer fazer algo vai e faz, não fica ameaçando. Ninguém morre antes da hora. Sei que, no imaginário popular, a juíza é quem faz tudo, mas é a polícia que investiga, são os promotores que fazem a denúncia e é o júri que julga."

A reportagem, publicada em 2010, recebeu o título *Uma Juíza Linha-dura no Caminho dos PMs*. Apesar de ter declarado não temer ameaças, não permitiu que seu rosto fosse fotografado para preservar a família. Patrícia era a única a julgar homicídios em São Gonçalo. O Tribunal de Justiça disse que três juízes vão atuar na 4.ª Vara Criminal.

Patrícia tinha 47 anos, três filhos e namorava o policial Marcelo Poubel.

CONTINUA

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Parentes da magistrada protestaram durante enterro

Mais de 300 pessoas acompanharam sepultamento; para Cabral, crime é desafio à ordem pública

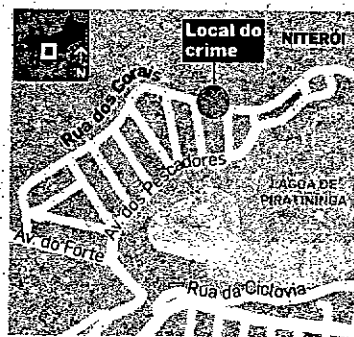
RIO

Parentes da juíza Patrícia Acioli reagiram com revolta à execução da magistrada e classificaram como negligente a suspensão de sua escolta particular. Ao mesmo tempo, autoridades que participaram do sepultamento no Cemitério de Maruí, em Niterói, circulavam com seguranças.

“Se isso aconteceu, é porque em algum momento o Estado falhou”, disse um parente que pediu para não ser identificado. “Ela morreu porque acreditava na Justiça, mas o sistema falhou. A bandidagem perdeu o medo do Estado”, afirmou. O enterro foi acompanhado por cerca de 300 pessoas, incluindo juízes, promotores e advogados, que aplaudiram Patrícia durante o cortejo e o enterro.

O governador Sérgio Cabral e o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, não foram ao enterro. Mais cedo, Cabral declarou que o crime “é um desafio à ordem pública e ao estado democrático de direito”. Beltrame classificou o crime como bárbaro e afirmou que “o momento é

ONDE FOI



INFOGRÁFICO/AE

de investigar, apresentar resultados e falar pouco”.

Resposta. Representantes do Judiciário afirmaram que não recuarão diante do assassinato e pretendem intensificar as investigações contra os grupos criminosos da região. “Vamos montar uma força-tarefa na região de São Gonçalo para mostrar que, quanto mais nos atacarem, mais vamos pressioná-los”, declarou o desembargador Antonio Cesar Siqueira, presidente da Associação de Magistrados do Rio (Amaerj). “Temos de tomar medidas drásticas. Não vamos nos acovardar e não vamos arredar um milímetro.”

O Ministério Público também estuda a possibilidade de aumentar o número de promotores que atuam em São Gonçalo e promete reforçar a segurança de seus

São Gonçalo é cidade marcada pela violência

● Segunda cidade mais populosa do Estado, com 999.728 habitantes, São Gonçalo é marcada pela violência. A taxa de homicídio por 100 mil habitantes é 32% superior à do resto do Estado. Em 2010, o índice estava em 39,4 – o do Rio foi 29,8. Com a pacificação de favelas cariocas, virou refúgio de traficantes que deixaram seus redutos. No mapa da pobreza do Estado, está em 22º lugar entre 92 cidades. /c.t.

profissionais.

Vizinhaça. No condomínio onde Patrícia morava com os três filhos, no bairro de Piratininga, em Niterói, vizinhos contam que os tiros foram ouvidos em toda a rua. O local é considerado tranquilo, mas há dezenas de câmeras de segurança espalhadas pelas ruas.

No Fórum de São Gonçalo, o gabinete da juíza foi lacrado pelo Departamento de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça. As bandeiras passaram o dia a meio mastro e o cartório da 4.ª Vara Criminal não prestou atendimento. /B.S.

CONTINUA

Juíza abriu mao de escolta de um só PM

13 AGO 2011

Tribunal diminuiu nº de policiais por achar que ela não precisava de proteção maior

Embora não contasse mais com proteção designada pelo Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) havia quatro anos, a juíza Patrícia Acioli, assassinada na quinta-feira à noite, jamais deixou de sofrer ameaças. Ela contou com escolta máxima, feita por três policiais militares, 24 horas por dia, entre 2002 e 2007.

Em julho daquele ano, após ser informada de que a segurança seria reduzida a somente um policial militar, Patrícia desistiu da proteção, segundo o presidente do TJ-RJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

O pedido deve partir dos juízes e Patrícia jamais solicitou escolta, mas teve a segurança determinada pelo Tribunal de Justiça em 2002 por causa das ameaças que sofria.

Em 2007, no entanto, a Diretoria-geral de Segurança Institucional do TJ-RJ "chegou à conclusão de que não havia necessidade de Patrícia continuar com aquela segurança intensa", disse Santos.

Segundo parentes, a redução do número de PMs aborreceu Pa-

trícia, que por isso dispensou a escolta.

"Havia na época algum tipo de ameaça, mas ela realmente acabou, porque de 2007 para cá nada aconteceu", disse o presidente da Associação dos Magistrados do Rio, desembargador Antônio César Siqueira.

O presidente do TJ-RJ, que assumiu o cargo em fevereiro deste ano, também afirmou jamais ter sido informado pela juíza sobre quaisquer ameaças a ela.

Investigação. No entanto, investigação conduzida pela Delegacia de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) entre 2007 e 2008 interceptou ameaças de morte contra Patrícia dentro da carceragem de Neves, em São Gonçalo. Comunicados começaram a circular entre detidos em uma operação contra o transporte público ilegal no município e criminosos que ainda estavam em liberdade.

A Draco informou ao Tribunal de Justiça do Rio sobre as ameaças, mas não conseguiu identificar os responsáveis pelo planejamento do suposto atentado. "Nossos juízes podem ficar tranquilos, pois qualquer um deles que se sentir ameaçado terá a segurança que for necessária. Mas não temos o dom de adivinhar, é preciso que o juiz nos informe", disse o desembargador.

De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança, cerca de 300 policiais militares são cedidos ao Tribunal de Justiça do Rio para trabalhar na segurança de juízes, desembargadores e demais funcionários.

"A alocação deles fica a critério do TJ-RJ", disse o secretário José Mariano Beltrame.



Apuração e punição

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, pediu apuração rápida do crime e punição rigorosa dos responsáveis. Disse ainda que a morte foi um atentado ao Estado de Direito.

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

Brasil tem 69 magistrados sob ameaça e 13 em situação de risco

Levantamento parcial do CNJ mostra que Paraná é o Estado com mais casos – 30 no total. São Paulo não informou dados



13 AGO 2011

Corregedora. 'Nós temos cochilado um pouco', diz Eliana

Existem hoje no Brasil pelo menos 69 juízes ameaçados e 13 em situação de risco, segundo dados divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E o Judiciário está falhando na segurança dos magistrados, segundo a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon. "Nós muitas vezes cochilamos um pouco quanto à segurança de magistrados que brigam e trabalham com assuntos muito sérios como foi o caso dessa magistrada (*Patrícia*). Temos uma segurança falha. Nós efetivamente temos cochilado um pouco", reconheceu.

Em junho, informada sobre ameaças sofridas por juízes, Eliana Calmon enviou ofícios aos presidentes de todos os tribunais brasileiros pedindo que fossem adotadas "práticas efetivas para garantir a segurança de magistrados, em especial nas Varas Criminais e de Execução Penal".

Ela também pediu aos tribunais que informassem em um prazo de 15 dias se existiam juízes ameaçados. Nem todos responderam. Por esse motivo, o número de juízes ameaçados deve

ser maior. A corregedoria não recebeu, por exemplo, os dados de São Paulo.

Por enquanto, o Paraná é campeão em ameaças. De acordo com os dados, 30 magistrados são ameaçados no Estado. No Rio, dez juízes sofreram ameaça e 13 são escoltados. Há casos de magistrados não ameaçados, mas que recebem escolta em decorrência do cargo ocupado – como a presidência de um tribunal.

Eliana contou que após o assassinato de Patrícia entrou em contato com autoridades do Tribunal de Justiça do Rio e foi informada de que a juíza teria recebido a oferta para se transferir para uma vara "mais amena". No entanto, alegando que amava o que fazia, teria continuado à frente da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo.

Medidas. "Há muito tempo ela batia de frente com esses grupos de extermínio e outros como do transporte ilegal de vans, bicheiros. Era uma juíza rigorosíssima. Só posso lamentar esse bárbaro ataque, mas não creio que isso vai inibir a magistratura. Isso pode assustar um pouco, mas não pode inibir o Judiciário. A morte da doutora Patrícia não ficará em vão. Os magistrados brasileiros podem estar certos de que não estão sozinhos", afirmou Eliana Calmon.

A corregedora defendeu que processos sobre crimes praticados por grupos de extermínio tramitem perante vários juízes e não fiquem a cargo de apenas um magistrado. "Não se pode ter uma vara de execução como esta, com um juiz apenas. Tem de diluir essa responsabilidade."

CONTINUA

13 AGO 2011
O ESTADO DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça
Gabinete da Corregedoria

Ofício-Circular nº 038/CNJ/COR/2011

Brasília, 24 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador MANOEL ALBERTO REBÊLO DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, tendo em vista as ações e estudos da Corregedoria Nacional de Justiça em prol da segurança dos magistrados brasileiros, recomendo a Vossa Excelência que determine a adoção de práticas efetivas para garantir a segurança dos magistrados, em especial daqueles que julgam em Varas Criminais e de Execução Penal.

Ainda, solicito que informe a Corregedoria Nacional de Justiça, em quinze dias, se existem magistrados ameaçados no tribunal dirigido por Vossa Excelência, constando os nomes e lotações.

Atenciosamente,

Ministra Eliana Calmon
Corregedora Nacional de Justiça

Alerta. Ofício da ministra Eliana Calmon ao TJ-RJ cobrava 'práticas efetivas para garantir a segurança dos magistrados'

'A resposta deve ser dada por meio de investigação eficaz e pela agilidade do Judiciário'

Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça e advogado criminalista

O ESTADO DE S. PAULO

Fábio Uchôa, juiz titular da 1ª Vara Criminal do Rio

13 AGO 2011

'Não há segurança nenhuma',

resume juiz

Uchôa diz que avanço do crime organizado tem de ser confrontado com estratégia institucional, não policiais à paisana

A reportagem do **Estado** recebeu ontem várias denúncias de juizes que, mesmo sob ameaças, tiveram a escolta policial retirada pelo Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ). Nenhum deles, no entanto, quis gravar depoimento com críticas ao órgão, por temer retaliações. Com décadas de experiência na magistratura, o juiz titular da 1ª Vara Criminal da Capital, Fábio Uchôa, saiu em defesa dos colegas ameaçados e disse considerar inexistente a segurança aos magistrados.

● Como o senhor avalia a segurança oferecida aos juizes das Varas Criminais do Rio?

Não há segurança nenhuma. Essa ideia de colocar policiais à paisana em sistema de rodízio atrás do magistrado não é a melhor. Tem de haver uma relação de confiança e até de afetividade entre o juiz e o segurança. A segurança deve ser institucional. Não sei como funciona o DGSEI (Departamento de Segurança Institucional do TJ-RJ). Na entrada do fórum da capital existem detectores de metal, mas também não sei até que ponto isso é confiável. Eu não confio. Se você me perguntar, eu não tenho a resposta pronta de como deve funcionar a segurança dos juizes, mas sei que o risco é potencial e esse assunto precisa ser repensado.



● Convívio. Juiz diz que Patrícia era intolerante à corrupção

● Que mensagem o assassinato da juíza Patrícia Acioli deixa?

Na minha ótica, nós vivemos um afrouxamento das leis penais para crimes gravíssimos. Recentemente, a Lei 12.403 colocou fim às prisões preventivas para os crimes com penas de até quatro anos de prisão. Um homicídio simples tem pena de até seis anos e isso não tem um efeito intimidativo. Em segundo lugar, temos de prestar atenção ao avanço e à audácia das milícias, que se alastram e tomam conta da cidade. Elas substituíram o tráfico de drogas em alguns locais e utilizam métodos violentos. Além disso, em todos os casos contam com o envolvimento de agentes públicos, sejam policiais, bombeiros ou guardas penitenciários.

● Como era sua relação com a juíza?

Trabalhei com a Patrícia Acioli em 1988, na comarca de Nova Iguaçu (*Baixada Fluminense*), quando ela ainda era defensora

pública. Naquele tempo a Patrícia já se destacava pelo comportamento intolerante à corrupção. Ela não admitia as arbitrariedades de grupos de extermínio, da milícia ou do tráfico de drogas. Desempenhava sua profissão exemplarmente, com precisão, firmeza e coragem. Nosso último encontro foi há duas semanas, quando ela comentou sobre um blog que fazia ameaças a ela e a outras autoridades na internet. Ela me disse que o site havia saído do ar.

● PF

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou ontem à PF entrar na investigação da morte da juíza.

● **Online.** 'Morte de juíza é resposta das milícias à Justiça', diz

Ophir Cavalcante presidente da OAB.

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO CNJ recebeu e arquivou quatro representações contra juíza

Existem 42 juízes hoje no País que contam com escolta para garantir sua segurança, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na relação de ameaçados encaminhada por tribunais à corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, não consta, porém, o nome da juíza Patrícia Acioli.

No caso de Patrícia, Eliana Calmon disse que a magistrada não pediu providências da Corregedoria e do CNJ para garantir a segurança. “Todas as vezes que o magistrado em perigo se dirige à Corregedoria, nós fazemos o que está ao nosso alcance. Só posso lamentar, como magistrada, como cidadã brasileira, esse bárbaro ataque”, afirmou.

Representações e PCC. Ainda segundo Eliana Calmon, quatro representações foram protocoladas no passado no CNJ, órgão de controle externo do Judiciário, contra Patrícia. Nas representações, a juíza era acusada de abuso de poder.

No entanto, as representações foram arquivadas porque eram “imotivadas”. “Essas representações são comuns a todos os juízes que agem de uma forma mais rigorosa”, afirmou.

“Há meses, verificamos que o PCC (Primeiro Comando da Capital) havia formulado na Corregedoria nada menos que 40 representações contra uma juíza. Os próprios bandidos fazem representação ao Conselho dos Magistrados.”

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Walter Maierovitch

A mensagem do crime é que os juízes estão abandonados no País

Por que os assassinatos de juízes se repetem no Brasil, mas não nos mobilizam, como ocorreu na Itália, quando a máfia matou, em 1992, os magistrados Giovanni Falcone e Paolo Borsellino? Talvez porque não temos um escritor como Leonardo Sciascia para nos explicar que as organizações mafiosas buscam o controle social matando anônimos e conhecidos. Matar um juiz é produzir um *'cadavere eccellente'*, um morto ilustre. É difundir o medo para mostrar que o crime é mais forte.

No Brasil, a cada cadáver ilustre, prometem-se medidas duríssimas contra o crime e os criminosos. No fim, coloca-se um band-aid na fratura exposta. Não é uma coincidência a juíza ter sido morta um mês depois de entrar em vigor a legislação que proibiu aos magistrados decretar a prisão de integrantes primários de quadrilhas. Sua execução é o último ato de um quadro cada vez mais favorável à impunidade. Ela deixa claro o abismo entre a realidade dos juízes criminais e a da cúpula do Poder Judiciário. Essa fratura está nas declarações do presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Manoel Alberto Rabelo dos Santos, para quem a juíza não tinha escolta porque não pediu. É como dizer, em meio a uma epidemia, que alguém ficou doente por não tomar vacina.

Falcone, que foi dinamitado com a escolta, dizia que as máfias mandam mensagens. Qual a mensagem dada por quem matou a juíza? Silenciar as testemunhas e apavorar a magistratura e a população? Falcone e Borsellino tinham escolta e carros blindados. Morreram porque, por mais protegidos que sejam, os juízes criminais sempre serão vulneráveis. Mas isso não quer dizer que devam ser abandonados. No Brasil, é o que ocorre. O Fórum de São Gonçalo, onde a juíza trabalhava, não tem detector de metal. Os TJs não verificam quais magistrados estão em situação de risco. A mensagem desse crime é que os juízes criminais estão abandonados à própria sorte.

*

PRESIDENTE DO INSTITUTO GIOVANNI FALCONE

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Wilson Toste

'Semana negra' coloca em xeque política de Cabral

O assassinato da juíza Patrícia Acioli aumenta as dúvidas sobre os limites da política de segurança do governador Sérgio Cabral Filho (PMDB), que transformou em outdoors políticos as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Encerra uma péssima semana para a polícia fluminense, aberta pelo homicídio de André Maciel quando passava de carro pelo Norte Shopping, no sábado, e marcada pelo sequestro do ônibus da Viação Jurema, encerrado com cinco passageiros baleados por PMs, na terça. Os três episódios revivem fantasmas históricos que, na propaganda da retomada das favelas, o governo tenta afastar: os da incompetência, inoperância e suspeita de participação de policiais em crimes.

Um dos limites questionados pela audácia dos pistoleiros que assassinaram a magistrada é o combate às milícias. Apesar de alegar já ter mandado para a cadeia mais de 400 integrantes desses bandos, até hoje a Secretaria de Segurança só instalou uma UPP em área de milícia, embora essas quadrilhas já sejam, segundo a Divisão de Homicídios, autoras de 45% dos assassinatos na capital. Uma possibilidade de autoria do crime de ontem recai sobre milicianos que Patrícia julgava.

Outra fronteira importante da política de segurança de Cabral colocada em xeque é o destino das quadrilhas que perdem território para as UPPs. Sem prender os chefes do tráfico ou seus capangas, sem apreender a maior parte de seu armamento ou desarticular esquemas de lavagem de dinheiro, o Estado faz uma política de contenção do tráfico. Não é pouco, mas, em vários episódios, os criminosos mostram que continuam capazes de operar.

Por fim, a sucessão de crimes realça negativamente a ação das Polícias. No caso do ônibus, imagens de falta de comando da PM encheram as TVs. Já a Polícia Civil continua a demonstrar ineficiência, como nas investigações sobre o assassinato do menino Juan Moraes, de 11 anos. Tudo isso ameaça desconstruir a propaganda de uma "virada" no setor, conveniente a uma cidade que receberá a Copa e a Olimpíada, mas ainda carente do teste da realidade.

O ESTADO DE S. PAULO

PARALEMBRAR

'Machadinho' foi morto por facção em SP

13 AGO 2011

Juízes de outros Estados também foram vítimas de ataques do crime organizado. Os casos mais emblemáticos são os assassinatos de Antônio José Machado Dias, em Presidente Prudente (SP), e de Alexandre Martins de Castro Filho, em Vila Velha (ES), ambos em março de 2003.

Tido como extremamente rigoroso e principal inimigo das lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC) detidas em presídios do oeste paulista, Dias foi assassinado a três quadras do Fórum de Presidente Prudente, do qual era juiz-corregedor. O crime aconteceu no início da noite de 14 de março de 2003. "Machadinho", como era conhecido, tinha 47 anos e foi atingido no tórax e na cabeça por tiros de pistola 9mm durante uma emboscada.

Dias era responsável por cuidar dos processos de execução penal do chefe da facção criminosa, entre eles Marcos Camacho, o Marcola. Na época do atentado, o traficante Fernando Beira-Mar estava detido no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, também área de atuação do juiz.

Entre os responsáveis pelo crime contra o juiz-corregedor de Presidente Prudente, apenas Adilson Daghia ainda não foi julgado. Ele foi detido três anos após a emboscada. Lideranças da facção foram responsabilizadas na Justiça pelo crime.

O assassinato de Dias em Presidente Prudente provocou uma série de mudanças na Justiça em São Paulo, como a migração de processos de detentos das penitenciárias de Presiden-

te Bernardes, Presidente Venceslau, Taubaté e Avaré, onde estão os integrantes da facção, para a 5.ª Vara de Execuções Criminais da capital. A medida vale até hoje e serve para evitar que juízes do interior fiquem expostos a ações criminosas. Os principais Fóruns do Estado receberam detectores de metais e juízes seguem cartilha com noções básicas de segurança pessoal.

Espírito Santo. No dia 24 de março de 2003, pouco mais de uma semana após o crime em São Paulo, Alexandre Martins de Castro Filho, juiz da Vara de Execuções Penais, foi assassinado quando chegava a uma academia em Vila Velha (ES).

Na época com 32 anos, Martins era conhecido por atuar contra o crime organizado. Ele investigava a participação de policiais em grupos de extermínio e havia denunciado um esquema de venda de sentenças na vara onde atuava.

Oito anos após o crime, os acusados de serem os mandantes ainda não foram julgados. São eles o coronel reformado da PM Walter Gomes Ferreira, o juiz aposentado Antônio Leopoldo Teixeira, titular da Vara de Execuções Penais na época do esquema de venda de sentenças, e o ex-policial civil Cláudio Luiz Andrade Baptista, que deve ser o primeiro a ir a júri popular. A defesa dos acusados tenta sustentar a tese de latrocínio para o crime. Os dois executores foram condenados a 23 anos de prisão, um deles cumpre pena em liberdade desde 2010.

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Juízes federais rebatem Dilma e ameaçam greve

Entidade da categoria diz que presidente perde a 'razão' quando aponta o Judiciário como principal setor onde há descontrole dos gastos públicos

Os juízes federais reagiram ontem às declarações da presidente Dilma Rousseff (PT) de que "tudo começa pelo Poder Judiciário", ao se referir a gastos de dinheiro público e à crise financeira que pode atingir o País. Em nota, a entidade que reúne os magistrados federais considera que "não assiste razão à presidente".

Eles alertam que a categoria poderá ir à greve já na próxima semana porque se sentem desrespeitados diante do arrocho salarial da toga. "O Poder Judiciário brasileiro está há seis anos e meio com uma defasagem nos subsídios dos juízes que supera os 30%", diz o texto da Associação dos Juizes Federais (Ajufe).

Eles alegam que receberam apenas uma reposição inflacionária em 2009 de 8,88%, enquanto o IPCA e INPC superaram os 35%. A Constituição determina que os subsídios dos juízes sejam atualizados com o teto constitucional anualmente - artigo 37, inciso X.

"Em face desse estado de coisas, a associação ajuizou duas ações judiciais, mandados de injunção, no Supremo Tribunal Federal para que o reajuste seja concedido por decisão judicial como determina a Carta de 1988", assinala a nota, subscrita pelo presidente da entidade, o juiz Gabriel Wedy.

Segundo os juízes federais, em 2010 o Executivo e o Legislativo tiveram aumento de 64%, "do qual o Judiciário foi excluído". Os magistrados destacam que "o Judiciário é superavitário e os



Magistrados. Presidente da Ajufe diz que categoria pode parar

• Diferenças

8,88%

é o índice de reposição da inflação que os magistrados alegam ter recebido em 2009

30%

seria a defasagem dos salários do Judiciário nos últimos 6 anos

64%

foi o aumento do Executivo e do Legislativo em 2010, do qual o Judiciário foi excluído

juízes federais nas Varas de Execução Fiscal arrecadaram no ano de 2010 R\$ 9,6 bilhões e mais R\$ 21 milhões a título de custas processuais".

Os magistrados argumentam que defenderam a criação do teto constitucional do funcionalis-

mo público - "que precisa ser reajustado ano a ano" - quando da aprovação da Emenda 45 no primeiro mandato do presidente Lula. "Esse total desrespeito institucional ao Poder Judiciário, e o que é mais grave, à Constituição, agregado a maior segurança no trabalho e implementação da igualdade de direitos com o Ministério Público, é um dos motivos da Assembleia Nacional Geral Extraordinária da próxima quarta-feira", acrescenta o manifesto da categoria.

Segundo Wedy, "a assembleia pode redundar em greve, paralisação ou ato conjunto de protesto com as demais entidades de classe nacionais da magistratura e do Ministério Público, no próximo dia 21 de setembro, no Congresso Nacional e com posterior marcha até o STF e Palácio do Planalto, em defesa da valorização do Judiciário e Ministério Público, por maior independência e segurança".

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo vai investigar suspeitas contra deputada

Para evitar atrasos no processo como o ocorrido com o mensalão, Ministério Público separa do inquérito principal as acusações contra Fátima Pelaes

O Ministério Público Federal no Amapá encerrou ontem a investigação sobre o esquema de corrupção no Ministério do Turismo. Segundo o procurador da República Celso Leal, os envolvidos serão denunciados nos próximos dias em primeira instância, e a suspeita sobre a participação da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) será enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“A investigação está concluída e os autos agora serão remetidos ao STF para analisar o caso da deputada”, afirmou Leal. Segundo a Procuradoria, 18 pessoas devem ser arroladas. O secretário executivo da pasta, Frederico Costa, deve ser denunciado por improbidade, peculato e formação de quadrilha.

Conforme o Estado revelou, o nome da deputada aparece em pelo menos quatro depoimentos como destinatária do dinheiro. Fátima tem foro privilegiado e somente a Procuradoria-Geral da República, em Brasília, tem prerrogativa para investigá-la.

Com o encerramento da investigação na primeira instância, o MPF consegue evitar que todo o inquérito seja enviado ao STF. Apenas as suspeitas envolvendo a deputada ficarão sob os cuidados do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e serão julgadas pelo Supremo.

A estratégia do Ministério Público evita que o processo demore além do necessário. A separação do inquérito permite que o STF se concentre nas denúncias contra a deputada, sem analisar as suspeitas envolvendo os 35 presos pela Polícia Federal.

Mensalão. Se todo o processo fosse encaminhado para o Supremo, os ministros teriam de analisar as provas colhidas pela PF contra cada um, avaliar os depoimentos prestados e julgar um a um os suspeitos. É o que ocorre com o processo do mensalão. Se o STF tivesse desmembrado o processo, possivelmente já teria sido julgado.

Pelos relatos presentes no inquérito da polícia, obtidos pelo Estado, Fátima teria montado um conluio no Amapá para levar recursos públicos para ela própria e para a campanha à reeleição no ano passado. A deputada é autora de emendas parlamentares que favoreceram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), entidade pivô do esquema investigado pela PF.

13 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça indefere pedido de depósito de R\$ 3,95 bi na disputa da Schincariol

A 1.^a Vara Cível de Justiça de Itu (SP) não atendeu ao pedido de exigência de depósito no valor de R\$ 3,95 bilhão para o prosseguimento da ação em que se discute a venda de 50,45% da cervejaria Schincariol para o grupo japonês Kirin. Os escritórios Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga, que representa os irmãos Adriano e Alexandre Schincariol, e Tozzini Freire, que advoga pela Kirin, só serão atendidos nesse pedido após a discussão da ação principal. A liminar concedida aos primos, que se opõem à venda, determinou a apresentação dos documentos da negociação. Eles alegam que o direito de preferência à compra foi desrespeitado. A ação deve seguir para o Tribunal de Justiça.

SÔNIA RACY

Sinopse...

Falta um ano para a eleição da OAB-SP e o clima já está quente. Antonio Cláudio Mariz se disse estupefato pela desistência de Luiz Flávio D'Urso em lançar candidato único. Carlos Miguel Aidar, ex-presidente da Ordem, se manifestou: está aliviado pelo fim do plano.

...capítulo de hoje

Mariz avisa: "Meu compadre, e amigo Aidar afirmou só agora que não acredita no êxito do acordo para as eleições da Ordem. Gostaria de saber no que ele crê, pois também diz duvidar do êxito da oposição. Em matéria de crença ele é coerente. Não crê em nada".

Aidar responde: "Creio no meu grupo, incluindo Mariz. Sem acordos".

SÔNIA RACY

● Alento para José Eduardo Cardozo. Recebe título de professor *honoris causa* pela Escola Paulista de Direito. Dia 19, na instituição.

TJ dá pensão à família de João Roberto

A família do menino João Roberto Amorim Soares, morto no Rio de Janeiro durante uma operação da Polícia Militar em 2008, será indenizada em R\$ 500 mil pelo governo do Estado do Rio. A decisão da Justiça foi dada ontem. João tinha 3 anos quando foi baleado em uma perseguição de criminosos. Os policiais atiraram contra o automóvel no qual estava com a mãe e o irmão, por confundir-lo com o veículo utilizado por bandidos.

Na época, como consta da própria sentença, o então secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, classificou a ação como "desastrosa". O Estado do Rio ainda deverá pagar para os pais o correspondente a 2/3 do salário mínimo mensal pelo período em que a vítima teria entre 14 e 65 anos. Antes disso, será pago um valor de 10 salários mínimos mensais até junho do próximo ano.

O ESTADO DE S. PAULO 14 AGO 2011

A rotina de quem vive sob ameaça

Eles guardam os direitos dos brasileiros, mas, na prática, vivem como presos de cadeias de segurança máxima, sob vigilância 24 horas. Não podem jantar na casa de amigos nem se encontrar com os filhos em locais públicos. Dormem cercados por agentes federais e precisam de escolta até pra correr na praia ou viajar com a mulher. Ameaçados de morte pelo crime organizado, pelo menos 69 juízes e desembargadores perderam o direito de ter uma vida normal. E, sob impacto do assassinato no Rio da juíza Patrícia Lourival Acioli, na noite de quinta-feira, alguns deles contaram ao Estado o que significa ter seus nomes em listas de bandidos simplesmente porque cumprem a lei.

“Coleciono várias ameaças, com registro, tudo documentado. Agora o que mais me ameaça são os planos que vão sendo revelados, que a polícia vai descobrindo ao longo da vida da gente. Eu me pergunto: ‘como é que escapei dessa?’ Já passei por situações de risco iminente que só descobri depois”, conta o juiz Odilon de Oliveira, da 3.ª Vara da Justiça Federal, em Campo Grande. A reportagem também encontrou casos de magistrados “condenados” a mudar sua rotina em São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Alagoas.

Além dos 69 magistrados ameaçados de morte, o País tem hoje, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 13 juízes ou desembargadores em situação de risco. Mas esse levantamento é parcial – faltam dados de seis Estados, incluindo São Paulo e Minas. E, embora já tivesse recebido várias ameaças, a juíza assassinada no Rio não fazia atualmente parte da relação oficial do CNJ.

No ano passado, a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) recebeu informações sobre 30 ameaças a magistrados no País e registrou três atentados em um período de apenas dez dias: na Bahia – contra o juiz federal Marcio Mafra –, em Sergipe – contra o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça – e em Mogi das Cruzes (SP) – com disparos contra a sala do Juizado Especial Federal. Além disso, o juiz federal Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, do Piauí, foi ameaçado de morte pelo prefeito cassado de José de Freitas em um comício. A entidade ameaçou uma paralisação nacional de juízes em abril, em defesa do projeto de lei 03/06, que cria a Polícia Judiciária – que cuidaria da segurança dos juízes e continua parado no Congresso.

Medo. Sem poder entrar, por exemplo, em um programa de proteção a testemunha – um juiz tem de continuar a julgar –, o magistrado passa a temer também por sua família. “Juízes são seres humanos, pais, mães. O crime organizado sabe disso. É preciso que algo seja feito para que possamos trabalhar de forma independente”, defende a juíza federal do Mato Grosso do Sul Raquel Domingues Corniglian, que em 2008 teve de sair às pressas de casa, entregar o filho mais velho a amigos e se mudar com marido e filho caçula para a casa de uma funcionária, após ser avisada pela Polícia Federal de que era alvo de um plano de bandidos.

FORUM DO LEITOR

JUÍZA ASSASSINADA Plena desordem

Como todos (*todos!*) sabemos – e estamos fartos (*fartos!*) de saber –, este é um país em plena desordem há décadas, derivada da inércia e da inservibilidade dos políticos e dos governantes de todas as esferas. O Brasil, este país enorme e rico, representa mais do que uma vergonha ou um vexame: não há adjetivos adequados para um cenário de criminalidade generalizada e impunidade institucionalizada.

JOSÉ RUBENS MEDEIROS
jrubensmedeiros@uai.com.br
Conselheiro Lafaiete (MG)

FORUM DO LEITOR

Crime organizado

O assassinato do juiz de Direito Machado Dias no Estado de São Paulo, as ameaças a um juiz de Mato Grosso do Sul e o assassinato da juíza no Estado do Rio de Janeiro, que sentenciavam na punição do crime organizado, significam um atentado grave às instituições democráticas de direito. Dentre tantas medidas urgentes que precisam ser adotadas, como o melhor aparelhamento da polícia e o rigor das leis para fazer frente ao crime organizado, uma medida lógica e urgente – a exemplo da Operação Mãos Limpas, na Itália – seria o julgamento de integrantes de facções criminosas e organizadas por juízes colegiados com proteção e sigilo dos seus dados pessoais.

EDENILSON MEIRA
mérojudas@uol.com.br
Itapetininga

CONTINUA

Entidades cobram segurança, prevenção e Justiça mais ágil

Após assassinato de juiz-corregedor, SP instalou detectores em fóruns e concentrou na capital processos do PCC

Escolta armada, segurança reforçada nos fóruns, detectores de metais, inteligência policial e atitudes preventivas fazem parte das alternativas apresentadas por entidades para uma Justiça mais segura. Há também quem veja solução em um processo criminal mais ágil, algo ainda longe da realidade brasileira.

Oito anos após a morte do juiz-corregedor de Presidente Prudente, Antonio José Machado Dias, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), o Tribunal de Justiça de São Paulo ainda não encontrou uma forma de manter a tranquilidade dos magistrados. Processos de integrantes da facção criminosa que corriam no interior foram trazidos para a capital, os principais fóruns ganharam detectores de metal e os cuidados com a identificação de visitantes ficaram mais rígidos, mas essas medidas não são vistas como suficientes.

“Infelizmente, não temos um sistema de segurança adequado. Há fragilidade nos fóruns. Não conseguimos que uma força policial, civil ou militar, permaneça nos prédios de forma rotineira. Precisamos investir. O que aconteceu no Rio pode se repetir em qualquer lugar”, alerta o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti.

Segundo ele, o TJ estuda a contratação de segurança privada, principalmente para fóruns do interior. “Infelizmente, o efetivo da PM em algumas cidades não é suficiente.” Mascaretti pede também, como medida preventiva, proteção permanente a juízes que atuam diretamente em varas criminais e de execuções penais.

Mascaretti afirma que o Gabinete Militar do TJ distribuiu cartilhas aos magistrados, dando orientações práticas sobre como se portar em relação à própria segurança. São dicas de como evitar fazer o mesmo caminho todos os dias entre a casa e o trabalho, além de noções básicas de direção defensiva, caso o juiz seja abordado por um criminoso no trânsito.

Ineficiência. Para o promotor José Reinaldo Guimarães, não são escoltas e segurança física que vão garantir a tranquilidade de quem faz carreira na Justiça. Ele aponta a morosidade e a ineficiência na aplicação das leis como o principal problema. “Se tivéssemos um processo criminal que fosse ágil, que chegasse às últimas instâncias com solução de mérito, certamente teríamos muito mais respeito no cumprimento das penas e esses episódios não aconteceriam”, afirma.

FRASE

“Que Deus tenha essa **juíza**, mas a forma absurda e gratuita com que ela **humilhava** policiais nas sessões contribuiu para ter muitos **inimigos**”

FLÁVIO BOLSONARO (PP-RJ), deputado estadual e filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), que, diante de protestos contra esse tuíte, acrescentou: “A patrulha do politicamente correto e os ‘pré-conceituosos’ começam a botar palavras na minha boca sobre a morte da juíza”

14 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

TJ do Paraná terá departamento para proteção de juízes

● No Paraná, Estado campeão em ameaças de morte a juízes, o Tribunal de Justiça tem uma Comissão de Segurança e Inteligência Judiciárias. O grupo, presidido pelo desembargador João Kopytowski, pretende criar dentro do TJ um departamento de segurança e inteligência para tratar especificamente da preservação da vida dos juízes.

Entre as atribuições desse setor estaria o treinamento de funcionários. Kopytowski também defende o reforço na segurança dos fóruns, tanto na estrutura física dos prédios como em efetivo policial. / C.A.

CONTINUA

14 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FORUM DO LEITOR

Polícia investiga milícia e grupo de extermínio

As investigações sobre o assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli indicam crime encomendado por integrantes de grupos de extermínio e de milicianos que atuam em São Gonçalo. Titular da 4.ª Vara Criminal do município, a magistrada, de 47 anos, ganhou notoriedade pelas condenações rigorosas.

Ontem, ao chegar à Delegacia de Homicídios, o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, desembargador Nelson Calandra, deixou escapar que a polícia estaria trabalhando com a possibilidade de um grupo de envolvidos no assassinato. "Dos 12 que praticaram o atentado que vitimou a nossa colega, muitos devem ter condenações anteriores, que ficam transitando em quatro instâncias e só são cumpridas quando o Supremo Tribunal Federal determina", relatou. Calandra reuniu-se com a chefe de Polícia Civil, Martha Rocha, e com o diretor do Departamento de Homicídios, Felipe Ettore.

Martha, que acompanha pessoalmente o caso, não deu detalhes sobre as investigações. Contrariada, a delegada disse que "o silêncio neste momento é importante". Até a tarde de ontem, 18 depoimentos de parentes e vizinhos da vítima haviam sido tomados. O vigia da guarita de acesso à rua da juíza confirmou ter visto dois homens em uma moto, que interceptaram o carro da magistrada.

Disque-Denúncia. Zeca Borges, diretor do Disque-Denúncia, disse que o serviço já recebeu mais de 50 informações sobre possíveis suspeitos. Segundo ele, desde 2002 até o dia da morte da magistrada, o Disque-Denúncia havia recebido 37 informações sobre ameaças contra Patrícia.

No NE, até os fóruns são considerados locais inseguros

● A insegurança dos magistrados não se limita ao caminho até em casa – a juíza Patrícia Acioli foi executada na frente de sua residência. "Nenhum Fórum ou juiz do Piauí tem proteção. Se alguém quiser invadir e bater na cara do juiz, não será preso", lamentou o presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, juiz José Airton Medeiros.

O principal temor dos juizes baianos também é relacionado ao local de trabalho. "Dentro dos Fóruns estamos desassistidos, entregues à sorte", afirmou o presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, Nartir Weber.

"Se o Estado não tem condição de assegurar a vida de quem tem por ofício garantir os direitos, defender a democracia e punir criminosos, o Estado está em perigo", alertou o presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe, Paulo César Macedo.

● Vigilância 42 juizes

contam com escolta atualmente no País, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Em junho, o órgão cobrou de todos os tribunais "práticas para garantir a segurança de magistrados".

● Proteção

Entre 2002 e 2007, a juíza contou com escolta de três PMs, mas desistiu da proteção ao saber que ela seria reduzida para apenas um policial.

● Perfil

Era conhecida pelo rigor contra grupos de extermínio e milícias. Seu nome estava em uma lista de autoridades ameaçadas apreendida com um suspeito.

Lei frouxa

Quando a lei é frouxa e só tem um viés, que é o do interesse do marginal, acaba acontecendo o que se viu no Rio de Janeiro: o assassinato de uma juíza da área criminal. A ousadia chegou ao limite? Não. São capazes de coisas piores, já fizeram outras vezes e, não tenham dúvida, se tiverem de fazer de novo, o farão. Provavelmente já deve haver por aí deputados, senadores, etc., preocupados, pois podem também ser alvos. Esses assassinos não respeitam ninguém. A sociedade sente-se desprotegida e o poder público, ameaçado. Não adianta discutir agora se a juíza dispensou a proteção policial ou se ela foi tirada, a verdade é que nossas leis são feitas para proteger marginais e autoridades corruptas.

PANAYOTIS POULIS

ppoulis@yahoo.com.br

Rio de Janeiro

FORUM DO LEITOR

A omissão do Estado

Que o covarde assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli, em Niterói (RJ), possa gerar a motivação necessária entre nossos juizes para que lutem por uma lei dura o suficiente para que os criminosos lhe tenham temor e acabe com a impunidade, tão difundida principalmente entre os criminosos de colarinho branco.

LUIZ NUSBAUM

lnusbaum@uol.com.br

São Paulo

Ninguém segura

A morte de uma juíza no Estado do Rio de Janeiro nos mostra claramente que a insegurança nas grandes cidades é geral e irrestrita. Ninguém segura a bandidagem, nem mesmo sendo autoridade. E o que nós, os simples moradores das grandes cidades, podemos esperar? Bala perdida, ou não, que, infelizmente, sempre acha alguém?

ÁLVARO JOSÉ JUSTINO

anjogoma@yahoo.com.br

Rio de Janeiro

CONTINUA

Ninguém quer ser um herói morto'

14 AGO 2011

Juiz teve colega assassinado, mudou de área, mas diz que não se arrepende

O ambiente tenso e a rotina de restrições afetam toda a família do magistrado sob ameaça. No Espírito Santo, o filho caçula do juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, de 43 anos, não sabe o que é viver sem ter um segurança por perto. Ele tinha só 2 anos quando assassinaram o colega de trabalho de seu pai, o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, em 2003. Na época, os dois investigavam grupos de extermínios.

Lemos está afastado do combate ao crime organizado desde 2006, mas segue ameaçado. "Faria tudo de novo. Mas, se eu te disser que não tenho medo, estarei mentindo. Ninguém quer ser um herói morto", diz. Ele conta que depois da morte de Castro Filho muitos juizes recusaram o convite para substituí-lo, seguindo pedido de suas famílias, que tinham medo de represálias.

Pai de uma adolescente de 13 anos e de um menino de 10, que não saem sozinhos, Lemos só viaja com a família na companhia de policiais. "O mesmo grupo que matou o Alexandre continua me enviando ameaças e elaborando planos para me assassinar. Já tentaram sequestrar a minha mulher na porta do prédio e a vida da minha família é toda limitada."

Para ele, a personificação do trabalho dos juizes expõe os profissionais. "Não tem de ser o juiz Carlos Eduardo no combate ao crime organizado, mas a Justiça como um todo", diz.

No Amazonas, o juiz estadual Mauro Antony é sempre lembra-

do quando o assunto é ameaça de morte. Ele e a família vivem há dois anos sob escolta de policiais militares. Antony foi o juiz que condenou todos os envolvidos na suposta quadrilha comandada pelo ex-deputado estadual Wallace Souza, morto em 2010.

Perigo. Em alguns casos, são detalhes que livram da morte um juiz que vive sob ameaça. Em 2005, o portão entreaberto da garagem de um hotel em Ponta Porã (MS), na fronteira com o Paraguai, foi o sinal de que a vida de Odilon de Oliveira corria risco.

Agentes da PF notaram nesta "fresta anormal" a diferença em relação à rotina dos dias anteriores e encontraram, na rua, pistoleiros que estavam prontos para atirar. Os bandidos fugiram, mas escutas confirmaram que o assassinato estava marcado para aquela hora e local.

Oliveira, hoje com 62 anos e na 3.ª Vara de Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, mandou mais de uma centena de traficantes para a cadeia, já teve sob sua jurisdição Fernandinho Beira-Mar e está sob proteção policial há 13 anos. Na sua vida não faltam histórias inusitadas, como os três meses em que dormiu em um fórum, protegido por oito agentes da PF. Segundo ele, a vida de um inimigo do crime organizado causa "constrangimentos". "Fica difícil ir à casa de um amigo, porque vou com escolta armada. Em alguns casos, é preciso levar fuzil. Há uma limitação total", afirma.

Só dois meses de escolta. Em situação semelhante estão as juizes de Ponta Porã (MS) Lisa Taubemblatt e Lidiane Maria Oliveira Cardoso. Com Odilon, os três magistrados de Mato Grosso do Sul são responsáveis pela condenação de quase 2 mil acusados de narcotráfico, contrabando, e os chamados crimes do colarinho branco, nos últimos três anos.

O risco de morte que as cerca foi constatado no início deste ano, pelo Serviço de Inteligência da Polícia Federal, mas as escoltas duraram menos de dois meses. "A justificativa para o cancelamento foi a de que o perigo já havia passado ou redução no efetivo policial, não me lembro bem", diz Lisa Taubemblatt. "Não há como considerar-me fora de perigo. Estou aqui, eu e a doutora Lidiane, em uma sala que fica bem na frente do prédio masculino, onde estão criminosos perigosos, de grande poder aquisitivo", afirma.

Em Mato Grosso, dois juizes foram ameaçados de morte no início deste ano, o que fez com que o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Segurança concedessem escolta policial a eles. Para os magistrados, houve outra consequência: perderam a residência fixa.

Já no Nordeste, dois juizes e dois promotores sofreram ameaças do crime organizado de Alagoas. Por um certo tempo, os ameaçados tiveram proteção por 24 horas.

15 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

3 juízes substituirão magistrada morta

Trio formará força tarefa para estudar os casos que estavam com Patrícia Acioli; plano é checar se há envolvimento entre réus e crime

Uma força tarefa formada por três juízes assume hoje a 4.^a Vara Criminal de São Gonçalo, onde atuava a juíza Patrícia Lourival Acioli, executada com 21 tiros na noite de quinta-feira em Niterói. Magistrados farão levantamento dos casos que estavam sob responsabilidade da juíza para avaliar possíveis ligações entre réus dos processos e o assassinato.

Mas o trio não deverá dar prosseguimento aos processos. Para isso, seria necessário pedir vistas antes dos julgamentos. Os trabalhos no Fórum de São Gonçalo deverão contar com forte esquema de segurança, mas funcionários acham que nenhuma audiência será feita nesta semana.

A função principal do grupo será levantar detalhes sobre todos os casos para o cruzamento dos dados com pistas que estão sendo levantadas pela polícia em torno dos suspeitos pelo crime. Estava prevista para esta semana sessão de júri de um policial militar acusado de envolvimento com uma milícia que atuava em São Gonçalo. A expectativa era de que a sentença fosse proferida por Patrícia nessa sessão.

As investigações convergem, até o momento, para a hipótese de que a juíza tenha sido morta a mando de réus ou condenados por ela. A possibilidade de crime passional – o namorado da juíza,

o PM Marcelo Poubel a teria agredido fisicamente pelo menos duas vezes –, embora não descartada oficialmente, é cada vez mais improvável na avaliação dos investigadores.

Ontem, equipes da Divisão de Homicídios, chefiadas pelo delegado Felipe Ettore, fizeram novas diligências em Niterói e São Gonçalo. Mas, até o início da noite, não haviam sido divulgadas informações sobre os trabalhos.

Até ontem, 20 pessoas já haviam prestado depoimento. Na tarde de sábado, o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Nelson Calandra, deixou escapar, antes de se reunir com o titular da DH e a chefe de Polícia Civil do Rio, Martha Rocha, que 12 suspeitos integrariam lista de possíveis envolvidos. Mas a informação não foi confirmada.

Protestos. A ONG Rio do Paz, que promoveu no fim de semana protesto na Praia de Icaraí, em Niterói, volta a comandar manifestação hoje, a partir das 11h30, na frente do Fórum de São Gonçalo. O grupo espera a adesão de centenas de pessoas. A ideia é que os manifestantes permaneçam de pé, amordaçados, em alusão aos efeitos do atentado sobre a liberdade do Judiciário.

A juíza Patrícia Acioli era conhecida pelo rigor adotado nas condenações de réus, policiais ou não, envolvidos em milícias e grupos de extermínio.

15 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

FORUM DO LEITOR

PODER JUDICIÁRIO

Desvios

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) manifesta estranheza e perplexidade ante o relatório divulgado no editorial *A corrupção na Justiça* (11/8, A3). Embora reconheça o papel reservado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de controlar a legalidade dos atos administrativos do Poder Judiciário, a AMB considera que fazer um levantamento e levá-lo à imprensa, exibindo um mapa da corrupção para acusar o Judiciário, é ofender, de forma genérica, todos os juizes brasileiros. Não há dúvidas de que a magistratura é imprescindível à consolidação dos valores democráticos e sociais e presta relevantes serviços à democracia e à sociedade brasileira. Porém, se há desvios, devem ser apurados e os responsáveis, punidos, respeitando sempre o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao princípio de presunção de não culpabilidade. Dedo apontado contra irregularidades não julgadas em definitivo pelo CNJ, muito menos pelo Supremo, é uma violação que fragiliza o Estado de Direito.

NELSON CALANDRA, presidente

jornalismoamb@gmail.com

Brasília

15 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Ameaça ao programa anticrack

Seguindo a trilha aberta pela prefeitura do Rio de Janeiro, que passou a promover a internação compulsória de moradores de rua – inclusive menores de idade – viciados em crack, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou que o governo federal poderá ajudar financeiramente os Estados e municípios que adotarem a mesma estratégia. Em São Paulo, a Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura divulgou, há duas semanas, um parecer técnico que dá a base jurídica para a implementação dessa política, por parte das Secretarias Municipais da Saúde e de Assistência Social.

Preparado pela Procuradoria-Geral do Município, o parecer afirma que toxicômanos são considerados civilmente incapazes pela legislação em vigor, podendo assim ser levados à avaliação de um psiquiatra mesmo contra a vontade, desde que haja avaliação clínica prévia e autorização da Justiça. O parecer também afirma que crianças e adolescentes viciados não têm capacidade para decidir o que querem fazer.

O argumento do ministro da Saúde é idêntico. Segundo Padilha, os viciados em crack, nos casos de dependência extrema, perdem o discernimento. “A internação clínica compulsória é ação de proteção à vida, desde que haja profissionais de saúde e de assistência social e após avaliação individual dos dependentes”, diz ele.

O problema é que, enquanto no Rio de Janeiro e em São Paulo as duas prefeituras mobiliza-

ram-se institucionalmente para adotar essa estratégia, procurando agir de comum acordo com o Ministério Público e com os juizes das Varas da Infância e Juventude, em Brasília o ministro da Saúde não tem apoio nem mesmo na pasta que chefia. Subordinado a ele, o Departamento de Saúde Mental não chegou a um consenso sobre sua proposta. E esta, além disso, tem a oposição frontal da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

Em entrevista concedida há três meses, quando anunciou a conclusão de uma pesquisa nacional sobre o consumo de dro-

Internação compulsória de viciados suscita divergências e sofre por falta de verbas federais

gas feita pela Senad, em colaboração com a Fiocruz e a Universidade de Princeton, a secretária Paulina Duarte afirmou que não há “epidemia de crack” e classificou como “pedagogia do terror” as campanhas institucionais contra o consumo de entorpecentes. “O que se tem no imaginário popular é que o Brasil está tomado pelo crack. Não há um exército de zumbis consumindo num só lugar, mas pequenas ‘cenas de uso’. No levantamento, vimos pequenas cracolândias móveis, que migram em busca de melhores condições de sobrevivência. Combatem-se essas ‘cenas’ com atendimento na rua, não com abordagem higienista, de recolher usuários”, disse Paulina.

A divergência entre o minis-

tro da Saúde e a chefe da Senad é só um dos aspectos da questão da internação compulsória de moradores de rua viciados. Outro aspecto envolve o financiamento dessa política. Embora a presidente Dilma Rousseff tenha afirmado durante a campanha eleitoral que o combate à droga seria uma das prioridades de sua gestão, desde sua posse o governo cortou pela metade as verbas previstas para o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack. Em audiência pública realizada recentemente no Congresso, a secretária Paulina Duarte deixou claro que, com o dinheiro à disposição, não conseguirá cumprir compromissos firmados no ano passado pelo governo do presidente Lula.

Desde então, dirigentes do Conselho Federal de Medicina (CFM) acusam Dilma de ser “incoerente com compromissos assumidos durante a campanha” e afirmam que o corte das verbas federais mostra que ela jamais teria considerado o combate às drogas prioritário. Integrante da Comissão de Assuntos Sociais do CFM, o médico Ricardo Paiva diz que há um déficit de 7,5 mil leitos para atendimento de pacientes dependentes de crack que estão em fase de desintoxicação. “Existem atualmente 2,5 mil leitos e o próprio Ministério da Saúde afirma serem necessários 10 mil”, afirma Paiva.

Com o abandono das promessas de campanha e as divergências entre ministros com relação a questões importantes, o governo Dilma aos poucos vai pecando pela falta de ações coerentes em áreas essenciais, como saúde e segurança.

13 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Lerner perde no STJ, mas fica livre do processo

**Ex-governador foi condenado à pena
de detenção, mas não irá cumpri-la porque
Justiça declarou extinta a punibilidade**

Equipe da Folha
Catarina Scortecchi

Curitiba - A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou habeas corpus pedido em favor do ex-governador do Paraná Jaime Lerner, que havia sido condenado a três anos e seis meses de detenção, mais multa, pelo crime de dispensa ilegal de licitação. Apesar da decisão, Lerner está livre do processo: menos de um mês antes do julgamento do pedido pelo STJ, o juiz federal substituto Tiago do Carmo Martins, da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, reconheceu que o crime já havia sido atingido pela prescrição e declarou extinta a punibilidade no caso.

Lerner foi condenado por causa de um aditivo contratual que estendeu a concessão obtida pela empresa Caminhos do Paraná S/A em 80 quilômetros, incluindo trechos da BR-476 e PR-427 não previstos na licitação original. A rodovia federal estava delegada ao Estado do Paraná por meio de convênio. Segundo a denúncia fei-

ta pelo Ministério Público Federal, o aditivo teria sido iniciado por proposta da empresa para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O termo aditivo foi assinado em 25 de outubro de 2002.

O relator do caso no STJ, ministro Jorge Mussi, negou o habeas corpus. Mas, em 7 de julho último, o juiz substituto da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba já havia declarado extinta a punibilidade em relação a Jaime Lerner, em razão da prescrição.

**PRESCRIÇÃO
Lerner perde
no STJ, mas
pena foi
extinta**

INFORME

Perguntinha

O que será que os paranaenses acharam da condenação "simbólica" do ex-governador Jaime Lerner?

13 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA



FOLHA DE LONDRINA

INFORME

13 AGO 2011

Juízes federats rebatem presidente e ameaçam greve

São Paulo - Os juizes federais reagiram ontem às declarações da presidente Dilma Rousseff (PT) de que "tudo começa pelo Poder Judiciário", ao se referir a gastos de dinheiro público e à crise financeira que pode atingir o País. Em nota, a entidade que reúne os magistrados federais considera que "não assiste razão à presidente". Eles alertam que a categoria poderá ir à greve já na próxima semana porque se sentem desrespeitados diante do arrocho salarial da toga. "O Poder Judiciário brasileiro está há seis anos e meio com uma defasagem nos subsídios dos juizes que supera os 30%", diz o texto da Associação dos Juizes Federais (Ajufe).

Recadastramento

400 mil eleitores curitibanos já fizeram seu recadastramento biométrico, o que representa cerca de um terço do eleitorado total da Capital. Todo o eleitorado de Curitiba está sendo recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório, sob pena de o eleitor ter o título cancelado.

CLÁUDIO HUMBERTO

Só para lembrar

Dilma não poderia ficar "indignada" ou exigir aviso prévio do Judiciário, sobre operações da PF. É poder independente, reza a Constituição.

MILITÃO

Ciclo de Estudos Jurídicos - Autor de diversos livros na área de Processo Civil e integrante do Instituto Brasileiro de Direito Processual, o professor Misael Montenegro Filho, de Pernambuco, proferiu palestra durante o XI Ciclo de Estudos Jurídicos da Unifil, ouvido por muitos estudantes, professores e profissionais do Direito. O Teatro do Colégio Londrinense ficou lotado. Na sexta-feira, a juíza do Trabalho, professora Ana Paula Sefin Saladini, supervisionou a audiência simulada dos alunos do 4º ano, com base no filme "O Auto da Compadecida".

THIAGO NASSIF

Cereja no bolo 1

Aniversariante de amanhã, a advogada Rôsangela Khater antecipa as comemorações para este sábado, entre familiares e amigos.

13 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Campanha arrecada livros para presos

Doação de obras é solicitada a cada turma de alunos que visita os presídios

As unidades prisionais de Londrina estão realizando uma campanha de arrecadação de livros para a população carcerária. Segundo a psicóloga Cíntia Helena dos Santos, diretora do Patronato Penitenciário de Londrina, todas as unidades prisionais estão recebendo doações de livros. Ela conta que existem projetos relacionados ao Dia do Encarcerado, que será neste dia 13 de agosto, e também existe o projeto "De mão em mão", que está sendo realizado na Penitenciária Estadual de Londrina 2. "Todas as unidades possuem um acervo de livros, mas eles são predominantemente didáticos e temos recebido solicitações de livros de poesias, espirituais e de aventura", comenta Cíntia.

Ela relata que tem solicitado a doação de livros a cada turma de alunos que realiza visitas as unidades prisionais, pois os acervos precisam de renovação. Ela conta que esses presos são cada vez mais jovens e muitos têm escolaridade baixa. Seria melhor se a população puder doar livros de leitura voltados para o público jovem, mais coloridos, de linguagem mais acessível e que estimulem os jovens a gostar de ler", solicita.

O diretor da Casa de Custódia de Londrina, José Roberto dos Santos, explica que o livro ajuda a abstrair um pouco de sua condição. "As pessoas

possuem necessidades básicas de sociabilização e na prisão isso é potencializado e se torna uma escola negativa e a educação é uma forma de quebrar um pouco isso e a função das prisões é que o detento saia melhor do que entrou", reforçando que trata-se de um direito do preso, um dever do estado e está na lei.

O diretor da Penitenciária Estadual de Londrina 1, José Eduardo Alves, cobra o envolvimento da comunidade na campanha. "Essas pessoas retornarão para a sociedade algum dia e quanto melhores eles retornarem, a tendência é de que a violência urbana diminua", comenta.

Elcio Martins Basdão, diretor da PEL 2, afirma que o indivíduo quando está com a mente ociosa, ocupa a mente com as influências que a prisão oferece e é preciso que essas pessoas tenham atividades laborais e sócio-educativas para que não tenham tempo e nem espaço para atividades que sejam ruins.

Aparecida Alves de Souza é coordenadora de cursos e projetos na PEL 2 e conta que por intermédio da leitura os presos conseguem viajar para outros lugares e podem vivenciar situações em que podem projetar suas vidas. "Eles podem projetar um destino diferente do que vinham trilhando", comenta.

3 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juíza é morta durante emboscada em Niterói

Patrícia Acioli, que atuava contra o crime organizado no Rio de Janeiro, foi executada quando chegava em casa

Rio de Janeiro - Uma juíza da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, foi morta a tiros anteontem à noite, no bairro Piratininga, em Niterói, também na região metropolitana. Segundo a polícia, a juíza Patrícia Lourival Acioli foi morta no momento em que chegava em sua casa. Testemunhas disseram que os criminosos estavam em dois veículos e duas motos quando dispararam contra a juíza, que estava dentro do seu carro.

De acordo com o delegado Felipe Ettore, responsável pela investigação do assassinato, Acioli foi morta com 21 disparos por um procedimento de emboscada. "A vítima foi executada em emboscada e alvejada 21 vezes", disse Ettore, na Delegacia de Homicídios da Barra, na zona oeste do Rio. Segundo a polícia, as imagens flagraram o momento em que os criminosos fugiam após o crime. Eles ainda não tinham sido identificados até o final da tarde de ontem.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) afirmou que Patrícia integrava uma "lista negra" com o nome de 12 pessoas que estavam marcadas para morrer. A lista foi encontrada com um suposto traficante preso no Espírito Santo. De acordo com a entidade, Patrícia é "mártir da magistratura

no combate ao crime organizado". A nota ainda diz que o carro da juíza já havia sido metralhado anteriormente e "mesmo assim não tinha qualquer segurança a sua disposição".

De acordo com o presidente da Associação dos Magistrados do Rio, Antônio Siqueira, a juíza dispensou, em 2007, a segurança oferecida pelo Tribunal de Justiça aos juizes ameaçados - ela recebia escolta desde 2002. Ele disse que, na época, ela explicou que seu companheiro era policial e que ele se encarregaria de sua segurança.

Parentes da juíza, porém, contestaram a versão de Siqueira. Segundo os familiares, Patrícia continuava recebendo ameaças e as relatava por meio de ofício ao TJ do Rio.

"Ela tinha solicitado escolta e o pedido tinha sido negado. Houve negligência na segurança dela", afirmou a médica Mônica Lourival, prima da juíza. Outro parente bastante próximo de Patrícia que não quis se identificar disse desconhecer a informação de que a juíza havia dispensado a segurança particular.

Patrícia Acioli foi enterrada no fim da tarde de ontem, no cemitério do Maruí, em Niterói. Cerca de 300 pessoas acompanharam a cerimônia. Após o

enterro, o cabo da PM Marcelo Poubel, que era namorado da juíza, foi levado por policiais da Corregedoria da Polícia Militar para prestar depoimento. O teor do interrogatório não foi revelado pelo corregedor Ronaldo Manezes.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Quase 90 juizes estão ameaçados, afirma CNJ

Felipe Seligman

Folhapress

Rio de Janeiro - A corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, afirmou ontem que existem pelo menos 87 juizes ameaçados em todo o Brasil. Para ela, o Judiciário está "cochilando" em garantir a segurança desses magistrados.

Calmon enviou em junho o fio para todos os tribunais do país, questionando casos de juizes que sofrem ameaças e que necessitam de escolta. Segundo ela, nem todos os tribunais responderam, como os tribunais de Justiça de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo.

O tribunal do Rio informou que 13 magistrados contam com seguranças por estarem ameaçados (sete desembargadores e seis juizes de primeira instância), mas que a juiza Patricia Lourival Acioli não estava entre eles.

"Temos cochilado um pouco nas medidas de segurança dos juizes. Não se pode, por exemplo, ter uma vara tão forte e rigorosa como a da magistrada assassinada, com um unico juiz responsável", disse Eliana Calmon.

A ministra ainda afirmou que o tribunal de Justiça do Rio já havia oferecido a Patricia que ela mudasse de vara, mas ela negou a oferta. Foi informado que ela sempre dizia que quem quer fazer algum mal não ameaça, simplesmente faz", disse.

13 AGO 2011

14 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

LOUCOS OU CRIMINOSOS?

Doente mental autor de crime desafia Justiça

Especialistas criticam deficiências na atenção dispensada a quem não tem consciência do ato que comete. "Punição" deveria ser cumprida em unidades específicas para tratamento, ainda não disponíveis no Paraná. Justiça reconhece que, ocasionalmente, portadores de distúrbios cumprem sentenças com presos regulares.

CONTINUA

14 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Doente mental autor de crime desafia Justiça

Especialistas criticam deficiências na atenção dispensada a quem não tem consciência do ato que comete

Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, o Cadu, assassino confesso do cartunista Glauco Villas-Boas e do filho dele, Raoni, em março de 2010, foi condenado pela Justiça do Paraná a cumprir, no mínimo, três anos de mandado de segurança pelos crimes. Ele foi diagnosticado como portador de esquizofrenia paranoide e, por conta da doença, foi considerado inimputável. Sendo assim, em vez de ir para uma prisão comum, o rapaz irá receber tratamento psiquiátrico obrigatório.

Estes e outros crimes bárbaros, cometidos com requintes de crueldade, sempre chocam, pois é difícil compreender atrocidades como esquartejamentos, estupro ou abusos e violências contra crianças. Logo, os autores são vulgarmente tachados de loucos, impiedosos e desumanos. Nesta reportagem, porém, a FOLHA mostra que a questão é muito mais séria e complexa do que a mera classificação apressada.

A reportagem ouviu a enfermeira que, em julho de 2008, jogou a filha de oito meses do 6º andar de um edifício no centro de Curitiba. Ela conta que ouvia vozes que pediam que ela matasse a criança. A mulher segue tra-

tamento no Complexo Médico-Penal (CMP) do Paraná, em Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). Na mesma instituição, a única com condições de atender os autores de crimes diagnosticados com doenças mentais e apenados com medidas de segurança, um outro interno – preso por estupro, assassino e roubos –, encontrou alívio no violão e na pintura. Ele passou quase metade dos 45 anos privado da liberdade.

Especialistas apontam a necessidade de diferenciar aqueles que têm consciência de seus atos dos que não possuem tal discernimento, e reavaliar os reflexos da Reforma Psiquiátrica no sistema prisional, antecedida pela "Luta Antimanicomial". Quando um autor de crime é considerado inimputável, ou seja, incapaz de responder pelos seus atos, a "punição" é via medida de segurança que, a rigor, deveria ser cumprida em Hospitais de Custódia e Tratamento (HCTP), antes conhecidos como Manicômios Judiciários, devido ao grau de periculosidade do indivíduo.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Uma vida buscando recuperação

14 AGO 2011

Curitiba. B.G., 45 anos, sonha com o retorno a vida fora do Complexo Médico Penal (CMP). Viveu mais da metade da idade dentro de centros de recuperação para menores e no próprio CMP. Sua ficha criminal é longa: cerca de dez processos, resultado de um quadro de distúrbio mental causado pelo uso exagerado de álcool.

Na primeira vez que foi encaminhado ao CMP, em 1986, ele teria roubado um caminhão em Londrina. Em 1991, recebeu alta, mas no mesmo ano, quando ainda cumprira liberdade condicional, foi internado novamente acusado de estupro. Ele saiu de novo em 1997, mas já em 2008, acabou matando um homem em uma briga de bar e foi internado novamente.

"Eu sou alcoólatra, acredito que, por ter matado uma pessoa desta vez, eles me deram um cansaco", e em vez de três anos me deram 13. Mas tudo bem, eu precisava mesmo de um pouquinho de orientação para decidir o que quero da vida. Se eu ver a dor que causo a outras pessoas, o que não tem volta, eu tenho que ser grato ainda", diz ele, que reconhece o homicídio, mas nega ter praticado os dois primeiros crimes.

B.G. critica o tratamento que recebe. Aqui, tem cinco psiquiatras e um psicólogo para mais de 600 internos. Como é que eles vão atender todo mundo? O governo tem que fazer cadeia, mas é preciso ter técnicos lá dentro para cuidar dos indivíduos", diz ele. Após 11 anos de tratamento, hoje vive sem os remédios e participa do grupo do Alcoólicos Anônimos (AA).

Mas sua grande terapia são as aulas de artes e de música. "A arte é minha terapia, hoje eu me sinto bem feliz, a arte me trouxe um bom grado de felicidade", afirma ele. "Nunca me interessei por isso, eu tinha sido criado só para o trabalho", completa, enquanto mostra seus quadros, entre eles um retrato da fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns. Com os quadros, ele chegou a ganhar um prêmio em 2005. Outro sonho é a música. Por enquanto, ele canta para seus colegas do compeixe, mas ele já distribui CDs com suas músicas, na esperança de um dia poder gravar comercialmente.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LOUCOS OU CRIMINOSOS?

'Psicótico tem cura, o psicopata não'

14 AGO 2011

Enquanto o primeiro não avalia a gravidade dos seus atos, o outro é capaz de discernir o certo do errado

O docente do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Osmar Ratzke, adverte que deve-se separar o psicótico do psicopata, pois são condições distintas e uma, quase nunca, tem relação com a outra. "O psicótico é um doente mental, diferente do psicopata, que possui um distúrbio de personalidade, desvio de conduta aceitável, embora seja enquadrada da mesma forma (nos protocolos médicos). O psicótico, quando em surto, não tem condições de avaliar a gravidade do seu ato, seja ele criminoso ou não. Já o psicopata pode até ter uma dificuldade em controlar seus impulsos, mas sabe separar o certo do errado."

O professor acentua que doença mental não é determinante para que o indivíduo cometa crimes. "A doença não é um fator que obrigatoriamente irá desencadear um ato crimi-

noso. Pelo contrário, a grande maioria não irá cometer crime. Em tratamento, a pessoa pode ter uma vida social normal e não oferecer risco à sociedade. Diferente do psicopata que, infelizmente, ainda não existe tratamento eficiente para este desvio e sempre vai oferecer um risco", completa Ratzke.

Membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e presidente do Núcleo de Estudos Psiquiátricos Vera Cruz, Carlos Eduardo Zacharias diz que a lei não está sendo cumprida de forma adequada. "A Política de Saúde Mental está totalmente equivocada. A lei não prevê a extinção dos centros hospitalares ou dos leitos psiquiátricos, mas a ampliação da rede básica de assistência, que inclui atendimento ambulatorial especializado", defende o psiquiatra, cuja posição é ratificada por Ratzke.

Conforme Zacharias, com essas medidas, a situação dos sentenciados à medida de segurança se torna ainda pior. "Em geral, as condições – tanto em infraestrutura quanto de corpo técnico – dos hospitais de custódia são péssimas, até mesmo porque esta unidade não recebe verba do SUS. Os recursos vêm do sistema penitenciário que, na maioria das vezes, não investe nesse setor."

CONTINUA

'Uma voz me dizia para matar minha filha'

Curitiba - No dia 1º de julho de 2008, os paranaenses se horrorizaram diante da notícia de que na noite anterior a auxiliar de enfermagem Tatiane Damiani, então com 41 anos, tinha jogado a própria filha, Mariana, de oito meses, pela janela do 6º andar do edifício onde moravam, no centro de Curitiba. Um laudo médico revelou que a enfermeira tinha grave doença mental.

Considerada inimputável, Tatiane teve a pena transformada em medida de segurança. Diagnosticada como portadora de transtorno bipolar – oscila entre comportamentos depressivos e de agitação –, Tatiane, hoje com 44 anos, é uma entre os 673 internos do Complexo Médico-Penal (CMP).

"Aqui estou bem, tenho a companhia do acompanhamento psíquico, psicológico, do serviço social e jurídico. Faço artesanato, tricô, trabalho na faxina. Tem a hora do medicamento, do descanso", diz ela. Tranquila, só demonstra certa emoção quando fala sobre o que fez à própria filha.

Na véspera do surto psicótico que a fez matar a menina, ela afirma ter tentado se matar, tomando medicamentos. "Acabei vomitando tudo. No dia seguinte acordei desorientada, não sabia que horas eram, nada. Preparei a Mariana e levei-a para a creche."

"As 3 da tarde peguei minha filha na creche mas senti ela pesada, diferente. Troquei a fralda, dei de mamar e lá por 6 da tarde fui dormir. Quando acordei às 21 horas, comecei a ouvir vozes. Eu

ainda li o salmo 91, mas foi pior. Vi um dragãozinho do lado da cama. Vinha a voz me depreciando, dizendo para eu matar minha filha", conta. Para "não sujar a mão", Tatiane afirma ter decidido jogar a criança pela janela. "Estava escuro e eu joguei", conta, com a voz embargada. Ela, então, sentou na janela e pensou em se matar, mas não teve coragem. Acabou presa pela Polícia.

Tatiane conta que fazia tratamento há cerca de 14 anos e tomava antidepressivos. Nesse tempo, foi internada para tratamento psiquiátrico pelo menos duas vezes. O último surto tinha acontecido no oitavo mês de gravidez. "Mas eu nunca tinha feito nada para

ninguém", afirma. Ela, no entanto, tentou se matar diversas vezes, "com gás, cloreto de potássio, com

rivotril", recorda.

Em casa e no trabalho, todos a consideravam uma pessoa normal. Formou-se em Enfermagem em 2000 e trabalhava desde 1993 como auxiliar de enfermagem. Morava em Curitiba desde 1987, vinda de Colorado, no Rio Grande do Sul, onde morava a família. Depois de três anos "internada", ela será avaliada pela Comissão Técnica de Classificação (CTC), que irá definir se tem ou não condições de retornar ao convívio da sociedade.

Os planos de Tatiane são retornar para a casa da mãe em Colorado, onde pretende abrir um pequeno negócio. "Acho que tenho condições."

Enfermeira jogou bebê de 8 meses do 6º andar

14 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Gálatas

A última audiência para o depoimento de testemunhas de acusação no caso Gálatas será realizada amanhã, a partir das 12h30. Somente duas pessoas serão ouvidas: a servidora pública Sandra Regina dos Santos Silva e o gerente de projetos do Instituto Gálatas, João Roberto Quirino Júnior. Com eles, 18 das 20 testemunhas arroladas pelo Ministério Público terão sido ouvidas.

■ A esposa do ex-procurador jurídico do município, Fidélis Canguçu (réu no processo), Joelma Aparecida da Silva, deve ser ouvida pela Justiça de Arapongas, já que está residindo naquela cidade. A última testemunha seria a primeira-dama Ana Laura Lino, mas ela conseguiu em habeas corpus o direito de não ser ouvida, já que é investigada por irregularidades no Instituto Atlântico, juntamente com o prefeito Barbosa Neto.

■ Ao todo, são 15 réus no caso Gálatas. Eles foram denunciados por formação de quadrilha, corrupção, peculato e falsidade ideológica.

INFORME

Perguntinha

A decisão da Justiça sobre o Instituto Gálatas é a Operação Antissepsia do Ministério Público vai sair antes do final desse mandato?

MILITÃO

Homenagem a Romeu Saccani

- A sub-seção da OAB de Londrina promoverá o 2º Torneio de Tênis Romeu Saccani, homenageando este advogado, que foi destacado tenista na cidade e região, campeão brasileiro de masters. A disputa acontecerá dias 23, 24 e 25 de setembro, reunindo advogados, bacharéis em direito, juizes, promotores, delegados, estudantes e convidados. As inscrições estarão abertas até o dia 16 do próximo mês, pelo fone 3341-9102. Os jogos serão efetuados na Academia APT, à Avenida Harry Prochet, 750, no Residencial Tucano.

15 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Sistema prisional ineficiente

A punição ou o tratamento inadequado dispensado para doentes mentais que cometem crimes no País revelam apenas uma das falhas do sistema carcerário. Celas superlotadas, presos em condições degradantes e falta de ocupação do tempo ocioso dos apenados são algumas das inúmeras falhas apresentadas. É sabido e notório que o atual sistema – embora tenha a função de colaborar para que os detentos deixem as prisões melhores do que entraram – em nada contribui para isso. Pelo contrário. Na maioria dos casos, os detentos continuam envolvidos no ciclo de violência.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Paraná tem cerca de 37 mil presos, a terceira maior população carcerária do País. Só é menor do que o número de encarcerados em São Paulo e Minas Gerais. Deste total, 15 mil estariam em delegacias, o maior número do Brasil! O CNJ estima ainda que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, com 494.598 presos, atrás apenas dos Estados Unidos (2.297.400 detidos) e da China (1.620.000).

Nos últimos cinco anos, foi registrado crescimento de 37% no número de presos no País. Além disso, do total da população car-

cerária, 44% ainda são provisórios; ou seja, ainda esperam o julgamento de seus processos.

Com um sistema moroso e ineficiente é de se esperar que os doentes mentais também não recebam tratamento adequado. Reportagem desta FOLHA publicada ontem mostra que o Paraná sequer conta com um Hospital de Custódia e Tratamento. Ao todo são apenas 21 no País, menos de um por Estado. Os paranaenses contam apenas com o Complexo Médico Penal, que o governo federal não considera hospital de custódia. Mesmo assim, o Complexo (instalado em Curitiba) atende acima da sua capacidade: são 600 vagas para 673 internos atualmente. Outros 26 aguardam transferência.

A maioria dos serviços públicos oferecidos à população – como saúde e educação (apenas para citarmos os dois mais básicos) – é deficiente. A alta carga tributária paga pelos brasileiros em quase nada retorna em benefícios. E o mesmo ocorre com o sistema prisional. É urgente a necessidade de investimentos na capacitação da mão-de-obra e na ocupação do tempo ocioso dos presos. Somente a construção de presídios em nada contribuirá para melhorar essas pessoas e para construir uma sociedade menos violenta.

O Paraná tem a terceira maior população carcerária do País

15 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Morte de juíza gera denúncias

São Paulo - O Disque-Denúncia do Rio de Janeiro recebeu 64 denúncias desde que a juíza Patrícia Acioli foi assassinada até ontem a tarde. As informações estão sendo encaminhadas para Delegacia de Homicídios, que investiga o caso. O crime aconteceu no final da noite de quinta-feira (11), quando a magistrada se aproximava da entrada do condomínio onde residia, em Niterói, no Rio. Ela tinha 47 anos e ganhou notoriedade por suas condenações rigorosas. As investigações indicam que o crime foi encomendado por integrantes de grupos de extermínio e de milicianos.

13 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Juíza que condenou policiais é executada; 87 estão ameaçados

Patrícia Lourival Acioli, 47 anos, que combatia milícias no Rio, foi morta com 21 tiros na frente de casa. CNJ diz que outros magistrados correm risco no país

Conhecida por seu rigor ao condenar policiais, a juíza Patrícia Lourival Acioli, 47 anos, foi assassinada com 21 tiros em frente de sua casa, em Niterói, na região metropolitana do Rio, na noite de quinta-feira. Ameaçada há pelo menos nove anos, a juíza, que teve atuação rigorosa contra a ação de grupos de extermínio em São Gonçalo, não tinha escolta na hora do crime. A polícia suspeita de milícias, grupos de extermínio, agiotas e máfias de vans.

O assassinato chamou a atenção de autoridades para o risco que os magistrados brasileiros vêm correndo. Segundo a corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, pelo menos 87 juízes estão ameaçados em todo o Brasil. Para ela, o Judiciário está "cochilando" em garantir a segurança desses magistrados.

Segundo o CNJ, apenas 42 juízes brasileiros estão sob escolta policial, e pelo menos 69 já foram ameaçados e 13 vivem em "situação de risco". Só no Paraná, 30 magistrados estariam ameaçados de serem mortos, como publicou a Gazeta do Povo no dia 12 de abril deste ano.

Embora não contasse mais com proteção designada pelo Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) há quatro anos, Patrícia Acioli jamais deixou de sofrer ameaças. Ela teve escolta feita por três policiais militares, 24 horas por dia, entre 2002 e 2007. Em julho daquele ano, após ser informada de que a segurança seria reduzida a somente um policial militar, desistiu da proteção.

Segundo o presidente do TJ-RJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, o pedido deve partir dos juízes. Patrícia jamais solicitou escolta, mas teve a segurança determinada pelo Tribunal em 2002, devido às ameaças que sofria. Em 2007, no entanto, a Diretoria-Geral de Segurança Institucional do TJ-RJ "chegou à conclusão de que não havia necessidade de Patrícia continuar com aquela segurança intensa", disse Santos.

Familiares disseram que a redução do número de policiais militares que faziam a escolta chateou Patrícia, que por isso

dispensou a escolta. "Havia algum tipo de ameaça, mas ela realmente acabou, porque de 2007 pra cá nada aconteceu", disse o presidente da Associação dos Magistrados do Rio, desembargador Antônio César Siqueira.

Ameaças de morte

Investigação conduzida pela Delegacia de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) entre 2007 e 2008 interceptou ameaças de morte contra Patrícia dentro da carceragem de Neves, em São Gonçalo. Comunicados começaram a circular entre detidos em uma operação contra o transporte público ilegal no município e criminosos que ainda estavam livres.

Segundo a Secretaria de Estado de Segurança do Rio, cerca de 300 PMs são cedidos ao Tribunal de Justiça para trabalhar na segurança de juízes, desembargadores e demais funcionários. "A alocação deles fica a critério do TJ-RJ", disse o secretário José Mariano Beltrame.

Rebêlo dos Santos afirmou que criará uma comissão de juízes para assumir os processos da 4.ª Vara Criminal de São Gonçalo que estavam sob a responsabilidade de Patrícia Acioli. Segundo ele, isto dará mais segurança aos magistrados e agilizará os processos que estão tramitando naquela comarca. O presidente do TJ disse ainda que determinou que fossem lacrados o gabinete e as câmaras de segurança da 4.ª Vara Criminal que ficarão à disposição da polícia para a apuração do crime.

CONTINUA

13 AGO 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

CONTINUAÇÃO

Magistrada era "linha-dura"

Conhecida pelo rigor e por uma atuação definida como rápida e linha-dura, a juíza Patrícia Lourival Acioli ganhou notoriedade ao condenar policiais militares acusados de liderar grupos de extermínio e de forjar autos de resistência (mortes em alegados confrontos) no município de São Gonçalo.

Em setembro, ela foi responsável pela prisão de quatro PMs acusados de integrar um grupo de extermínio investigado por 11 assassinatos. Em janeiro, decretou a prisão de seis policiais do 7.º Batalhão de Polícia Militar denunciados por homicídio, em casos antes registrados como autos de resistência. Na quinta-feira, pouco antes de ser morta, havia determinado a prisão preventiva de mais um grupo de PMs por homicídio duplamente qualificado.

"Ela achava que combater essas milícias e grupos de extermínio era uma missão, que ela era uma justiceira", disse uma defensora pública. "Ela costumava dizer que detestava matador e que PM matador era um milhão de vezes pior." A defensora, que pediu para não ser identificada, representou réus julgados por Patrícia, mas elas se tornaram amigas. "Ela era extremamente competente e era linha-dura mesmo. Em alguns casos era difícil trabalhar, porque ela dava penas altíssimas." Mesmo depois de receber ameaças, a juíza manteve o pulso firme, conta. "Ela tinha um problema muito sério: não tinha medo."

Patrícia começou sua carreira como defensora pública na Baixada Fluminense e ingressou na magistratura em dezembro de 1992. Em 1999, foi promovida a juíza da 4.ª Vara Criminal de São Gonçalo, onde atuava há 12 anos. Parentes de policiais que eram julgados por ela criticavam sua atuação, afirmou o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP-RJ), que disse

ter recebido denúncias sobre a conduta de Patrícia. "A forma como ela conduzia as sessões era muito áspera. Ela chamava os réus de bandidos", disse. Bacharéis que atuaram com Patrícia rebateram as acusações do deputado. "Ela jamais agiu de maneira desrespeitosa com o réu. Era educada e nunca criou qualquer desentendimento." Patrícia teve três filhos e namorava o policial Marcelo Poubel.

A MORTE

Veja como foi a execução da juíza Patrícia Acioli:

1 CHEGADA EM CASA

Às 23h45, Patrícia Acioli chegava de carro, um Fiat Idea cinza, a sua casa, na Rua dos Corais, em Piratininga, bairro de Niterói, após um dia de trabalho no Fórum de São Gonçalo.

2 ABORDAGEM

A juíza foi abordada por criminosos em duas motos e ao menos um carro (a participação de um segundo carro está sendo investigada) em frente de sua casa, ainda na rua.

3 OS TIROS

Foram efetuados ao menos 15 tiros de pistolas calibre .40 e .45. Oito atingiram o vidro da motorista.

4 FUGA

A quadrilha fugiu do local em seguida. A polícia analisa imagens de câmeras de rua próxima que mostra a saída dos criminosos.

"Não tenho medo de ameaça. Quem quer fazer algo vai e faz, não fica ameaçando. Ninguém morre antes da hora. Sei que, no imaginário popular, a juíza é quem faz tudo, mas é a polícia que investiga, são os promotores que fazem a denúncia e é o júri que julga."

Patrícia Lourival Acioli, em entrevista ao jornal O Globo, em setembro do ano passado.

Juíza assassinada

O recente assassinato de uma juíza, no Rio de Janeiro, mostra o caos em que se encontra a segurança pública no país. Nem as autoridades estão sendo poupadas. Enquanto isso, muitos especialistas e legisladores ainda defendem penas mais brandas, em vez de tentar proteger as vítimas e suas famílias e combater a impunidade.

João Luís V. Teixeira

"Foi uma barbaridade contra um ser humano e, sobretudo, contra a Justiça brasileira e o Estado de Direito."

Ophir Cavalcante, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Esse crime será apurado, os responsáveis serão presos e enviados imediatamente para um presídio de segurança federal fora do estado."

Manoel Alberto Rebêto dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

"Ela não foi a primeira e gostaria que muito que fosse a última, que nós não tivéssemos mais esse tipo de impunidade que estimula o crime organizado a assinar as pessoas que buscam fazer justiça e fazer a lei."

Irliny Lopes, da Secretaria das Mulheres do governo federal.

CONTINUA

13 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PF vai investigar o assassinato

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou que a Polícia Federal investigue a morte da juíza Patrícia Lourival Acioli. "O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cesar Peluso, me procurou e pediu para que nós entrássemos nas investigações. Eu, então, conversei com o governador [do Rio] Sérgio Cabral e determinei à Polícia Federal que entre no caso, já a partir de agora", disse o ministro.

A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, disse que quatro representações foram protocoladas no passado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle externo do Judiciário, contra Patrícia. Ela era acusada de abuso de poder, mas as representações foram arquivadas. "Essas representações são comuns a todos os juízes que agem de uma

forma mais rigorosa", afirmou Elaine. "Há meses, verificamos que o PCC [sigla da facção criminosa Primeiro Comando da Capital] havia formulado 40 representações. Os próprios bandidos fazem representação."

Enterro

Cerca de 400 pessoas, entre parentes, amigos, magistrados e promotores, acompanharam no fim da tarde de ontem o enterro de Patrícia Acioli, no Cemitério do Marujá, no Barreto, em Niterói. O ex-marido de Patrícia, que pediu para não ter o nome divulgado, fez um discurso pedindo às autoridades para que a morte dela não seja "mais um número nas estatísticas". O filho mais velho de Patrícia, Mike, 20 anos, e a mãe da juíza, Marly, eram os mais emocionados.

BESSA

"Calar a voz de um juiz é um precedente perigosíssimo para a República. É um golpe na democracia."

Denise Frossard, juíza aposentada que se notabilizou por desarticular a rede de bicheiros que atuava no Rio de Janeiro, sobre o assassinato da juíza Patrícia Acioli, em Niterói.

13 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Sobrinho de Beira-Mar é liberado

■ A Justiça do Rio autorizou ontem a libertação de Jean Júnior da Costa Oliveira, de 21 anos, sobrinho do traficante Fernandinho Beira-Mar. Oliveira foi preso na última quarta-feira sob acusação de integrar a quadrilha que assaltou um ônibus e manteve passageiros reféns na avenida Presidente Vargas, no centro do Rio, na última terça-feira.

Oliveira estava preso na 6ª DP (Cidade Nova) e até a noite de ontem não havia deixado a cadeia. Para a juíza Maria Elisa Peixoto Lubanço, autora da decisão, não existem indícios sufi-

cientes para manter Oliveira preso, pois só um policial o reconheceu e ele não foi preso em flagrante.

O suspeito foi detido horas depois do crime no Hospital São Lucas, em Copacabana (zona sul). Um de seus advogados, Marco Aurélio Santos, diz que na hora do assalto seu cliente estava sendo atendido em um hospital de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Já os dois presos em flagrante após o crime, Renato da Costa Junior e Bruno Silva de Lima, tiveram a prisão em flagrante revertida em prisão preventiva pela mesma juíza. Clerivan da Silva Mesquita, outro acusado pelo crime, que está foragido, também teve a prisão preventiva decretada.

CRIME

Justiça solta mães de meninas do arrastão

■ As quatro mães de meninas que faziam arrastões na região da Vila Mariana, na zona sul de São Paulo, foram soltas hoje por decisão da juíza Maria Fernanda Belli, do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo). As mães foram presas sob acusação de "abandono de incapaz", na quinta-feira, após serem localizadas para buscar as meninas apreendidas pela Polícia Militar.

A Defensoria Pública havia pedido, na tarde de ontem, o relaxamento da prisão das mulheres, por considerar que não existe responsabilidade penal objetiva. "Ou seja, as mães não poderiam responder no âmbito criminal por atos praticados por suas filhas", informou o órgão, por meio de nota. Além disso, a Defensoria argumentou que a acusação sequer se enquadra no tipo penal de "abandono de incapaz".

As garotas foram apreendidas na tarde de quinta-feira após cercarem um carro com duas mulheres, pedindo bolsas, dinheiro e celulares. Segundo a polícia, o carro foi cercado por cerca de 15 meninas, mas apenas sete foram apreendidas. Dessas sete, três são crianças e quatro são adolescentes.

CASO BRUNO

Advogado afastado por fumar crack volta a atuar

■ Depois de nove meses fora do processo sobre a morte de Eliza Samudio, ex-amante do goleiro Bruno Fernandes, por ter sido suspenso após ser flagrado em vídeo fumando crack, o polêmico advogado Ércio Quaresma volta ao caso. Desta vez, porém, ele vai integrar a equipe de defesa de outro réu, o ex-policial civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de exe-

cutar a vítima. Ele já atuou na defesa de Bola em outro processo, sem relação com o processo contra o goleiro. O advogado, que também é ex-policial civil, passou três meses internado para tratamento de dependência química. Na ação que tramita no Tribunal do Júri de Contagem pelo sequestro e assassinato de Eliza, Quaresma era advogado de Bruno, que

hoje é defendido por Cláudio Dalledone Júnior.

Ércio Quaresma, que chegou a dormir e roncar em audiência, não será responsável sozinho pela defesa de Bola. Ele vai integrar a equipe de Zanone Júnior, já encarregado do processo. Bola é acusado de homicídio, mas não foi incluído na denúncia por sequestro e cárcere privado, como Bruno e outros acusados.

13 AGO 2011

GAZETA DO POVO

WILSON DE ARAÚJO BUENO

Odeusa Schulman

Com o falecimento, segunda-feira, do desembargador Ronald Schulman, Curitiba perde uma de suas figuras mais distinguidas. Dono de notável saber jurídico, trazia o encanto de irradiante personalidade, calcada em valores como caráter, amizade e amor ao próximo. Com a forte e elegante Siomara Paciornik, marcava o mundo paranaense, ao lado dos filhos Mariana, Luiz, Paulo e Ana Clara, formando bela família. Que a fé fortaleça a todos.

GAZETA DO POVO

13 AGO 2011

COLUNA DO LEITOR

Ações do INSS

Sobre a matéria "Ações contra o INSS atrasam a Justiça Estadual" (Gazeta, 12/8), temos de entender que no interior a maior parte das ações previdenciárias vem de pessoas que necessitam deslocar testemunhas para provar o alegado, não tendo porque serem obrigadas a ir a outras cidades. Qualquer exigência nesse sentido significa dificuldade ao acesso à Justiça. Sabemos que existe um problema endêmico no Judiciário, de estruturação, e número menor de juízes. Entretanto, não se pode querer culpar as ações previdenciárias e os segurados que buscam seus direitos.

Gerson Luiz Wenzel

HABEAS CORPUS

Justiça fixa fiança em até R\$ 160 mil e libera 16 presos

O juiz federal do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Guilherme Mendonça, concedeu ontem liminar para soltar mais 16 pessoas que continuavam presas após a Operação Voucher, da Polícia Federal. Na quarta-feira, a PF já havia liberado outros 18 dos 36 presos.

Foram liberados dois integrantes da cúpula do Ministério do Turismo – Frederico Costa, secretário-executivo, e Colbert Martins, ex-deputado pelo PMDB e secretário de Programas e Desenvolvimento, além das servidoras Kérina Carvalho, Gláucia Matos, Freda Azevedo e Kátia da Silva.

A decisão obriga os seis a se afastarem dos cargos.

O juiz mandou soltar ainda o ex-secretário-executivo Mário Moyses e os empresários Jorge Fukuda, Luiz Gustavo Machado, Maria Helena Necchi – os três do Ibrasi –, Dalmo Queiroz, Luciano Costa, José Carlos da Silva Jr. e Katiana Pupo.

Costa, Moyses, Silva Jr. e Fukuda terão de pagar uma fiança de R\$ 109 mil e Machado, R\$ 160 mil.

O valor da fiança foi estipulado por uma lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff há três meses.

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Novão da Jaula

O Supremo Tribunal Federal iniciou julgamento que deverá definir se haverá ou não mudança no prazo de prescrição para o trabalhador reclamar o não recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por empregadores e tomadores de serviço. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e do próprio Supremo fixam o prazo de 30 anos, mas o ministro Gilmar Mendes propôs uma revisão desse entendimento. Para ele, a prescrição de 30 anos deve ser substituída pelo prazo previsto no inciso 29 do artigo 7.º da Constituição Federal, que fixa o tempo de cinco anos para que trabalhadores urbanos e rurais possam cobrar créditos resultantes das relações de trabalho. O dispositivo prevê ainda que esse prazo de prescrição é de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

13 AGO 2011

GAZETA DO POVO

MPF vai denunciar cúpula do ministério e deputada federal

Ministério Público
Federal concluiu
diligência sobre o
esquema de
corrupção no Turismo

O Ministério Público Federal (MPF) no Amapá encerrou ontem o inquérito sobre o esquema de corrupção no Ministério do Turismo. Segundo o procurador da República Celso Leal, a cúpula da pasta será denunciada nos próximos dias e a suspeita sobre a participação da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) será enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o inquérito, a cúpula do ministério teve participação no desvio de R\$ 3 milhões dos R\$ 4,4 milhões liberados a partir de emenda da deputada.

O nome dela aparece em pelo menos quatro depoimentos como destinatária do dinheiro da pasta. Ela tem foro privilegiado no STF e somente a Procuradoria-Geral da República, em Brasília, tem prerrogativa para investigá-la na área criminal.

Com o encerramento do inquérito nesta sexta-feira, o MPF consegue impedir que todo o inquérito seja enviado ao STF, o que prejudicaria a denúncia sobre os demais envolvidos. O Supremo e a PGR vão receber todos os autos, mas apenas para analisar o envolvimento de Fátima Pelaes.

De acordo com os relatos presentes no inquérito da polícia, Fátima Pelaes teria montado um conluio no Amapá para levar recursos públicos para ela própria, e para a campanha à sua reeleição no ano passado. A deputada é autora das emendas parlamentares que favoreceram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), entidade pivô do esquema investigado pela PF. A operação Voucher, desencadeada pela polícia na terça-feira, prendeu 35 pessoas, incluindo os quatro investigados que prestaram os depoimentos que comprometem a deputada.

Um dos depoimentos é de Merian Guedes de Oliveira, que aparece como secretária da Conectur, uma cooperativa fantasma do Amapá que, segundo a investigação, foi subcontratada pelo Ibrasi por R\$ 250 mil e fez um convênio com o próprio Ministério do Turismo em 2009 no valor de R\$ 2,5 milhões. Merian disse que foi avisada pelo patrão e dono da Conectur, Wladimir Furtado, que a deputada Fátima Pelaes ficaria com os recursos do Turismo destinados ao Amapá.

Furtado foi preso na operação da PF na terça-feira. Em seu depoimento, Wladimir Furtado se identificou como "turismólogo" e afirmou "nunca entregou nenhum dinheiro para Fátima Pelaes".

No entanto, um sobrinho de Furtado, David Lorrann Silva Teixeira, deu uma versão diferente. Ele, que é tesoureiro da Conectur, declarou que "seu tio falava que ganharia 10% do total e a deputada federal Fátima Pelaes ficaria com aproximadamente R\$ 500 mil do total".

Outro depoimento que menciona o nome da deputada foi dado por Errol Flynn de Souza Paixão, que já foi sócio da Conectur. Segundo ele, "Wladimir chegou a dizer que o dinheiro seria devolvido à deputada". Outra depoente, Hellen Luana Barbosa da Silva, afirmou aos policiais que, na sua opinião, "a deputada Fátima Pelaes indicou o Ibrasi para receber parte do dinheiro para financiar sua campanha à reeleição".

14 AGO 2011

GAZETA DO POVO

ANOS DE SILÊNCIO

A proibição imposta ao *Estadão* há dois anos não está a prejudicar apenas aquele veículo. Macula a liberdade de imprensa país afora. É por isso que a Gazeta do Povo é solidária. Não apenas ao jornal *O Estado de S. Paulo*, mas principalmente a todos os cidadãos que estão desprovidos das informações as quais aquele jornal foi impedido de divulgar

Justiza que tarda certamente falha. Desde 31 de julho de 2009, o jornal *O Estado de S. Paulo* está proibido, por meio de liminar, de publicar notícias baseadas nas investigações da Polícia Federal sobre ilícitos praticados pelo empresário maranhense Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney. As apurações da operação chamada antes Boi Barrica, depois Faktor, levaram ao indiciamento do empresário por lavagem de dinheiro, tráfico de influência, formação de quadrilha e falsidade ideológica. E lá se vão dois anos desde que o *Estadão* foi silenciado.

A decisão de amordaçar o jornal foi tomada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) Dácio Vieira, amigo da família Sarney. E é essa decisão que se mantém até hoje, apesar de ter sido tomada de forma monocrática (proferida por um único magistrado) e em antecipação de tutela (antecipação parcial ou total dos efeitos de uma futura decisão). Esse fato causa estranheza, já que os argumentos apresentados pela família Sarney carecem da chamada "fumaça do bom direito", requisito exigido para que a liminar fosse concedida. Pior: a decisão de Vieira mantém-se até hoje, apesar de ele ter sido considerado suspeito para julgar e ter sido excluído do caso, tendo perdido a relatoria do processo.

O caso está parado no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Há 14 meses, espera-se que o ministro do STJ Benedito Gonçalves decida qual o foro adequado para o processo: a Justiça do Maranhão ou a instância equivalente no Distrito Federal. Enquanto isso, a tal liminar de Vieira permanece de pé e um julgamento de mérito da questão parece estar longe de acontecer. E enquanto não se decide o mérito, perpetua-se a injustiça, principalmente, quando está a se tratar de valores tão sensíveis e caros à democracia.

No episódio *Estadão*, claramente, não está a se tratar da intimidade e da honra de pessoas anônimas e sobre fatos que não dizem respeito a toda coletividade. Pelo contrário. Está a se falar de informações de interesse público. Pessoas públicas. Dados colhidos em investigações da Polícia Federal. E essas informações, indiscutivelmente, a sociedade tem o inviolável direito de conhecer. A proteção da privacidade limita-se à vida particular do cidadão. Não vale quando se está em jogo ato de interesse público ou em prejuízo do que é público.

A proteção do sigilo de Justiça, diriam alguns, poderia justificar a proibição feita ao *Estadão*. É importante lembrar, porém, que o sigilo é da Justiça, não da imprensa. A imprensa não pode ser imposto o papel de guardar sigilos que não são seus. A imprensa é essencial à sociedade e à democracia justamente porque, sendo independente, pode descobrir o que é guardado a sete chaves pelo poder público. E é por isso que ela é capaz de fiscalizar o poder. De que serviria a imprensa se ela não pudesse revelar segredos de interesse público?

Quando o segredo de Justiça oculta dados de flagrante interesse público, a imprensa tem, sim, o dever de desvendá-lo, usando, é claro, meios lícitos. E ao desvendá-los, deve avaliar a pertinência dessa publicação. A imprensa certamente não cumpriria o seu papel se optasse por fingir que não viu o que interessa a toda a população, mantendo-a na mais completa ignorância.

O que se está a proteger, então, ao impedir a divulgação dessas informações? A quem interessa? Aos quatro ventos todos cantam a importância da liberdade de imprensa. Um valor, certamente, caro à democracia. Mas um valor que, na prática, é difícil de se efetivar. Ou pelo menos difícil de se efetivar quando estão em jogo interesses poderosos. Interesses que parecem se sobrepor ao interesse maior: o público. A verdade é que todos são muito liberais, a não ser quando a liberdade contraria o seu interesse particular.

A proibição imposta ao *Estadão* há dois anos não está a prejudicar apenas aquele veículo. Macula a liberdade de imprensa país afora. É por isso que a Gazeta do Povo é solidária. Não apenas ao jornal *O Estado de S. Paulo*, mas principalmente a todos os cidadãos que estão desprovidos das informações as quais aquele jornal foi impedido de divulgar. São os leitores os maiores prejudicados. É a esses que somos solidários. Ao proteger a honra e a intimidade de Fernando Sarney, sobrou aos brasileiros a violação ao seu direito de serem informados. Ficaram sem notícias sobre como o filho do presidente do Senado, ao se aproveitar do poder e influência do pai, tornou-se caso de polícia.

Corrupção rápida, Congresso lento

27 proposições que tratam do combate a crimes na administração pública aguardam para serem votadas pelo plenário da Câmara dos

Deputados

Enquanto denúncias de irregularidades se alastram por Brasília em ritmo acelerado ao longo de 2011, 27 proposições que tratam do combate à corrupção estão prontas para serem votadas pelo plenário da Câmara dos Deputados. A mais antiga, que aumenta a pena para crimes contra a administração pública, espera na fila há uma década. Incluindo propostas que tramitam em comissões, há cerca de 120 textos sobre o tema sendo analisados sobre o tema por deputados federais e senadores.

O levantamento é da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. Reinstalado em abril, o grupo tem se dedicado a rastrear projetos que abrangem melhorias na gestão pública, nos tribunais de Contas, no Poder Judiciário e no Ministério Público. O número de membros impõe respeito — são 217 parlamentares (37% do total), mas “só uns dez se dedicam para valer”, como define o coordenador da frente, deputado Francisco Praciano (PT-AM).

Nos últimos três meses, o petista tem se dedicado a conversar com os presidentes de comissões para pedir prioridade nas votações de matérias sobre o assunto. Na última terça-feira, o encontro foi com o presidente da

Câmara, Marco Maia (PT-RS). A reunião teve pouco destaque, já que o noticiário estava ocupado pelas 36 prisões de suspeitos de desvios em recursos do Ministério do Turismo.

“Não posso mascarar a realidade. Todo mundo sabe que os projetos para coibir a corrupção têm bem mais dificuldades de entrar na pauta do que os outros”, admite Praciano. Na última legislatura, o Congresso aprovou apenas duas proposições do gênero. Um deles foi um projeto de lei complementar do ex-senador João Capiberibe (PSB-AP), que obriga municípios, estados e União a publicar na internet todos os gastos que realizam.

O outro foi a Lei da Ficha Limpa, em vigor desde o ano passado. A validade da norma para as eleições de 2010, porém, foi contestada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros ainda vão analisar a constitucionalidade de outros aspectos do texto, que corre o risco de perder toda a eficácia.

A diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita José Rosa, lembra que Ficha Limpa só foi aprovada graças à pressão popular. “Se a sociedade não reivindicar a aprovação de projetos nessa linha, não são os políticos que vão fazer por conta própria”, diz. Para ela, a proliferação de escândalos ao longo deste ano tem provocado um efeito danoso: “as pessoas parecem estar anestesiadas com a banalização da corrupção.”

A frente parlamentar instalada neste ano não é a primeira tentativa de mobilizar os parlamentares em torno do tema.

Houve versões anteriores em 2003 e 2009 que já trabalharam no mesmo sentido. Há três anos, o grupo chegou a fazer uma parceria com o Contas Abertas, entidade que trabalha na área de transparência do gasto público.

Ná época, foram catalogados 68 projetos considerados prioritários sobre o tema. “Lembro-me de que toda vez que pedíamos o apoio de qualquer deputado para dar mais agilidade a essas propostas, ele dizia na hora que aceitava. Na hora de brigar para colocá-lo em votação, aí era outra história”, diz o diretor do Contas Abertas, Gil Castello Branco.

CONTINUA

Prioridade e agilizar o Judiciário

14 AGO 2011

Dentre os 27 projetos prontos para serem votados pelo plenário da Câmara, o deputado Francisco Praciano (PT) destaca como prioridades duas propostas de emenda à Constituição (PECs). Complementares, elas tratam da criação de foros judiciais específicos para casos de improbidade administrativa. A ideia é dar mais agilidade aos julgamentos de processos que tratam de corrupção.

“No Brasil há muita denúncia, alguma investigação e quase nenhum julgamento”, defende o parlamentar. Segundo ele, é errado criar a falsa expectativa na população de que apenas a aprovação de projetos podem melhorar o combate à corrupção. “Nosso maior problema é a impunidade, por isso seria tão importante que o Legislativo criasse dispositivos para ajudar a justiça.”

A PEC 422/05, do deputado Luiz Couto (PT-PB), cria varas especializadas para julgar ações de improbidade administrativa

em primeira instância. Já a PEC 115/2007, do ex-deputado Paulo Renato Souza (PSDB-SP), morto em junho, sugeria originalmente a criação de um Tribunal Superior da Probidade Administrativa. A sugestão passou por modificações em uma comissão especial e agora propõe a criação de câmaras especializadas nos Tribunais de Justiça (TJs) dos estados e de turmas no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

“Serão espaços criados para julgar casos de grandes desvios, não de ladrões de galinha”, complementa Praciano. Segundo ele, os presidentes de TJs já poderiam criar esses tribunais por meio de uma solicitação às respectivas Assembleias Legislativas, mas a prática esbarra no corporativismo.

A única câmara especializada em funcionamento no país foi instalada no TJ do Rio Grande do Sul. “Ela é conhecida como ‘câmara de gás’ dos corruptos”, diz o deputado.

NA FILA

Confira alguns dos projetos que aguardam votação:

Improbidade – As PECs 422/2005 e 115/2007 criam varas e câmaras judiciais específicas para o julgamento de crimes de improbidade administrativa.

Enriquecimento ilícito – O Projeto de Lei 5.363/2005 inclui o termo como tipo penal, com pena de reclusão de dois a 12 anos.

Hediondos – O PL 3.760/2004 transforma em hediondos os crimes praticados contra a administração pública.

Corrupção ativa – O PL 7.710/2007 aumenta a pena de reclusão para o crime de corrupção ativa de funcionário público

estrangeiro em transações comerciais internacionais.

► **Prescrição** – O PL 4.613/2001 estabelece que o prazo prescricional para os crimes contra a administração pública será contado a partir do dia em que o fato for conhecido.

► **Omissão** – o PL 2.360/2007 tipifica como crime a omissão da autoridade que não reduzir despesas públicas para se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal.

► **Contas** – A PEC 28/2007 cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, que serviria como órgão de controle externo de todas as cortes de contas do país.

14 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Abrigos têm 36,9 mil crianças

Pesquisa revela que 22% das instituições brasileiras ficam na Região Sul. Mais da metade dos abrigados têm menos de 11 anos

Levantamento realizado em todo o país mostra que existem 36,9 mil crianças vivendo em instituições de acolhimento no Brasil. Somente a Região Sudeste concentra 60% dos abrigamentos, seguida da Região Sul, com 22%. Desde 2003 não havia uma pesquisa nacional sobre a temática e o poder público desconhecia quantos meninos e meninas vivem afastados da família. O estudo foi realizado pela Fiocruz em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde novembro de 2009, prevê que o tempo máximo de acolhimento seja de dois anos, por isso a partir de 2011 o número de meninos e meninas nesta situação deve diminuir. As crianças são encaminhadas para abrigos quando são vítimas de alguma violação de direito (veja box abaixo).

A revelação do número real de garotos e garotas acolhidas mostra o limbo legal em que milhares de crianças vivem no Brasil. Isso porque elas são afastadas dos pais, mas o poder familiar não é destituído. Assim, elas não podem ser encaminhadas para a adoção e nem voltam a viver com os familiares. Muitas eram "esquecidas" nas instituições e ficavam lá até a maioridade, o que viola o direito à convivência familiar e comunitária.

O vínculo que os meninos e meninas ainda mantêm com a família é a maior prova de que muitas vezes o acolhimento é desnecessário. A pesquisa da Fiocruz e MDS mostra que 60% dos acolhidos têm vínculos e recebem visita dos familiares. Mais da metade deles têm menos de 11 anos e 58% são negros ou pardos.

A pesquisadora Irene Rizzini, presidente da Childwatch International Research Network e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, argumenta que todo o atendimento à infância precisa ser repensado e que isso não pode ser feito de maneira isolada. "As famílias dessas crianças são as mais pobres, geralmente chefiadas por mulheres com problemas financeiros e uso de drogas. Os filhos são encaminhados ao acolhimento, enquanto para os familiares nada é feito."

Rizzini aponta que é preciso pensar em alternativas além do acolhimento, ainda que os abrigos temporários sejam necessários. Ela explica que há dois problemas na institucionalização: em alguns casos, o afastamento é desnecessário e, depois que ele ocorre, existe uma dificuldade na reinserção e retorno familiar.

O promotor Murillo Digiacomo, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente (Caopca) do Ministério Público do Paraná, afirma ser lamentável a existência de tantas crianças acolhidas. "Precisamos fortalecer a convivência familiar e criar mecanismos de promoção, pois as instituições nunca substituirão a família", diz.

Vivência nas ruas

O levantamento do MDS apontou que 19% dos meninos e meninas acolhidos já viveram nas ruas. Representante do movimento Criança Não é de Rua, Adriano de Holanda Ribeiro afirma que é comum ocorrer este trânsito dos garotos e garotas entre a rua e as instituições. Em Fortaleza, o abrigo que ele coordena levou dez anos para diminuir a evasão de 90% para 5%. "As crianças em situação de rua têm características nômades e existem poucas instituições focalizadas nelas." O tempo médio de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil é de 24,2 meses.

CONTINUA

14 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ACOLHIMENTO

Estudo do governo federal mostra que o Brasil tem quase 37 mil crianças vivendo em abrigos. 60% delas ainda têm vínculos com a família de origem e poderiam voltar a viver com os pais biológicos se houvesse políticas de incentivo.

Número de crianças

Brasil	36.929
Centro-Oeste	2.114
Nordeste	3.710
Norte	1.051
Sudeste	21.730
Sul	8.324

Número de instituições

Brasil	2.624
Centro-Oeste	180
Nordeste	264
Norte	97
Sudeste	1.419
Sul	664

Tamanho das instituições em capacidade de crianças

Até 10	48%
11 a 20	31%
21 a 30	13%
mais de 31	8%

PERFIL DAS CRIANÇAS

Sexo



Faixa etária

Até 5 anos	25%
6 a 11 anos	36%
12 a 15 anos	29%
16 a 17 anos	10%

Cor da pele

Branca	41%
Parda	39%
Preta	19%
Amarela	0,5%
Índigena	0,5%

A criança tem trajetória de rua?

Não	78%
Sim	19%
Sem informação	3%

Principais motivos para o acolhimento

Negligência da família	38%
Pais* dependentes químicos	20%
Abandono pelos pais* ou responsáveis	19%

Principais razões para desligamento das crianças em %

Retorno para a família de origem	93%
Adoção nacional	56%
Maioridade	34%
Evasão	33%
Mudança para outro serviço	30%

CONTINUA

Entidades sentem falta de promoção à família

A pesquisa do MDS mostra que quase 70% das instituições de acolhimento foram criadas nos últimos 15 anos, com o objetivo de sanar uma lacuna que o estado não consegue preencher, devido à alta complexidade do atendimento. Com a alteração no ECA em 2009, muitas passaram a reivindicar melhores políticas públicas para garantir a convivência familiar dos acolhidos.

Em Curitiba, a Rede de Instituições de Acolhimento (RIA) conseguiu a correção de 100% na defasagem do valor per capita pago pela prefeitura, passando de R\$ 315 para R\$ 600. Os abrigos reivindicam ainda a participação na elaboração do orçamento municipal e a construção do Plano Municipal de Atendimento à Criança e o Adolescente que, entre outras coisas, garantiria o retorno do acolhido ao convívio de uma família, seja a biológica ou adotiva.

Na capital

Curitiba tem hoje mil abrigados. Muitas entidades foram criadas e são mantidas por voluntários e doações. É o caso da Chácara Meninos de 4 Pinheiros, criada pelo ex-frei carmelita Fernando Francisco de Gois. Ele acredita que a articulação das instituições é importante porque o abrigo deveria ser breve, mas isso não ocorre por falta de políticas públicas e trabalho em rede. "Além dos recursos repassados às instituições, deve haver investimento também na promoção das famílias."

O Lar Moisés é outra instituição que representa o difícil trabalho dos abrigos. O coordenador, João Ricardo Rocha, explica que este ano, apesar do benefício do aumento do valor per capita proveniente da prefeitura, a instituição sofreu com a perda de um importante parceiro privado. Atendendo 20 crianças de 2 a 8 anos, a entidade precisa lidar também com o acompanhamento do difícil retorno familiar dos meninos e meninas.

MUDANÇAS

Em alguns casos, afastamento da família é criticado por especialistas

Acolhimento institucional

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas protetivas para casos em que meninos e meninas tiveram algum direito violado, como ao serem vítimas de maus-tratos. Uma delas é o acolhimento institucional, ou seja, a criança é temporariamente retirada da família, e levada para um abrigo.

Perda de laços é criticada

O grande questionamento feito por especialistas na área da infância é que o acolhimento deveria ser uma medida temporária e excepcional. Em muitos casos o afastamento da família ocorre por motivo de pobreza e as crianças perdem os laços com os pais. No fim das contas, nem os garotos e garotas têm garantido o direito de viver com a família e os pais não recebem auxílio para sair da miséria.

Reavaliações a cada seis meses

Em vigor desde novembro de 2009, a Nova Lei de Adoção promoveu algumas alterações no ECA. Agora os juizes têm de reavaliar a situação das crianças acolhidas a cada seis meses – antes não havia prazo e elas acabavam "esquecidas". Outra mudança é que os pequenos podem ficar acolhidos até 2 anos. Depois deste período, ou retomam ao convívio dos pais ou família extensa (tios e avós) ou são encaminhados para a adoção.

Números ajudam a ver a dimensão do problema

A revelação de que existem quase 37 mil garotos e garotas em abrigos é importante porque desde 2003 não havia estimativa sobre este número. Ou seja, o poder público não fazia ideia de quantas crianças estavam afastadas dos pais.

Privacidade invadida a qualquer custo

Dispositivo de reconhecimento facial desenvolvido nos EUA identifica pessoas a partir de fotos publicadas em redes sociais da internet

Gabriel Azevedo

Em um ritmo mais do que acelerado, a fronteira entre o privado e o público na internet está cada vez mais fragilizada. Se você pensava que ler os recados deixados em uma página de relacionamentos na internet era uma afronta à privacidade, espere até conhecer o que vem por aí.

Pesquisadores da Universidade Carnegie Mellon, nos Estados Unidos, descobriram que é possível identificar pessoas na rua a partir de fotos disponíveis em mídias sociais, como o Facebook, que atualmente tem 750 milhões de usuários ao redor do planeta, 20 milhões apenas no Brasil.

A partir do arquivo de fotos dis-

Justiça deve ser acionada contra abusos

A função de reconhecimento facial do Facebook, que permite identificar as pessoas automaticamente, foi questionada em vários países, inclusive no Brasil. Em junho, o site foi notificado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça a prestar esclarecimentos sobre o novo sistema.

Na opinião dos especialistas ouvidos pela **Gazeta do Povo**, a melhor maneira de o usuário se proteger contra abusos cometidos com a imagem e as informações disponíveis na internet é acionar a Justiça. "O ideal é aprender a monitorar sua imagem diariamente na mídia eletrônica, saber preservar

postos na rede social, os pesquisadores usaram uma tecnologia de reconhecimento facial e realidade aumentada para identificar as pessoas quando elas olhassem para uma câmera. Usando um banco de dados de 25 mil fotos retiradas de perfis do Facebook, os autores do software identificaram corretamente 31% dos usuários após de três rápidas comparações.

Em outro teste, os pesquisadores retiraram 227 mil fotos de perfis do Facebook e as compararam com cerca de 6 mil perfis de um site de namoro, conseguindo identificar aproximadamente 10% dos membros, a maioria anônimos. Tecnologia desse tipo já está na mira das polícias, inclusive no Brasil. Existe um projeto para que policiais usem óculos com uma câmera que enviará imagens a uma central para fazer o reconhecimento de criminosos.

Risco pessoal

Se por um lado a tecnologia de reconhecimento facial — que no futuro, garantem os autores do projeto, permitirá que pessoas sejam reconhecidas a partir de um aparelho de celular — parece fabulosa, por outro, ela não é nada interessante.

Para o advogado Paulo Sá Elias,

provas e reagir rapidamente a qualquer incidente, para evitar que os danos que possam ocorrer contra a sua reputação sejam minimizados e reparados dignamente com justiça", diz Alexandre Atheniense, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Constituição

Segundo Atheniense, a legislação sobre o tema restringe-se a alguns dispositivos da Constituição de 1988. "Em 23 anos, houve aumento considerável do risco do cidadão quanto à gestão das informações da sua esfera privada", afirma.

Já Paulo Sá Elias diz que a Constituição é clara quando diz que: "são invioláveis a intimidade,

especialista em Direito da Informática, autor do livro *Contratos Eletrônicos e Formação do Vínculo*, o reconhecimento facial representa um sério risco à privacidade individual. "No caso da segurança pública, de fronteira, a tecnologia é benéfica. Mas do ponto de vista pessoal, é um risco. Se sabe cada vez mais a respeito de uma pessoa", diz.

Na opinião do advogado, as informações disponíveis em mídias sociais são valiosas para as empresas. "O entrelaçamento de informações disponíveis na rede é cobijado pelas empresas. Elas dispõem de bancos de dados com informações biométricas, do histórico e hábitos de compra. Imagine quanto vale a informação para o mercado de que uma pessoa gosta de determinada marca de vinho", afirma.

Na opinião do presidente da Comissão de Tecnologia de Informação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Alexandre Atheniense, o reconhecimento facial não é o fim da privacidade, entretanto, ele ressalta que quanto mais avançada a tecnologia, maior será o risco de invasão da esfera de privacidade. "Precisamos de uma lei que possa proteger as pessoas das trocas de dados desautorizados", defende.

a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral". "Qualquer pessoa que sinta que a sua privacidade foi violada, deve procurar a Justiça e ter os danos reparados", opina. (GA)

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Agora, na Cultura

14 AGO 2011

O Ministério Público Federal no Distrito Federal ajuizou ação de improbidade administrativa contra cinco ex-servidores do Ministério da Cultura e da Fundação Universidade de Brasília (FUB) por fraude em licitação, desvio de recursos e superfaturamento em contratos firmados pelas duas entidades para a organização do evento Ano do Brasil na França, realizado em 2005. Segundo a procuradoria, o projeto custou mais de R\$ 27,7 milhões aos cofres públicos. Para facilitar o desvio de recursos, dirigentes do ministério se aproveitaram, aponta a procuradoria, de um dispositivo legal que permite a dispensa de licitação na contratação de instituições de ensino e pesquisa sem fins lucrativos. Assim, contrataram diretamente a FUB que, por sua vez, subcontratou cinco empresas privadas para executarem o contrato, tudo sem licitação.

Exame de Ordem

COLUNA DO LEITOR

Penso que a argumentação da OAB em favor do Exame de Ordem é, a priori, bastante lógica. No entanto, enfatiza a importância da classe para o país na defesa do direito e da justiça, mas não explica as causas que fazem com que só se importe com a qualificação de seus membros. Não seria coerente propugnar que os bacharéis de todas as áreas passassem por semelhante exame? Ou as deficiências restringem-se aos cursos de Ciências Jurídicas?

Sérgio Corrêa

"A consciência é o tribunal onde, por primeiro, o juiz julga os atos de cada um."

João Darcy Ruggeri, advogado e escritor paranaense.

Algemas 1

COLUNA DO LEITOR

O governo federal só se ressentiu do uso das algemas porque foi mais um político corrupto que as usou. Se fosse um coitado ladrão de galinha, não haveria problemas em algemar. A nossa presidente Dilma está perdendo o bom senso em função de conchavos políticos.

Antônio Vinotti Filho

Algemas 2

Coloquem, sim, algemas nos presos por corrupção. Acabem de vez por todas com essas verbas de emendas parlamentares, pois é dessa fonte que saem quase todas as maracutaias que levam o nosso dinheiro.

José Messias Barreto Neves

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

14 AGO 2011

Sancionada lei que cria 210
cargos no CNJ em Brasília

■ A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei n.º 12.463, que cria 210 cargos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As oportunidades estão divididas em 100 chances para analista judiciário e 110 para técnico judiciário.

Segundo a nota no site do conselho, as vagas serão ocupadas gradativamente, entre 2011 e 2013, de acordo com o cronograma publicado no anexo da lei e com o orçamento anual.

O CNJ tem sede em Brasília e atua em todo o país. Para participar do processo seletivo para técnico, os candidatos devem ter o ensino médio completo. Já os profissionais interessados nos postos de analista, precisam ter concluído o nível superior.

A lei sancionada na última semana também cria 27 cargos em comissão e 76 funções comissionadas.

GAZETA DO POVO

HC vai preencher 75 vagas

14 AGO 2011

Autorização foi concedida por sentença judicial. Cabe recurso, mas órgão já deu início aos trâmites para realização das provas o mais breve possível

■ A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi autorizada pelo Ministério do Planejamento a realizar concurso público para preencher 75 vagas para o Hospital das Clínicas, em Curitiba.

Segundo o Diário Oficial, a seleção deverá contemplar as carreiras de médico (7), enfermeiro (51), psicólogo (1), terapeuta ocupacional (1), nutricionista (1), assistente em administração (12) e auxiliar de nutrição (2).

A medida atende decisão judicial. Até o fechamento desta edição, o departamento de recursos humanos do HC não soube informar se caberia recurso da decisão judicial. Porém o órgão destacou que já deu início aos trâmites para que o concurso seja aberto o mais breve possível, uma vez que contratos de servidores temporários estão na iminência de vencer.

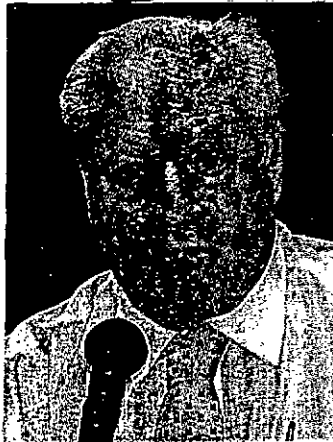
Histórico

Em 2010, a UFPR abriu processo seletivo simplificado para preencher 180 vagas temporárias para médico (58), enfermeiro (21), farmacêutico (5), bioquímico (2), nutricionista (2), técnico de farmácia (4), técnico em enfermagem (80), técnico de raio-x (6) e técnico de laboratório (2). As contratações seriam em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A instituição oferecia vagas para profissionais de nível médio e superior. Das 180 vagas, 58 eram destinadas a cargos médicos, com remuneração inicial de R\$ 2.307,85 e jornada de 20 horas semanais. As vagas eram temporárias, com validade de um ano, prorrogável por mais um. Os aprovados assumiriam em junho.

As vésperas da prova, o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região deferiu o pedido apresentado pelo governo federal para suspensão da ação civil pública impetrada pelo Ministério Público que determinava a contratação temporária dos profissionais. Na ocasião, o HC providenciou a devolução dos valores pagos pelos candidatos. O último concurso realizado no HC foi em 2005, quando foram contratados 47 funcionários.

Defesa de Carli Filho culpa jovens mortos



René Dotti faz parte do tríó de defesa do ex-deputado Carli Filho.



Roberto Brzezinski Neto, outro advogado de defesa.



Elias Mattar Assád, jurista que defende a família Yared.

Os três advogados que defendem Carli Filho tentam responsabilizar as vítimas de acidente para evitar que ex-deputado vá a júri

Vitor Geron

O ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho é acusado de duplo homicídio com dolo eventual — quando se assume o risco de produzir o resultado. Pela primeira vez, seus três advogados René Dotti, Roberto Brzezinski Neto e Gustavo Scandelari, descrevem o andamento do trabalho e a versão deles para os fatos. Eles defendem a tese de que o acidente não foi ocasionado por uma falha do ex-deputado, mas pelo fato de o veículo em que estavam os jovens Gilmar Rafael Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida — mortos na ocasião — não ter respeitado uma via preferencial.

Eles usam esse argumento para tentar reverter a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de mandar o ex-deputado a júri popular. Na última quinta-

feira, eles protocolaram no TJ os recursos extraordinário e especial ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), respectivamente. Agora, caberá ao vice-presidente do TJ-PR avaliar os recursos para que eles sejam encaminhados a Brasília, o que vai definir se Carli Filho vai ou não a julgamento popular.

O acidente ocorreu no dia 7 de maio de 2009, entre meia-noite e 1 hora da manhã, quando os semáforos estavam apenas com o sinal amarelo de alerta piscando. Carli Filho seguia pela Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi com um automóvel Passat e bateu contra o Honda Fit, onde estavam os dois jovens. O Fit estava na Rua Paulo Gorski e fez uma conversão à esquerda na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi (via rápida), quando foi atingido pelo Passat. Confira os principais trechos da entrevista exclusiva para a Gazeta do Povo:

Causa do acidente

A defesa de Carli Filho defende a tese de que o ex-deputado estava a preferencial no momento do acidente. “Eu acho que o primeiro aspecto, que é incontestável, é que a preferência de passagem era dele [Carli Filho]. Quando o sinal é intermitente, tem uma regra de trânsito específica que

diz que cabe aquele que vem da direita a preferência de passagem”, diz Brzezinski.

Segundo o advogado, uma testemunha, que também trafegava pela Rua Paulo Gorski no momento do acidente, afirmou que viu o carro do ex-deputado com faróis xenon se aproximando e por esse motivo não cruzou a Rua Ivo Zanlorenzi. A defesa ainda afirma que um perito confirmou que o motorista do Honda Fit tinha condições de perceber a aproximação do veículo Passat. Para Scandelari, culpar o ex-deputado “é como culpar pelo acidente a pessoa que estava no sinal verde e não a que estava no sinal vermelho”.

“Quem é o responsável pelo acidente? Não é quem tinha bebido. Não é quem estava em suposto excesso de velocidade. Não é quem era deputado, quem tinha carro importado. É quem violou a via preferencial”, avalia Dotti.

Velocidade excessiva

Brzezinski também lembra que, logo após o acidente, alguns veículos da imprensa divulgaram que um policial do Siate teria visto o velocímetro do veículo de Carli travado nos 190 km/h. Segundo o advogado, o policial

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

militar do Siate foi ouvido em juízo e teria desmentido a publicação. De acordo com Brzezinski, ele falou: "Doutor, isso é mentira, eu vi o velocímetro e estava zerado".

CNH com pontos excedidos

Para a defesa, "isso é uma questão administrativa e a causa do acidente não foi essa". Segundo Brzezinski, uma pessoa que dirige sem carteira está cometendo uma infração administrativa, mas não pode ser culpada por infringir uma regra de trânsito. Scandelari ainda destaca que a mesma situação vale para uma pessoa que dirige embriagada. Eles ainda defendem que o deputado não estava com a carteira de habilitação suspensa e, se havia a suspensão, ele não foi comunicado. Brzezinski não soube informar se Carli Filho voltou a dirigir.

Estratégia da defesa

"Nosso objetivo é que esse caso seja tratado como acidente de trânsito, homicídio culposo", diz Scandelari. "Crime de trânsito como tantos outros. Aliás, muitos casos do próprio tribunal, com mais de duas vítimas, têm sido tratados como crime de trânsito, mesmo em excesso de velocidade e com embriaguez", argumenta Dotti.

Scandelari ainda ressaltou que, mesmo que o caso saia do júri, não quer dizer que o ex-deputado vai ficar impune. "A lei de crime de trânsito prevê uma pena adequada, de 2 a 4 anos [de prisão], e é possível que sofra ainda uma indenização", explica. "Agora, se a pena é baixa, o que é que ele [Carli Filho] tem a ver com isso?", finaliza Brzezinski.

Rapidez do caso

A defesa também questiona a "extrema rapidez com que tem sido julgado o caso desde o início em comparação com os demais". "A gente é favorável à celeridade, mas a gente também é favorável ao princípio da igualdade, da isonomia, que os casos sejam devidamente analisados, com calma,

com cautela, não de afogadilho", argumenta Brzezinski. Dotti afirma que não lembra um caso julgado com tanta rapidez.

Como Carli Filho vê o processo?

Segundo Brzezinski, o ex-deputado fica "muito preocupado porque ele está percebendo que a situação não está sendo uma situação normal".

Trabalho

Scandelari também ressaltou que o ex-deputado, enquanto parlamentar, era frequentador assíduo das sessões na Assembleia e chegou a propor um projeto de lei para que o proprietário de veículo que não tivesse praticado infração de trânsito no período anterior tivesse desconto anual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Os advogados ainda destacam que, após abrir mão do mandato de deputado, Carli Filho não deixou de trabalhar. "Ele trabalha atualmente em uma empresa que lida com compensados de madeira", conta Scandelari. O advogado disse que Carli Filho mora atualmente no estado de São Paulo.

15 AGO 2011

ACUSAÇÃO

Preferencial não justifica velocidade

O advogado da família Yared, Elias Mattar Assad, rebateu alguns dos argumentos dos advogados de Carli Filho para o caso. Segundo ele, a tese da defesa de que o ex-deputado estava em uma via preferencial é lícito. "Está no direito da ampla defesa, mas eles terão de convencer os sete jurados no dia do julgamento. É uma missão difícil", diz. De acordo com o Assad, a perícia oficial constatou que Carli Filho estava entre 167 km/h e 172 km/h. "Não existe preferência para esse tipo de velocidade", afirma.

Ainda de acordo com o advogado, o fato de o ex-deputado estar embriagado e com a carteira de habilitação suspensa também fragilizam o argumento da defesa. Segundo Assad, o fato de ele não ter sido intimado pelo Detran não é importante. "A acusação se baseou nas informações que constam no prontuário do Detran. O registro informava que ele estava com o direito de dirigir suspenso", diz. Para o advogado, essa informação basta para provar que ele tinha o hábito de dirigir desrespeitando as leis de trânsito.

Ele ainda argumenta que o choque entre os veículos ocorreu 30 metros distantes do cruzamento. O automóvel Honda Fit, onde estavam os jovens, conforme testemunha citada pela defesa, parou na esquina e só entrou na via rápida porque não notou a aproximação do Passat conduzido por Carli. Para Assad, a testemunha viu o veículo porque chegou alguns segundos depois ao cruzamento.

Ainda de acordo com Assad, a renúncia de Carli Filho ao cargo de deputado estadual é sintomático para o caso. "Ele podia ter dito na Assembleia Legislativa: atravessaram na minha frente, não tive como evitar o acidente", avalia Assad.

15 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Morte de juíza tem 64 denúncias

Graças a telefonemas da população, polícia diz ter informação consistente para investigar assassinato de Patrícia Acioli

O Disque-Denúncia recebeu "pelo menos uma informação com alguma consistência", neste fim de semana, sobre o assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli, 47 anos, morta com 21 tiros na porta de casa, em Niterói, na região metropolitana do Rio, na noite de quinta-feira.

Segundo o serviço, foram 64 telefonemas desde a noite do crime, alguns com dados sobre a execução e outros sobre ocorrências do passado que podem levar a suspeitos. Quem tiver informações relevantes para a investigação pode entrar em contato pelo telefone (21) 2253-1177. O anonimato é garantido.

A juíza foi morta às 23h45, quando chegava em sua casa após uma sessão no fórum de São Gonçalo, também na região metropolitana. De acordo com o delegado Felipe Ettore, responsável pela investigação do assassinato, Acioli foi morta com 21 disparos por um procedimento de emboscada.

Segundo a polícia, imagens de câmeras de segurança flagraram o momento em que os criminosos fugiam após o crime. Testemunhas afirmaram que eles estavam em dois carros e duas motos, mas o número exato de criminosos que participaram da ação ainda é desconhecido.

Investigação

A polícia não descarta nenhuma linha de investigação. Há suspeitas contra milícias, grupos de extermínio, agiotas, máfias de vans e até de crime passionnal.

A juíza, além de ter sofrido várias ameaças por causa de suas decisões rigorosas contra policiais acusados de envolvimento com o crime, teve registros de agressão do namorado, o cabo da PM Marcelo Poubel, em pelo menos duas ocasiões.

Segundo a Secretaria de Segurança do Rio, foi registrada queixa contra o policial em 2006 por uma "surra" que ele teria dado na juíza publicamente, em uma churrascaria.

No começo deste ano, quando estavam separados, ele invadiu a casa de Patrícia e a flagrou no quarto com outro homem — um agente penitenciário. Uma queixa por agressão contra o policial foi registrada na 81.ª DP (Itaipu).

Recentemente, a juíza reatou o relacionamento com o policial. A reportagem não conseguiu localizar Poubel.

Na sexta-feira, ele prestou depoimento durante seis horas na Delegacia de Homicídios da Barra da Tijuca, que investiga o caso, e também foi ouvido pela Corregedoria da PM.

Escolta

De acordo com o presidente da Associação dos Magistrados do Rio, Antônio Siqueira, a juíza dispensou, em 2007, a segurança oferecida pelo Tribunal de Justiça aos juízes ameaçados — ela recebia escolta desde 2002.

Ele disse que, desde a época, ela explicou que seu companheiro era policial e que ele se encarregaria de sua segurança. Entretanto, familiares da juíza contes-

taram a versão. Eles afirmam que Patrícia continuava recebendo ameaças e as relatava por meio de ofício ao Tribunal de Justiça, que negou pedido de escolta.

MANDADOS

Corregedoria prende seis por ordem póstuma

A Corregedoria Unificada das Polícias do Rio de Janeiro confirmou ontem a prisão de seis militares do 7º Batalhão de Polícia Militar (São Gonçalo), cujos mandados de prisão foram expedidos pela juíza Patrícia Lourival Acioli na quinta-feira, mesma data em que a magistrada foi executada com 21 tiros.

O tenente Daniel Santos Benites Lopes, o sargento Charles de Azevedo Tavares, os cabos Jovanis Falcão Júnior, Sérgio Costa Júnior e Alex Ribeiro Pereira e o soldado Jeferson de Araújo Miranda foram encaminhados para o Batalhão Especial Prisional, em Benfica, zona norte do Rio, de acordo com a Secretaria de Segurança.

Homicídio

A juíza determinou a prisão dos policiais com base em acusação de homicídio. A Secretaria de Segurança não confirma se eles serão investigados por envolvimento na morte de Patrícia.

21 disparos

foram feitos contra Patrícia Acioli na noite da última quinta-feira em Niterói, região metropolitana do Rio.

15 AGO 2011

GAZETA DO POVO

TRE julga pedido de cassação de Rossoni

Karlos Kohlbach

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) julga hoje o pedido do Ministério Público Eleitoral de cassação do mandato do deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), atual presidente da Assembleia Legislativa, por suspeita de caixa 2 na campanha de 2010. O MP aponta uma série de supostas irregularidades na prestação de contas do tucano — em especial o gasto de pouco mais de R\$ 76 mil pagos em dinheiro vivo.

Os promotores eleitorais sustentam o pedido de cassação pela possível “captação e gasto ilícito de recursos para fins eleitorais”. Segundo o MP, dos R\$ 528 mil arrecadados para a campanha de Valdir Rossoni no ano passado, R\$ 76 mil teriam sido pagos em espécie — o que contraria à lei eleitoral, que permite apenas o pagamento de despesas por meio de cheque ou transferência bancária.

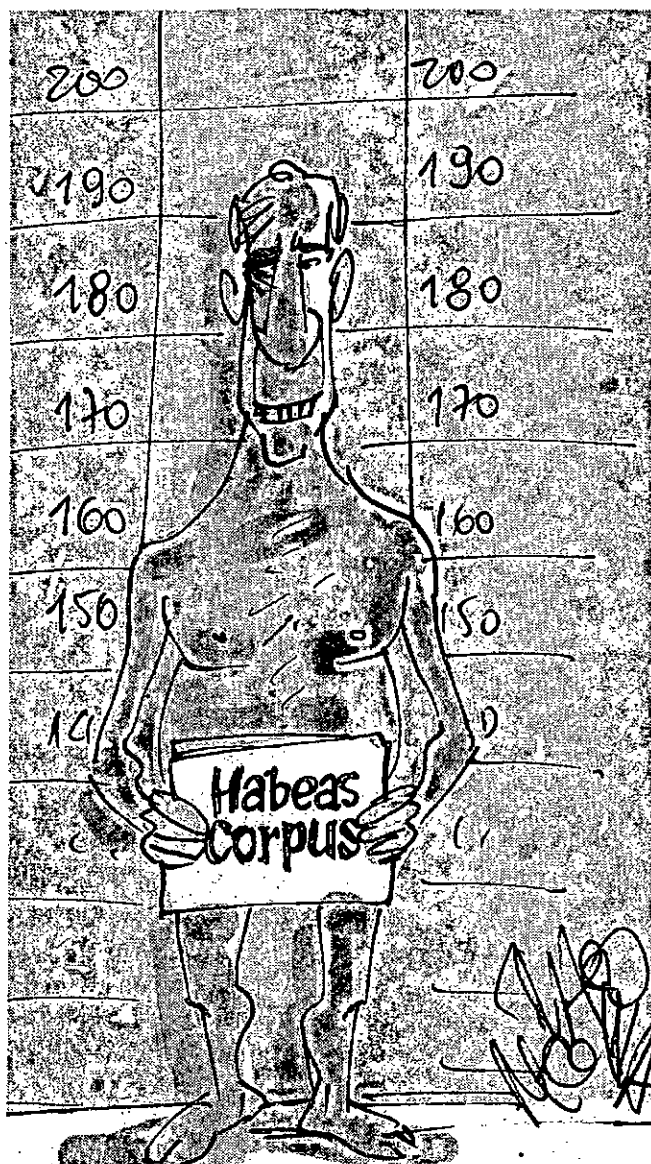
O MP afirma que “os gastos de recursos captados não foram devidamente comprovados, sobretudo pela análise dos extratos bancários, dos demonstrativos de despesas pagas após a eleição e do relatório de despesas efetuadas, com pagamento de

diversas despesas a fornecedores diversos, por meio de um único cheque”.

No relatório do MP que consta no processo, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria aponta várias irregularidades na prestação de contas de Rossoni, muitas delas de cunho técnico, como erros no preenchimento de demonstrativos de receitas e despesas da campanha. Os auditores encontraram pagamento de despesas com data posterior à eleição e ainda em duplicidade por causa da “utilização de um único cheque para pagamento de diversas despesas menores”. Os promotores ainda citam o atraso na primeira prestação parcial das contas e diversos erros de preenchimento na prestação de contas apresentada pelo tucano.

Procurado ontem, Rossoni disse que está tranquilo em relação ao julgamento e afirmou que não há qualquer irregularidade na prestação de contas. “Isso é um rito normal, mas não há irregularidades. Meus advogados estão acompanhando o caso. As minhas contas tinham sido aprovadas, mas o MP recorreu e agora vai a julgamento. Tudo normal”, rebateu o presidente do Legislativo paranaense.

15 AGO 2011
GAZETA DO POVO
TIAGORECCHIA



15 AGO 2011

GAZETA DO POVO

ALGEMIAS

A Polícia Federal deve ou não fazer uso de algemas quando ocorre a prisão de possíveis envolvidos em negócios escusos ou mal-explicados? Estaria extrapolando nas suas atribuições ao agir dessa forma? A questão ganhou destaque diante da reação irritada da presidente Dilma Rousseff, que teria considerado abusiva a ação dos agentes federais ao prenderem e algemarem 35 envolvidos na operação "Voucher". Através dela, foi desmantelada uma quadrilha que desviava recursos do Ministério do Turismo através de ONGs de fachada. Em apenas um convênio firmado com uma entidade do Amapá foram surrupiados dos cofres públicos mais de R\$ 4 milhões, segundo revelaram as investigações que também mostraram o possível envolvimento de entidades aqui do Paraná no esquema. As queixas de Dilma, endossadas pelo ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, acabaram azedando as relações com a PF, que rebateu as críticas ao afirmar que agiu dentro da lei e que a instituição não pode ser pautada pela agenda política do governo. Em tempos de tantas denúncias de negociatas com o dinheiro público, a presença da Polícia Federal atuando contra o crime organizado, nos estritos limites legais, é positiva e não pode sofrer pressões superiores.

BESSA

Palavra de juiz

O juiz Evandro Pelarin, que determinou o toque de recolher em Fernandópolis, no interior paulista, dará uma palestra em Curitiba no próximo dia 23, a convite do Rotary Club Oeste. A medida, implantada para conter os índices de violência da cidade causados pelo tráfico e consumo de drogas, proíbe a circulação de menores de 18 anos nas ruas após as 23 horas.

FOLHA DE S. PAULO

Juíza que puniu policiais é morta 13 AGO 2011

com 21 tiros no Rio

Patrícia Lourival Acioli, 47, foi assassinada em emboscada em Niterói

Nome da magistrada, que estava sem escolta, constava de lista de pessoas marcadas para morrer, diz a polícia

Conhecida por seu rigor ao condenar policiais, a juíza Patrícia Lourival Acioli, 47, foi assassinada em frente de sua casa com 21 tiros anteontem à noite, em Niterói (RJ). Ameaçada havia ao menos nove anos, ela não tinha escolta na hora do crime.

A polícia não descarta a ação de milícias, grupos de extermínio e agiotas no crime — até a hipótese de crime passionnal é analisada.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, pediu o apoio da Polícia Federal na investigação, mas a Secretaria de Segurança do Rio recusou a ajuda.

A lista de condenados pela juíza da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo inclui bicheiros, membros de milícias e agiotas — a maioria policiais.

Segundo a polícia, as armas utilizadas pelo assassino seriam de calibres .40 e .45, ambas de uso restrito da polícia e forças militares.

No mesmo dia do assassinato, a magistrada decretou a prisão de oito policiais militares de São Gonçalo, acusados de homicídio e fraude processual.

No início do ano, a juíza figurava em uma lista de 12 pessoas marcadas para morrer, segundo a polícia.

A relação foi encontrada com Wanderson Silva Tavares, 34, preso em Guarapari (ES) por ordem de Acioli. Ele foi condenado por integrar um grupo de extermínio.

Apesar das ameaças, Acioli não tinha escolta policial desde 2007. O Tribunal de Justiça do Rio diz que ela dispensou a escolta. Familiares dizem que ela havia solicitado a segurança recentemente.

OS TIROS

Mais de dez testemunhas a foram ouvidas, entre vizias, vizinhos e o namorado da juíza, o policial militar Marcelo Poubel, 37 — o depoimento dele durou cerca de seis horas.

De acordo com os relatos, Acioli chegava em casa por volta das 23h45 quando foi fechada por homens em duas motos e ao menos um carro. A juíza foi atingida por 21 tiros em seu Fiat Idea.

Na casa da juíza estavam seus três filhos, uma amiga identificada como Bernadete e o filho dela. Ela disse à **Folha** que notou movimentação na casa ao lado, cerca de meia hora antes da juíza ser morta. A casa vizinha está vaga para ser alugada.

Quando a juíza foi atacada, todos na casa estavam acordados, segundo Bernadete. Ninguém, no entanto, viu a chegada ou a fuga dos criminosos.

PAINEL DO LEITOR

Juíza morta

É gravíssimo o homicídio de uma autoridade do Poder Judiciário, ao que tudo indica, perpetrado pelo crime organizado. Faz-nos lembrar dos terríveis episódios contra autoridades italianas nos tempos da Operação Mãos Limpas. Mas o pior é ver que nós, juizes de primeira instância, estamos sozinhos em nossa luta diária pela distribuição de justiça.

Não temos segurança, condições dignas de trabalho nem reconhecimento. Não conheci a colega vítima do bárbaro crime em Niterói (RJ), mas rezo para que sua alma seja recebida com a mesma justiça que distribuiu em vida e que sua família tenha conforto e paz.

SWARAJ CERVONE DE OLIVEIRA, juiz de direito (São Paulo, SP)

CONTINUA

13 AGO 2011

São Gonçalo não consegue reduzir assassinatos

Segunda maior cidade do Estado, São Gonçalo, região metropolitana, não acompanha a queda de homicídios no Rio. Há dez anos mantém uma taxa de 40 assassinatos por 100 mil habitantes.

Avaliação da própria Secretaria de Segurança do Rio é que a falta de investimento do poder público faz com que a taxa de crimes não caia.

Desde a década de 1980, grupos de extermínios formados por policiais atuam na região. Membros dessas quadrilhas são suspeitos do morte da juíza Patrícia Acioli.



PERFIL DE SÃO GONÇALO

TAXA DE HOMICÍDIO (2010) 40,4 homicídios / 100 mil habitantes (a taxa média no Estado do Rio é de 29,8 / 100 mil habitantes).

POPULAÇÃO (2010) 999.728

PIB PER CAPITA (2008) R\$ 8.327,65

Fontes: Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública, Tribunal de Justiça do Rio e IBGE

“Como cidadão, fiquei chocado. Isso demonstra a importância da Justiça e das forças

OUTROS JUÍZES ASSASSINADOS

2003 O juiz Antonio Machado Dias foi morto com três tiros em Presidente Prudente (SP). A investigação apontou que o crime foi ordenado de dentro de presídios

2003 O juiz Alexandre Martins de Castro Filho foi assassinado a tiros em Vila Velha (ES). Ele investigava o crime organizado no Estado e havia sido ameaçado

1999 Corpo do juiz Leopoldino Marques do Amaral é encontrado incinerado no Paraguai. Um mês antes, ele havia protocolado denúncias de corrupção contra desembargadores do MT

“É um desafio ao Estado de Direito democrático. Estou pessoalmente empenhado no esclarecimento deste caso. A Justiça terá todo o meu apoio e proteção

SÉRGIO CABRAL
governador do Rio de Janeiro

“Ceifaram a vida de um magistrado, e não podemos, efetivamente, retornar aos tempos das trevas, conviver com isso. Esse tipo de selvageria agride a Justiça

OPHER CAVALCANTE
presidente nacional da OAB

da ordem estarem presentes e mostra o

COMO FOI O CRIME

1 CHEGADA EM CASA
Às 23h45, a juíza Patrícia Acioli, 47, chegava de carro, um Fiat Idea cinza, em casa, na rua dos Corais, em Piratininga, bairro de Niterói, após trabalhar no Fórum de São Gonçalo

2 ABORDAGEM
Informações iniciais da polícia indicam que a juíza foi abordada por criminosos em duas motos e ao menos um carro em frente a sua casa. Testemunhas dizem ter visto apenas uma moto

3 TIROS
A juíza foi atingida por 21 tiros de pistolas calibre .40 e .45. Ela morreu na hora. A quadrilha fugiu do local em seguida

“É um momento em que nós temos de trabalhar, investigar, apresentar resultado, e falar pouco. A determinação é que se elucide e se dê rapidamente uma resposta à sociedade

JOSÉ MARIANO BELTRAME
secretário de Segurança do RJ

tamanho desse desafio no país

CELSO AMORIM
ministro da Defesa

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MARCADA PARA MORRER

Casos julgados pela vítima envolviam grupos de extermínio e milícia

ABR.2009

Determinou a prisão de Luiz Anderson de Azeredo Coutinho, suspeito de comandar o jogo do bicho em São Gonçalo. Pela investigação, ele atuou na execução de um homem que tentou desviar propina de policiais

13 AGO 2011

NOV.2009

Expediu mandado de prisão contra sete supostos milicianos que atuavam no bairro de Engenho Pequeno, em São Gonçalo. A quadrilha teria a participação de presos no Complexo Penitenciário de Gericinó

NOV.2010

Decretou a prisão de quatro PMs e dois filhos de uma oficial por suposta participação em grupo de extermínio. Com um dos condenados, foi encontrada uma lista de autoridades marcadas para morrer

10. AGO.2011

Um oficial da PM foi o último condenado pela juíza, na quarta. A arma do policial disparou e atingiu um jovem no momento em que ele desferia coronhadas em outro rapaz. O agente foi condenado em regime inicial aberto

11. AGO.2011

Em sua última decisão, a juíza decretou a prisão preventiva de seis PMs acusados de homicídio e de forjar autos de resistência. Também converteu a prisão provisória de outros dois PMs em prisão preventiva

CONTINUA

Ameaçada, magistrada não tinha escolta

Justiça diz que ela dispensou segurança; parentes afirmam que o número de policiais foi reduzido aos poucos

Nos últimos quatro anos, Patrícia Acioli contava com segurança informal organizada pelo namorado, um PM

DO RIO

Desde 2007, a juíza Patrícia Acioli tinha apenas uma segurança informal organizada pelo policial militar Marcelo Poubel, 37, com quem mantinha um relacionamento amoroso.

Há quatro anos, segundo o Tribunal de Justiça do Rio, ela dispensou a escolta oficial. A família de Patrícia Acioli nega e diz que ela vinha sofrendo ameaças.

“Em 2007, ela comunicou que não queria a segurança. O tribunal chegou a propor a redução de três [policiais] para um, mas ela não quis”, afirmou o presidente do TJ do Rio, desembargador Manoel Alberto dos Santos.

De acordo com a assessoria de imprensa do tribunal, o pedido de dispensa de segurança não foi documentado. Tudo, segundo a assessoria, foi acertado em audiência com o então presidente do TJ, desembargador José Carlos Murta Ribeiro.

A informação foi contestada pela médica Mônica Lourival, prima da juíza. “Ela ti-

nha solicitado escolta e o pedido tinha sido negado. Houve negligência na segurança dela”, afirmou.

Um parente que pediu para não ser identificado contou que a segurança foi reduzida gradualmente. “Sei que era uma equipe de seis, que depois foi reduzida para quatro, depois para três e depois para nenhum. O tribunal tinha ciência de todas as denúncias que chegavam até ela”, disse.

Em entrevista ao jornal “O Globo” em 2010, a juíza disse que não tinha medo de morrer. “Não tenho medo. Quem quer fazer algo vai e faz, não fica ameaçando”, disse.

A juíza morava na localidade de Tambaú, no bairro de Piratininga, desde o início do ano. Segundo vizinhos, pouco saía pelas ruas.

A juíza tinha três filhos, que estavam na casa na hora do crime: Mike, 20, foi o primeiro a correr para tentar socorrê-la. Ele era um dos mais emocionados no enterro. Eduarda, 10, é a caçula, e Ana, 12, sempre disse que queria seguir os passos dela.

A vítima foi enterrada ontem, no cemitério do Maruí, em Niterói (RJ). Cerca de 300 pessoas acompanharam a cerimônia. O ex-marido dela, Wilson Junior, fez um discurso e pediu que o assassinato não fique impune.

CONTINUA

13 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

País tem pelo menos 69 juízes ameaçados de morte, diz CNJ

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

Levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revela que apenas 42 juízes estão sob escolta policial, sendo que pelo menos 69 já foram ameaçados e 13 vivem em "situação de risco".

De acordo com a corregedora do conselho, ministra Eliana Calmon, o Judiciário está "cochilando" em garantir a segurança dos juízes.

Os dados foram reunidos após Calmon enviar, em junho, um ofício para todos os tribunais do país, questionando casos de juízes que sofrem ameaças e que necessitam de escolta. Segundo ela, nem todos os tribunais responderam, como os Tribunais de Justiça de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo.

O TJ do Rio informou que 13 juízes contam com seguranças, dez por estarem

ameaçados e três por causa dos cargos que ocupam. A juíza Patrícia Lourival Acioli não estava entre eles.

"Temos cochilado um pouco nas medidas de segurança dos juízes", disse.

A ministra ainda afirmou que o Tribunal de Justiça do Rio já havia oferecido à Patrícia que ela mudasse de vara, mas ela negou a oferta.

PUNIÇÃO EXEMPLAR

A ministra Irini Lopes (Secretaria das Mulheres) pediu agilidade e "punição exemplar" para os responsáveis pelo crime.

"Ela não foi a primeira e gostaria muito que fosse a última, que nós não tivéssemos mais esse tipo de impunidade que estimula o crime organizado a assassinar as pessoas que buscam fazer justiça e fazer a lei", afirmou.

Colaborou ANA FLOR

CONTINUA

ANÁLISE

JOAQUIM FALCÃO 13 AGO 2011

É possível evitar que intimidação se traduza em impunidade?

A discussão imediata sobre o assassinato da juíza Patrícia Acioli tende a se transformar em uma discussão burocrática: teria ela requerido, devidamente a escolta? Teria a escolta sido suficiente? A discussão mais institucional é no entanto outra. O que fazer para evitar tais crimes?

Uns advogam a implementação do juiz sem rosto. As partes não sabem quem julga, o processo é conduzido através da Corregedoria para assegurar sua licitude. Difícil inovação. Os advogados, sobretudo, afirmam que isto fere o devido processo legal. Reduz o direito de defesa.

Outros defendem a ideia de haver três juízes em processos manifestamente arriscados, em vez de um só. Diversificar, para aumentar custos e riscos dos eventuais assassinos. Não há consenso.

Ambas as medidas requerem mudança legal e da cultura jurídica. É muito difícil.

Um caminho mais fácil, lembrado por autoridade do Rio de Janeiro, é desmembrar agora a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, a Vara da juíza, em duas ou três, numa diversificação administrativa da alçada do tribunal local.

Existe consenso sobre a necessidade de imediata apuração, identificação, julgamento e punição exemplar

dos assassinos. Se isto não ocorrer, a intimidação sai vitoriosa e estimula os crimes.

Alguns temem que, por combater milícias, será difícil apurar. E que com a lentidão da Justiça será difícil condenar. Sem contar a desmobilização da opinião pública.

Os assassinos de Tim Lopes só foram presos e condenados pela insistência midiática da TV Globo. Será que a rotina policial e judicial conseguirá evitar que intimidação se traduza em impunidade?

Um juiz italiano que combatia a Máfia andava em carro blindado. Com um carro de segurança na frente, outro atrás. Da casa para o trabalho, do trabalho para casa. Levantaram um muro de quatro metros de altura para protegê-lo. Uma poderosa bomba o matou. Ônus da profissão, lamentou hoje um juiz nosso. Os juízes estão em perigo? Sim. Não é a regra. Mas sem uma justiça ágil e rigorosa, o problema se agrava.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio



UM JUIZ ITALIANO
QUE COMBATIA A
MÁFIA ANDAVA EM
CARRO BLINDADO,
COM UM CARRO DE
SEGURANÇA NA
FRENTE, OUTRO
LOGO ATRÁS

13 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Muito além do Rio

Dois episódios de violência no Rio de Janeiro, nesta semana, lançaram sombras sobre os inegáveis avanços na segurança pública do Estado, refletidos na queda dos índices de criminalidade.

No mais recente, uma juíza rigorosa na condenação de quadrilhas de traficantes, milicianos e policiais foi assassinada em seu carro. Dias antes, cinco passageiros saíram feridos do desastrado ataque de policiais militares a um ônibus sequestrado por facínoras.

A participação de policiais no primeiro crime é ainda apenas uma suspeita. Não deixa de ser lamentável, contudo, que pareça plausível o envolvimento de agentes da lei nessa tentativa sangüinária de intimidar magistrados independentes e rígidos. Se não há fronteira clara a separar policiais de bandidos, o combate ao crime começa corroído por dentro.

Em que pesem os esforços de pacificação do governo do Rio, uma cultura de violência ainda permeia as forças policiais, não só lá como em todo o Brasil, sobretudo em algumas corporações de policiais militares que toleram — ou incentivam — a morte de suspeitos, sob a coberta dos famigerados “autos de resistência” (houve 855 deles, no Rio, em 2010).

A esse mal de origem se soma o despreparo policial, evidenciado

no caso dos disparos contra o ônibus com reféns. Não é, por certo, outro problema exclusivo do Rio.

Para citar um exemplo recente, pesam sobre integrantes da PM paulista suspeitas muito mais graves do que a de imperícia no caso da morte de seis ladrões que assaltavam caixas eletrônicos em um supermercado. Os policiais que participaram da ação são acusados de desviar câmeras de segurança para longe da cena de combate aos bandidos.

A melhoria técnica na atuação de policiais, com menos violência e mais inteligência, depende de treinamento nas academias de polícia, em geral deficiente. No caso do Rio, impõe-se o dilema entre quantidade e qualidade: boa parte dos avanços obtidos resulta do simples incremento da presença policial. Áreas antes negligenciadas contam hoje com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

O governo fluminense se vê pressionado a formar um número cada vez maior de policiais, tanto para expandir o alcance das UPPs quanto para dotar a capital e o Estado de um policiamento à altura de eventos como a Copa de 2014. Mas esse é um desafio para todos os governos, não só o do Rio, e pede envolvimento mais direto de Brasília na reforma e na capacitação de toda a corporação policial.

FOLHA DE S. PAULO

Exposição de preso é inaceitável, diz Dilma

CNJ vai investigar vazamento de fotos em que detidos pela PF em presídio no Amapá aparecem sem camisa

Operação já foi criticada por uso de algemas e por condições das celas; advogados questionam divulgação de imagens

O vazamento de fotos que exibem presos da Operação Voucher da PF sem camisa na cadeia, no Amapá, irritou a presidente Dilma Rousseff e será alvo de investigação no CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Dilma convocou o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) para uma reunião sobre o episódio no Palácio do Planalto, ontem à noite. Ela considerou o vazamento "inaceitável", segundo informou a Presidência.

Após as críticas pelo uso de algemas e às condições do presídio em Macapá (AP), o vazamento das fotos abriu uma nova polêmica na operação que desmontou suposto esquema de fraudes no Ministério do Turismo.

As imagens foram publicadas na capa de ontem do jornal "A Gazeta", de Macapá.

Nas fotos, aparecem sem camisa e segurando cartazes com suas próprias identificações integrantes da cúpula do Turismo e dirigentes da ONG Ibrasi (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável), suposta pivô de desvios num convênio com a pasta.

A direção do Iapen disse que vai abrir sindicância. Mas argumentou que a PF e a Justiça Federal também tive-

ram acesso às imagens.

Procurado pela reportagem, o editor-chefe do jornal, Angelo Fernandes, disse que a publicação não é crime e que o fato só ganhou importância por envolver pessoas com alto poder aquisitivo.

"É uma exposição ao ridículo. Uma foto tirada para identificação da polícia não pode ser divulgada assim. A intenção é clara e nitidamente de humilhação", disse Gustavo Rocha, o advogado de dois suspeitos.

Segundo o advogado e ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, a própria colheita das fotos era desnecessária, pois os suspeitos têm documentos de identificação civil: "A dignidade dos acusados não foi respeitada".

Já o advogado Hélio Bicudo não criticou a exposição. "Se a pessoa é inocente ela tem meios jurídicos para provar que a prisão é ilegal e responsabilizar aqueles que prenderam ilegalmente", disse Bicudo.

13 AGO 2011

Justiça manda soltar 16 presos por desvios

O juiz federal Guilherme Mendonça mandou soltar ontem mais 16 presos pela Operação Voucher.

Foram liberados dois integrantes da cúpula do Ministério do Turismo — Frederico Costa, secretário-executivo, e Colbert Martins, ex-deputado pelo PMDB e secretário de Programas e Desenvolvimento—, além das servidoras Kérima Carvalho, Gláucia Matos, Freda Azevêdo e Kátia da Silva.

A decisão obriga os seis a se afastarem dos cargos.

O juiz mandou soltar ainda o ex-secretário-executivo Mário Moyses e os empresários Jorge Fukuda, Luiz Gustavo Machado, Maria Helena Necchi, Dalmo Queiroz, Luciano Costa, José Carlos da Silva Jr., Katiana Pupo, Sandro Saad e Leonardo Gomes.

Costa, Moyses, Silva Jr., Gomes e Fukuda terão de pagar uma fiança de R\$ 109 mil e Machado e Saad, R\$ 160 mil.

FOLHA DE S. PAULO

Escandalizante! Escandalizados?

WALTER CENEVIVA

13 AGO 2011

Há escândalos reais, para todos os gostos, até mesmo o escândalo dos escândalos, com a imensa dívida dos EUA

ESCÂNDALO É o vocábulo da hora. Dia após dia, sabe-se de prejuízos causados aos cofres públicos por servidores dos mais diversos escalões, cujo dano final vai bater em nosso bolso. Outra face do escândalo aparece quando figuras da administração surgem algemadas, conduzidas entre filas de fotógrafos e cinegrafistas previamente convocados. O policial pode e deve algemar o acusado, mas sob limites severos.

Uma das discussões mais ilustrativas a respeito disso surgiu no STF (Supremo Tribunal Federal) por causa da posição do ministro Marco Aurélio ao impor que a excepcionalidade das algemas seja justificada por escrito, em cada caso, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade, tudo "sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado". Assim está na súmula vinculante n. 11 do STF.

De outro ponto de vista, cabe lembrar dos passageiros feridos no ônibus carioca quando a polícia queria prender assaltantes. No caso dos algemados, entre os servidores públicos expostos às câmeras de televisão não parecia haver facínoras assustadores. Quase todos foram soltos no dia seguinte. O estrépito da prisão teria servido para mostrar que todos são iguais perante a lei? Não, nem tão iguais, pois a lei os trata diferentemente, por idade e função, entre outros critérios. O escândalo provocado pode até prejudicar a apuração final, feita em silêncio, no trabalho constante, cuidadoso e lento, sob os olhos da defesa a ser submetida ao juiz criminal, buscân-

do a condenação dos que sejam culpados e a absolvição dos inocentes. Quando esse tempo chegar, a mídia não será convocada.

Em síntese: escândalo não é sinônimo de eficiência. Na violação da lei transformada em hábito, prepondera a forma teatral, com dano para o trabalho do levantamento concreto do que verdadeiramente aconteceu. A repetição das mesmas técnicas sensacionais leva à descrença. Passado o escândalo, não se fala mais no assunto ou, quando se fala, o empenho na divulgação não é o mesmo ou é distorcido pela frase comum que diz que "a polícia prende e o juiz solta".

É bom insistir em que o fenômeno está longe de ser apenas brasileiro. Virando os olhos para a velha Inglaterra, vemos que lá o escândalo tem sido, digamos, mais escandaloso nas criações imaginosas dos tabloides, no fogaréu real das cidades tumultuadas, na agressão à ordem de uma população habituada a ela. Abaixo da linha do Equador, a revolta dos estudantes no Chile traz a marca de movimento contra um governante que tirou todo o proveito imaginável dos mineiros presos no fundo da mina. Foi herói nacional por uns dias. Há escândalos reais para todos os gostos, até o escândalo dos escândalos, com a imensa dívida dos Estados Unidos, cuja capacidade de pagar é preocupante.

De retorno ao nosso mundo de ministros demitidos, altos funcionários presos, chegamos outra vez ao universo das algemas, para nos escandalizar com o abuso delas. A presunção constitucional da inocência é um direito fundamental. A proposta do título de hoje consiste em saber que, se nos escandalizarmos, contribuiremos, dentro da ordem democrática, para corrigir os defeitos, conhecendo-os bem para realizar os ajustes necessários. Escandalizados, sim, mas raramente escandalizantes.

FOLHA DE S. PAULO

Produtores de Sorriso vão indenizar americano

Acordo homologado pela Justiça
de Mato Grosso põe fim a disputa por área

13 AGO 2011

**Acerto envolve 25%
dos 150 mil hectares
de terra agricultável
reivindicados por
fazendeiro de 80 anos**

Produtores rurais de Sorriso (425 km de Cuiabá) fecharam ontem acordo em uma disputa bilionária que envolve uma extensão de terras agricultáveis do tamanho da cidade de São Paulo.

Homologado ontem pela Justiça de Mato Grosso, o acerto envolve 74 áreas que juntas somam cerca de 40 mil hectares —25% da extensão total (150 mil hectares) reivindicada pelo fazendeiro americano Edmund Zanini, 80.

A disputa abrange 275 produtores e uma das melhores áreas de cultivo de grãos no município. Seu valor é estimado em mais de R\$1 bilhão.

Atualmente vivendo na Flórida (EUA), Zanini mudou-se para o Brasil na década de 60. Em 1964, comprou 200 mil hectares em uma então inóspita porção do cerrado.

Em 1978, por meio de uma procuração falsa, a maior parte da área foi loteada e vendida. Zanini diz que a fraude ocorreu quando ele estava em férias nos EUA.

“Ao tentar reaver suas terras, ele sofreu ameaças, atentados e foi praticamente expulso do país”, disse o advogado de Zanini, Ruben Seidl.

Em 1991, a Justiça condenou três pessoas pela fraude —entre elas, o dono do cartório onde a procuração falsa foi lavrada.

Em entrevista à Folha em 2009, Zanini disse que não pretendia “prejudicar a vida de ninguém”. “Quero apenas um preço justo. Mas, antes de abrir a negociação, exijo a terra de volta. É uma questão de justiça”, afirmou.

“É um mau acordo porque não temos culpa. Compramos e pagamos as terras de boa-fé. Mas é um bom desfecho porque podemos agora ter segurança jurídica no investimento”, disse o agricultor Nadir Sucolotti.

Ele tem mais de 6.000 hectares plantados com soja nas terras do americano.

O pagamento será feito em sacas de soja. “É a moeda local”, disse Seidl.

Segundo o Sindicato Rural de Sorriso, um hectare de terras para cultivo não é vendido hoje por menos de 600 sacas —cerca de R\$ 23 mil.

Homem confessa ter matado filha no Rio Grande do Sul

DE PORTO ALEGRE -Um homem de 47 anos confessou que mandou matar a própria filha em uma emboscada que custou R\$ 500, segundo a Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

A estudante Ketlin de Jesus Bortolosso, 18, foi morta com seis tiros na última quarta-feira, na área rural de Gaurama (a 385 km de Porto Alegre).

De acordo com a polícia, o pai, Genoir Bortolosso, levou a filha até uma área afastada, dizendo que iria ensiná-la a dirigir. Ele simulou um problema no pneu, o que fez com que Ketlin saísse do carro. Na sequência, ela foi baleada por um outro homem.

Em depoimento, o pai disse que o crime era uma vingança contra a mãe da menina e uma forma de não pagar a pensão alimentícia. A polícia também trabalha com a hipótese de a motivação ser o benefício de um seguro de vida.

Bortolosso foi preso anteriormente, na cidade vizinha de Erechim. Já o suspeito de ser autor dos disparos, Jair Satonino, 41, foi detido ontem. Eles ainda não constituíram advogados.

14 AGO 2011

Juíza do Rio foi agredida 2 vezes por namorado

Juíza já havia sofrido agressões de seu namorado

A juíza Patrícia Lourival Acioli, assassinada na última quinta-feira, sofreu ao menos duas agressões do namorado, o cabo da PM Marcelo Poubel, 37. A polícia diz que nenhuma linha de investigação foi descartada. Poubel depôs por mais de seis horas.

PAINEL DO LEITOR

Juíza morta

O assassinato de uma juíza em Niterói, no Rio de Janeiro, nos mostra claramente que a insegurança nas grandes cidades é geral e irrestrita. Ninguém segura a bandidagem, mesmo sendo autoridade. Imaginem nós, simples moradores das grandes cidades, o que podemos esperar?

ALVARO JOSE JUSTINO (Rio de Janeiro, RJ)

Polícia não descarta que assassinato da magistrada tenha motivo passiona

Patrícia Lourival Acioli, morta na quinta, era tida como linha-dura no combate a milícias e a PMs acusados de crimes

DAMARIS GIULIANA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Além das ameaças que a juíza Patrícia Lourival Acioli, 47, sofria por conta de suas rigorosas sentenças contra policiais e criminosos, há registros de ao menos duas agressões que ela sofreu do namorado, o cabo da PM Marcelo Poubel, 37.

A juíza foi morta com 21 tiros na quinta-feira à noite em frente à sua casa, em Niterói, região metropolitana do Rio. Ela foi abordada, segundo a polícia, por duas motos e ao menos um carro quando chegava do fórum. Os criminosos conseguiram fugir.

Ontem, o delegado Felipe Ettore, que investiga o caso, e a chefe da Polícia Civil, Marta Rocha, não quiseram dar entrevistas. "Esse é o momento de silêncio, de investigar", disse ela ao sair da Delegacia de Homicídios, na Barra da Tijuca (zona oeste do Rio).

A polícia informou anteontem, no entanto, que nenhuma linha de investigação havia sido descartada. Há suspeitas contra milícias, grupos de extermínio, agio-

tas, máfias de vans e até de crime passiona

l. Poubel depôs anteontem por mais de seis horas, mas o conteúdo do depoimento não foi divulgado.

Segundo a Secretaria de Segurança do Rio, foi registrada queixa contra o policial em 2006 por uma "surra" que ele teria dado na juíza numa churrascaria, em 2006.

No começo deste ano, quando estavam separados, ele invadiu a casa de Acioli e a flagrou no quarto com um agente penitenciário.

A queixa da agressão foi registrada e o caso foi parar na Corregedoria Interna da Polícia Militar porque Poubel deixou o posto de serviço para ir à casa da juíza.

Segundo a Secretaria de Segurança, a sindicância ainda não foi concluída e, ao depor, a juíza "colocou panos quentes", se recusando a falar das agressões.

Segundo o jornal "O Globo", o depoimento foi prestado em 25 de março.

Na época, Acioli contou que viveu maritalmente com Poubel por cinco anos — até agosto de 2009. Disse também que o principal motivo para o fim do relacionamento foi a ingerência dele em processos contra policiais.

Recentemente, a juíza reatou o relacionamento com o policial. A Folha não conseguiu localizar Poubel ontem.

14 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO DE BARROS E SILVA

O descobrimento de Cabral

SÃO PAULO - Uma juíza que se notabilizou pelo combate ao crime organizado e à corrupção policial foi fuzilada em Niterói, na porta de casa, com 21 tiros. Pelas armas usadas, a participação de policiais na execução é muito provável.

Dois dias antes, a polícia do Rio abriu fogo contra um ônibus dominado por assaltantes, ferindo três passageiros, sem que nenhum tiro tivesse sido disparado de dentro para fora do veículo.

Em 48 horas, a realidade se impôs sobre a fantasia da cidade pacificada. A polícia que atua nas ruas é bem diferente da tropa de elite do cinema. E as UPPs de Sérgio Cabral parecem estar muito mais para Unidades de Propaganda Pacificadora.

Ninguém ignora que houve avanços reais no combate ao tráfico no Rio. Mas há um abismo entre a cidade renascida que o governador vende e o espetáculo rotineiro de violência disponível a quem não tiver os olhos embotados pela propaganda ou pela ficção oficial.

Cabral é um tipo falastrão e mar-

queteiro, que não se vale apenas do gogó. Seu governo, no primeiro mandato, elevou os gastos com publicidade em quase 40% em relação à gestão de Rosinha Garotinho.

Há pouco, o acidente de um helicóptero no litoral baiano trouxe por acaso ao conhecimento público as relações promíscuas entre o governador e empresários beneficiados com renúncias fiscais e obras do Estado. Flagrado no jatinho emprestado por Eike Batista, ao lado do empreiteiro Fernando Cavendish a caminho de uma festa privada, Cabral sugeriu a criação de um código de ética para disciplinar o que ele pode e o que não pode fazer com seus amiguinhos da grana. Uma demagogia oportunista com contornos até cômicos.

No seu código prático de conduta, Cabral pode chamar o menino favelado que lhe fazia uma reclamação de "otário" e dizer que os bombeiros rebelados são "vândalos irresponsáveis". Haja Unidade de Propaganda Pacificadora para dar conta de tanta realidade.

14 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Corrupção e paralisia

RUBENS BUENO

Envolto em corrupção, o governo Dilma Rousseff completa mais de sete meses e crava sua marca de paralisia nos investimentos públicos.

Os nomes indicados para o Dnit caem como um dominó de gente cuja ficha não é digna da função pública. O PR não tem dado grandes alegrias nem alternativas de substituição para compor um órgão que não se desfaça à primeira notícia. Cada vez fica mais claro que a presidente tem de escolher: o PR ou a moralidade pública.

Antes de ter de lidar com os "inadministráveis" dos Transportes, Dilma fez um estágio no escândalo envolvendo o seu então ministro Antonio Palocci.

Dilma deixou o país navegar numa crise política com direito a "fechamento" da Câmara dos Deputados, com o objetivo de evitar que a oposição convocasse Palocci para se explicar. Blindados os ministros, não conseguimos o número de assinaturas para instalar uma CPI, como exigiam os fatos.

Corrupção... Sem velinhas dedicadas a ela, o bolo de aniversário do primeiro semestre da presidente no poder seria uma farsa.

O país vai lamentando o uso da máquina do governo para interes-

O nosso país precisa que a presidente governe, em vez de estar sempre às voltas com os problemas da corrupção ou de sua base no Congresso

ses privados de empreiteiras, de clientes de um ministro que vale muito no mercado ou de empresas que tomam dinheiro emprestado a taxas subsidiadas no BNDES para obter altos lucros. A instituição precisa voltar a ser um banco voltado ao pequeno empreendedor e deixar de privilegiar o grande capital.

Por pouco a inflação não desapareceu, fugiu do controle e caminhou para um passado de triste memória. A alta nos preços tira o sono da população. Ela preocupa mais do que a violência e a saúde pública, segundo pesquisas.

Outro fator importante foi o endividamento das famílias, que, no mesmo período de 2010, era de 54% e, neste ano, chegou a 64,1%. A inadimplência das empresas cresceu 23% se comparada com igual espaço de tempo do ano anterior.

O governo está paralisado em termos de investimentos por causa da gastança desenfreada na última

eleição. A marca de gerente competente que Dilma vendeu àquela época acabou por esvair-se em sua administração.

Com o peso da herança maldita, cuja responsabilidade também lhe cabe, o governo pouco investe. O acompanhamento da execução orçamentária da União dá conta de que apenas 5,06% foram gastos.

E não é porque estão faltando problemas a serem solucionados no país. As portas dos hospitais estão cheias, a miséria castiga milhões, o crack destrói os jovens, a insegurança toma as cidades, as estradas são perigosas, dentre tantos assuntos que devem ser prioridade de um governo.

Enquanto isso, 55,24% dos recursos destinados a encargos da dívida já foram gastos. Outros 56,6% de amortização também.

O país precisa que a presidente governe, em vez de estar sempre às voltas com os problemas da corrupção ou de sua base no Congresso, da qual não raro é refém. A oposição não deixará de cobrar. Não abrirá mão de fiscalizar os atos do governo. A inação terá tratamento tão duro quanto a corrupção.

RUBENS BUENO, deputado federal (PPS-PR), é o líder do PPS na Câmara dos Deputados.



FOLHA DE S. PAULO

Proteção à criança

é frágil, 14 AGO 2011

dizem analistas

Caso das meninas que praticam furtos na zona sul de SP escancara deficiências do sistema, aponta promotor

Uma das críticas elencadas é a falta de integração entre polícias, poder público e Conselho Tutelar

O caso das meninas de 10 a 14 anos que têm praticado furtos frequentes na região da Vila Mariana (zona sul de São Paulo) escancara a fragilidade do sistema de proteção à criança e ao adolescente, segundo especialistas.

Na quinta-feira, sete das 15 meninas que atuam na região foram apreendidas novamente pela Polícia Militar após tentarem furtar duas mulheres.

O Conselho Tutelar conseguiu localizar quatro mães, que foram presas por abandono de incapaz. Anteriormente, após pedido da Defensoria Pública, a Justiça mandou liberá-las. As meninas foram para abrigos.

O promotor Thales Cezar de Oliveira e o vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ariel de Castro Alves, afirmaram que o primeiro erro foi ter permitido que essas crianças ficassem nas ruas.

“Toda essa situação era possível de ser evitada se tivéssemos um programa com educadores fazendo abordagens na rua. Nenhuma criança pode ficar perambulando

pelas ruas. Independentemente de estarem cometendo crimes, elas já deveriam ter sido atendidas”, afirmou.

Oliveira ressaltou que é dever da Polícia Civil fazer a identificação de todas as pessoas que estiverem em situação de risco. Ele disse que tomou conhecimento do caso por meio do Conselho Tutelar, já que das outras vezes em que as meninas foram apreendidas não houve abertura de procedimento.

A falta de identificação impede que seja feito o trabalho principal com pessoas em situação de risco: o PAI (Programa de Ação Individual).

Outra falha apontada é a falta de integração entre as polícias, Conselho Tutelar e poder público.

“Precisa ter uma atuação integrada entre os órgãos para que um não fique jogando a responsabilidade para o outro. Esse histórico de fugas dessas meninas mostra a fragilidade do sistema, mesmo após 20 anos da existência do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]”, disse Alves.

OUTRO LADO

O delegado Márcio de Castro Nilson, do 36º DP (Paraisópolis), disse que não se manifestaria sobre as críticas.

“Cada um tem sua interpretação. A minha, de autoridade policial, é tão acadêmica quanto dos defensores públicos ou promotores.”

Os conselheiros tutelares que atuaram no caso também informaram à **Folha** que não poderiam comentar o assunto. “Cada um tem que fazer o que lhe cabe. No caso da polícia, seria o de prender. O nosso, de garantir a proteção às crianças”, disse a conselheira tutelar Kátia de Souza, que atua na região da Vila Mariana.

fraco demais

PARA CHORAR

Vítimas da fome, crianças refugiadas na Somália não têm força nem para o choro

Um silêncio perturbador domina o campo de refugiados de Badbaabo, o maior de Mogadíscio, capital da Somália. Surpreendentemente, o choro de criança é raro.

Apesar do estado agudo de desnutrição de milhares de pessoas precariamente acampadas em tendas feitas com galhos de árvores, o instinto infantil mais básico parece ter sido derrotado.

"Ela tem muita fome, mas acho que ficou fraca demais para chorar", diz Shukri Mohamed, 28, embalando seu bebê de oito meses. Pele e osso, a criança tem os olhos vidrados, indiferente ao bando de moscas que passeiam sobre seu rosto.

O silêncio dos refugiados é produto da debilidade física, mas também da impotência diante de um desastre natural agravado por duas décadas de guerra civil na Somália e pelo atraso das agências internacionais em reagir.

Vivendo a pior seca em 60 anos, a região conhecida como "Chifre da África" fez resurgir as imagens das crianças etíopes esqueléticas que comoveram o mundo no meio da década de 80.

Mergulhada em caos e dividida entre um governo inoperante e o fanatismo da milícia islâmica Shabab, a Somália é o testemunho mais eloquente de uma combinação mortal: tragédia climática, escalada nos preços de alimentos e conflito armado.

Grande parte do território do país é controlado pela milícia islâmica, que dificulta o deslocamento populacional e impede a chegada de assistência humanitária, alegando que as organizações ocidentais são "antiislâmicas".

Somente nos últimos três anos, foram assassinados 14 funcionários do PMA (Programa Mundial de Alimentação), principal fornecedor de ajuda alimentar na região.

Reféns da insana disputa armada que rachou o país e do temor da comunidade internacional em atuar num território sem lei, a população é presa fácil da seca.

Os rostos da fome na África, estampados em jornais do mundo inteiro, contam apenas parte da história. Em muitos casos, o fim. Iman Abdi Noono, 60, caminhou com a família durante dez dias até Mogadíscio para escapar da seca que aniquilou o rebanho de 30 vacas e 60 ovelhas que garantiam sua subsistência no distrito de Bu"ale (sul).

Para driblar os ataques do Shabab, que controla a região sul, a mais atingida pela seca, Iman foi obrigado a fazer uma rota alternativa. O desvio prolongou a caminhada e o sofrimento.

Agachado dentro de uma barraca no campo de refugiados, ele conta que viu seis de seus nove filhos morrer de fome no caminho. "Carreguei o último nas costas e achei que iria salvá-lo. Mas ele morreu pouco depois de chegarmos a Mogadíscio", lamenta, em voz baixa.

Até algumas semanas atrás, o campo de Badbaabo era apenas mais uma área em ruínas de Mogadíscio. Hoje abriga cerca de 30 mil refugiados internos, que se alinham em longas filas à espera de rações oferecidas por organizações humanitárias.

As tradicionais vestes islâmicas em tons fortes de amarelo, verde, vermelho e outras cores berrantes, contrastam com o semblante soturno das mulheres somalis.

De acordo com o PMA, 200 mil somalis chegaram à capital nos últimos dois meses fugindo da seca. Em sua maioria gente simples, que perdeu o pouco que tinha e ainda teve que deixar para trás parte da família.

Fatma Maha, 32, que aparenta ter pelo menos dez anos a mais, tinha chegado no mesmo dia a Mogadíscio. Com uma bacia de metal na mão, esperava na fila para receber um punhado de arroz que mal daria para alimentar os quatro filhos que conseguiu levar à capital.

"Deixei os dois mais velhos para trás com meu marido, porque não tive dinheiro para pagar a viagem de caminhão", diz Fatma, explicando que o motorista cobrou algo em torno de R\$ 0,15 por passageiro. "Foi muito difícil, mas precisava salvar os mais novos".

CONTINUA

14 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Tragédia anunciada

Nas últimas três semanas, as estradas esburacadas de Mogadíscio passaram a ser rota do tráfego intenso de caminhões com comida e medicamentos destinados a aplacar a crise.

Embora os sinais de um desastre iminente na Somália terem começado a ser emitidos em novembro pelo sistema de alerta contra a fome do governo americano (FEWS NET), a ONU só declarou estado de emergência na região no início de julho.

A demora foi fatal para dezenas de milhares de crianças e adultos que o PMA estima terem morrido na Somália em consequência da seca nos últimos três meses. Segundo a agência, mais 10 mil poderão morrer no sul do país até o fim do mês.

“ Estive em muitos lugares difíceis, como Paquistão, Iraque, Afeganistão. Nada do que vivi me preparou para a Somália

LUITGARD WIEST
médica alemã

FOLHA DE S. PAULO

LEGISLAÇÃO 14 AGO 2011

Regras são válidas para alunos, instituições de ensino e empresas que concedem estágios

Atenção aos direitos e deveres

Desde 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.788, os estagiários têm mais garantias de que o período vivenciado nas empresas ou instituições enquanto ainda são estudantes será vantajoso para a carreira profissional. Entre outras determinações, o dispositivo que trata do estágio estabelece a obrigatoriedade de a parte concedente deslocar um profissional com formação ou experiência na área de conhecimento do estagiário para orientá-lo e supervisionar seu desempenho. Isso significa que ele vai vivenciar o dia a dia da profissão e a relação com superiores hierárquicos e colegas antes mesmo do ingresso no mercado de trabalho.

Embora a jornada de atividades possa ser definida em comum acordo entre a instituição de ensino, o aluno estagiário e a empresa ou instituição, outra salvaguarda dos estudantes é o limite de horas dedicadas à atividade: quatro diárias e 20 semanais para os de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, e seis horas diárias e 30 semanais para alunos do ensino superior, educação profissional de nível médio e ensino médio regular.

Outro direito do estagiário é o de receber bolsa ou outra forma de contraprestação, assim como auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório. Se for obrigatório, essas concessões dependem de acordo. Independentemente da condição do estágio, no entanto, o estudante ainda tem a garantia de gozar de recesso de 30 dias, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior

a um ano. Esse benefício também deve ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. "A nova lei de estágio foi excelente do ponto de vista de segurança jurídica, tanto para pessoas como para empresas", avalia Carmen Alonso, gerente de Treinamento do Núcleo Brasileiro de Estágios – Nube.

OBRIGAÇÕES

Da parte das empresas, as obrigações são: celebrar um termo de compromisso com a instituição de ensino e o aluno; ofertar instalações com condições para que o estudante exerça atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; contratar em favor do estagiário um seguro contra acidentes pessoais; entregar, ao final do estágio, um termo de realização com indicação resumida das atividades desenvolvidas; e enviar à instituição de ensino, no mínimo a cada seis meses, um relatório de atividades do estagiário. Isso além de indicar o profissional que orientará o aluno.

Já à instituição de ensino cabe, mais do que a celebração do termo de compromisso, tarefas como avaliar as instalações da empresa ou instituição; indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e a avaliação das atividades do estudante; exigir do estagiário a apresentação de relatório de atividades; e comunicar à parte concedente do estágio, no início do ano letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

A lei também limita o número de estagiários do ensino médio – com exceção dos matriculados em cursos profissionalizantes – que podem ser

contratados em relação ao quadro de pessoal das empresas ou instituições

A gerente do Nube, Carmen Alonso, lamenta essa medida, afirmando que trouxe perdas ao setor. Isso porque, segundo dados da Associação Brasileira de Estágios (Abres), existem cerca de 8,3 milhões de jovens matriculados no ensino médio e médio técnico, sendo que apenas 3,1%, ou 260 mil alunos, estão empregados. No nível superior, a contratação é um pouco maior: são 740 mil estagiários para um universo de 5 milhões de estudantes, 14,5% do total. "O lado bom é que muitos alunos que antes estavam matriculados apenas no ensino médio passaram a acrescentar uma modalidade técnica ao curso, aumentando sua qualificação profissional e as chances de contratação", observa Carmen.

PROPORÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EM RELAÇÃO AOS EMPREGADOS*

Número de empregados	Número máximo de estagiários
De 1 a 5	1
De 6 a 10	2
De 11 a 25	5
Acima de 25	20%

*Válido para estudantes do ensino médio

15 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Hans Kelsen e a teoria pura do direito

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

Não há um Prêmio Nobel para o direito. Mas, se ele existisse, seu primeiro ganhador deveria ter sido o jurista Hans Kelsen, como bem afirma Mathias Jestaedt.

Noções como hierarquia das normas, jurisdição e tribunal constitucional, monismo jurídico e natureza dos tratados internacionais, tão corriqueiras hoje em dia, encontram sua gênese ou seu desenvolvimento original no pensamento desse homem, sem favor, o maior expoente do direito no século 20.

Em 2011, comemora-se o centenário do nascimento da famosa teoria pura do direito, cujos fundamentos assentam-se na hierarquia normativa, tendo a Constituição por ápice de uma pirâmide de regras jurídicas, e na metodologia que dispensa, embora não lhe negue importância, o recurso a elementos metafísicos.

O estudo das ideias kelsenianas é bastante difundido no Brasil, país onde ele adquiriu, desde cedo, uma significativa parcela de seguidores. No entanto, a vida e as circunstâncias de Hans Kelsen permanecem desconhecidas, a ponto de até hoje vicejarem lendas e inverdades sobre quem foi e como pensava esse filósofo do direito.

A redescoberta de Kelsen e de sua obra, a partir de sua riquíssima história de vida, é agora possível ao leitor brasileiro, com a publicação de sua "Autobiografia", um texto de 1947, mas que permaneceu oculto até 1992. A vida de Kelsen é comovente e em muito se assemelha a um romance, uma narrativa que se confunde com a história do complexo século 20.

De origens judaicas, oriundo de uma família pouco abastada do leste do Império Austro-Húngaro, ele se formou em direito com o objetivo de se rebelar contra os desígnios do

destino. Em 1911, publica "Principais Problemas de Teoria do Direito Público", aos 30 anos de idade, obra em que toda a sua genialidade se revela. Atua na Primeira Guerra Mundial e no que ele chamou de "processo de liquidação" do Império como principal assessor jurídico do imperador.

Redige grande parte da Constituição da jovem República da Áustria, cria seu tribunal constitucional, do qual foi membro por dez anos, e lança os fundamentos da moderna jurisdição constitucional. Torna-se professor titular na Alemanha, de onde é demitido com a chegada ao poder de Adolf Hitler.

É perseguido por sua origem judaica e emigra para Genebra, Praga e, por fim, para os EUA, onde encontra, em suas palavras, "o último refúgio de um viajante cansado".

Ele encerra em si a grandeza e as contradições de seu tempo. Judeu em período antissemita, refunda as bases jurídico-políticas de sua terra natal. Teórico disciplinado, é singular em suas ideias, mas vive envolto em dificuldades financeiras.

Maior jurista de seu tempo, termina seus dias em uma faculdade de ciência política da Universidade Berkeley, lecionando para alunos pouco afeitos à tradição do direito. Grandioso em seus escritos, soube ser magnânimo em sua conduta pessoal, especialmente para com seus inimigos.

Conhecer Kelsen é aprender muito sobre o Brasil, sua Federação e o modo como nossas instituições, inclusive o Supremo Tribunal Federal, são organizadas. E, a partir de agora, é também conhecer as circunstâncias nas quais seu pensamento foi forjado.

No centenário da teoria pura do direito, os juristas, e não apenas esses, podem redescobrir esse homem tão importante para a ordem jurídica contemporânea.

Conhecer Kelsen é aprender muito sobre o Brasil, sua Federação e o modo como nossas instituições, inclusive o Supremo, são organizadas

Em uma era de ponderações, imprevisibilidade e incertezas, é reconfortante olhar para o horizonte e enxergar um porto seguro nas teorias de Kelsen.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI é ministro do Supremo Tribunal Federal.

15 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

PMs são presos no Rio com ordem de juíza assassinada

Secretaria de Segurança não vincula policiais acusados ao assassinato de Patrícia Acioli

Seis policiais militares foram presos ontem em cumprimento a mandados de prisão expedidos pela juíza Patrícia Acioli no dia do seu assassinato, na última quinta.

A Secretaria de Segurança não confirma se os PMs serão investigados pelo homicídio da magistrada.

Os PMs que tiveram a prisão preventiva decretada por Acioli foram denunciados por homicídio qualificado de Diego da Conceição Beline.

O grupo, segundo o Ministério Público do Rio, tentou forjar um auto de resistência —registro de morte de civil em confronto com a polícia.

Os PMs presos pela Corregedoria Geral Unificada são o tenente Daniel Santos Benites Lopes, o sargento Charles de Azevedo Tavares, os cabos Jovanis Falcão Júnior, Sérgio Costa Júnior e Alex Ribeiro Pereira e o soldado Jefferson de Araújo Miranda.

Todos os policiais presos são lotados no 7º Batalhão da PM, em São Gonçalo.

A reportagem não localizou os advogados dos policiais acusados.

Quatro deles respondem a outros homicídios na 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, em que atuava Acioli. Ela decretou a prisão porque testemu-

nhas temiam depor com os suspeitos em liberdade.

A juíza foi morta no mesmo dia, por volta das 23h45, quando chegava em casa, no bairro Piratininga, em Niterói. Homens, dirigindo ao menos duas motos e um carro, fecharam seu veículo quando se aproximava da residência. Patrícia Acioli foi atingida por 21 tiros, de acordo com a perícia.

INVESTIGAÇÃO

As linhas de investigação da Polícia Civil vão de participação de grupos de extermínio, milícias, agiotas, máfia de transporte clandestino até crime passionai.

A Divisão de Homicídios fez ontem novas diligências para investigar o caso, que corre sob sigilo.

Mais de dez pessoas já prestaram depoimento. A Secretaria de Segurança recusou apoio da Polícia Federal para esclarecer o caso.

O Disque-Denúncia recebeu 64 telefonemas desde a noite do crime. Alguns forneceram dados sobre o assassinato, e outros sobre ocorrências do passado que podem levar a suspeitos.

Segundo a secretaria, ao menos uma das denúncias tinha informações consistentes com o caso.

(DAMARIS GIULIANA)

15 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Menores suspeitas de praticar furtos cumprirão medidas socioeducativas

DE SÃO PAULO - Meninas suspeitas de fazer arrastões na Vila Mariana, na zona sul de São Paulo, serão avaliadas pela Promotoria da Infância e Juventude e vão prestar serviços comunitários ou ficar em regime de liberdade assistida, de acordo com o promotor Thales Cezar de Oliveira.

As medidas, aplicáveis apenas para as maiores de 12 anos, incluem acompanhamento psicológico e social para melhorar a estrutura familiar. Internação foi descartada.

Ao todo são cerca de 15 meninas, de 10 a 14 anos.

No sábado, as quatro mães detidas por abandono de incapaz foram soltas. O alvará de soltura foi expedido na sexta.

PAÍNEL DO LEITOR

Golfe dos juízes

Nos EUA, a imagem do golfista Tiger Woods, outrora um exemplo de honestidade, foi manchada por um escândalo. No Brasil, magistrados, cuja retidão moral é um dever, usam milhões de reais "doados" por grandes escritórios com o nobre fim de desenvolver o golfe togado nacional.

RENAN A. FERREIRA DOS SANTOS (São Paulo, SP)

15 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ discute em que medida pode obrigar Executivo a cumprir seus deveres

Não restam controvérsias nos tribunais brasileiros de que o Judiciário pode interferir em uma política pública para, com base na garantia do direito à saúde, obrigar o Estado a fornecer tratamento hospitalar ou remédios a um cidadão doente. O que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro está discutindo é, se, partindo do mesmo princípio da dignidade humana e do direito à saúde, o juiz pode obrigar uma concessionária de serviço público a instalar ou reparar uma rede saneamento básico em determinado

local. O Anuário da Justiça Rio de Janeiro 2011 mostra que, vinculada a essa questão, há ainda uma divisão entre os membros do TJ-RJ sobre a legitimidade de um único morador entrar com esse tipo de ação no Judiciário.

Os dois temas são polêmicos. Decisão recente da 15ª Câmara Civil, por exemplo, entendeu que um consumidor pode, individualmente, entrar com a ação para exigir da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), no Rio, o reparo da rede na zona oeste da cidade. "O

fato do direito postulado poder ser perseguido através da ação civil pública, não afasta o direito de a parte lesada intentar ação individual pela má prestação do serviço público", afirmou o relator da apelação, desembargador Ricardo Cardozo.

Segundo o desembargador, o ajuizamento de ação civil pública não impede que consumidores entrem com ações individuais e nem gera litispendência. No caso concreto, tratava-se de uma ação em que a parte, já consumidora, exigia o reparo e não a instalação da rede.

CARREIRA MILITAR

Limite de idade deve ser objeto de lei

O STF acerta novamente e, dessa vez, em um assunto que, além de estar dentro de sua competência, demonstra que nossa Corte Suprema está em concordância com as tendências e com a realidade da sociedade em que vivemos. Explico. Todos sabem que os concursos de seleção para as Forças Armadas (carreira militar) têm uma faixa etária predeterminada para o ingresso. Ou seja, o candidato, mesmo o mais bem preparado, pode não ser aceito no certame caso tenha ultrapassado determinada idade.

Para contornar essa exigência, muitos candidatos entram na Justiça para assegurar a vaga no caso de sua aprovação. A decisão chegou ao Supremo que, unanimemente, reconheceu a necessidade de uma lei para fixar a idade máxima para concursos, abrindo precedente para as inúmeras

ações, não só para concursos militares, mas também para tantos outros concursos que fixam idade sem respaldo de lei.

Como, no entanto, essa decisão apresenta a ligação do STF com a sociedade? Todos sabem que, em geral, as camadas sociais mais pobres não têm as mesmas oportunidades de educação que as mais abastadas e acabam concluindo sua formação mais tarde, o mesmo ocorrendo com os filhos de militares, que têm os estudos interrompidos pelo deslocamento de seus pais. Logo eles que, por força do exemplo familiar, podem querer seguir a carreira.

Se analisarmos outros países, veremos que, por exemplo, nos Estados Unidos, a academia de West Point estabelece idade de ingresso entre 17 e 23 anos. Enquanto isso, no Brasil, a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) fixa o limite

em 21 anos. Na França, a idade máxima varia de 25 a 29 anos. Ora, temos todas as razões antropológicas e sociais para um limite superior, e não inferior ao deles.

A fixação arbitrária de faixa etária, e mais ainda, de idade tenra, além de restringir esses candidatos, acaba por prejudicar também as instituições às quais se ligariam, que, assim, perdem pessoas com vocação para a carreira. E, anote-se, as Forças Armadas enfrentam dificuldades para atrair jovens e, paradoxalmente, desperdiçam muitos.

Ao lado da manifestação do STF, tramita no Congresso o Projeto de Lei 128 que, entre suas propostas, prevê o teto etário para os concursos. O projeto estabelece uma faixa, entre 15 e 35 anos, na qual o candidato teria de se encaixar, dependendo da função/cargo que irá exercer.

15 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FALÊNCIA FRAUDULENTA

Justiça bloqueia R\$ 70 milhões do Banco Rural

A Justiça do Rio de Janeiro determinou o bloqueio de R\$ 70,3 milhões do Banco Rural e da Investprev, braço de seguros e previdência do Grupo Rural. As empresas foram beneficiadas num processo fraudulento de liquidação do Banco GNPP, decretada pelo Banco Central em 1996. A sentença foi dada pela 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, depois de ação revocatória impetrada pelos credores da massa falida do GNPP, contra uma compra de ações.

O banco teve sua liquidação decretada pelo BC em outubro de 2003, em um processo iniciado em 96, depois de problemas de liquidez que impediam o GNPP de pagar suas dívidas. Consta nos autos que a empresa chegou a um passivo de quase R\$ 92 milhões, mas não tinha dinheiro em caixa para pagar nem 50% dos credores.

A fraude foi detectada durante o processo de liquidação dos bens do GNPP. Foi constatado que, em 1994, sem dinheiro para saldar as dívidas, o banco comprou o GNPP. Provida Seguradora por 2,3 bilhões de cruzeiros reais, dos quais 1,6 bilhão foi em troca de ações. Pela correção monetária, com inflação e juros, o valor foi transformado em R\$ 65 milhões.

O problema é que as duas com-

panhias pertenciam ao mesmo grupo econômico, e o que aconteceu foi apenas uma transferência de dinheiro entre acionistas. Ou seja, sem liquidez, o GNPP deixou de pagar seus credores para repassar o dinheiro que restava a seus controladores, em troca de ações de uma empresa quebrada. Os acionistas, portanto, mesmo com a falência do banco, receberam a parte que lhes cabia. Os credores, não.

A movimentação foi considerada fraudulenta pela Vara Empresarial do Rio, e então foi determinado o bloqueio dos R\$ 65 milhões, além do reconhecimento da ilegalidade da compra. Quando a Justiça pediu que a GNPP Provida apresentasse os bens a penhora, viu-se que a companhia já não tinha mais dinheiro, pois tudo havia sido repassado aos acionistas. E é aí que entra o Grupo Rural.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4ª REGIÃO 15 AGO 2011

TRF amplia possibilidade para utilização de créditos do PIS/COFINS

Entendimento que vem sendo aplicado pela
Receita Federal em suas instruções normativas

Uma decisão do TRF (Tribunal Regional Federal) da região sul do país ampliou a possibilidade de utilizar os créditos dos impostos PIS/COFINS, que hoje não são aceitos pela Receita Federal. Esse é o primeiro julgamento de segunda instância favorável aos contribuintes. Os desembargadores concederam a uma indústria de não tecidos o direito de usar créditos obtidos com serviços de logística e armazenagem, expedição de produtos e controle de estoques. O benefício estimado é de R\$ 700 mil.

A advogada Inaiá Nogueira Queiroz Botelho, da Jefferson Brückheimer Advocacia Empresarial, comenta que a decisão do TRF 4ª Região é um avanço na medida em que amplia o conceito de insumo, permitindo que as despesas da empresa destinadas a aferição de receita também sejam capazes de gerar créditos de PIS/COFINS. "O entendimento

que vem sendo aplicado pela Receita Federal em suas instruções normativas é o de que apenas os serviços aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto são insumos e geram créditos de PIS/COFINS. Para o TRF da 4ª Região essa limitação, aplicável ao regime do IPI, não se aplica ao regime da PIS/COFINS, ampliando assim a possibilidade de aquisição de créditos pela empresa" explica a advogada.

No entanto, Inaiá alerta que a decisão do TRF 4ª Região não é definitiva, pois ainda são cabíveis recursos ao STF e STJ, que podem alterar esse posicionamento. "É preciso ainda deixar claro que o benefício concedido somente se aplica em favor do contribuinte que obteve êxito na referida ação judicial, não alterando ou vinculando o posicionamento da Receita Federal. Logo, cabe a cada contribuinte, com base em sua realidade, buscar individualmente

a ampliação de seu direito de crédito, inclusive em âmbito administrativo, uma vez que também existem decisões do CARF nesse mesmo sentido" finaliza.

O contador Gilmar Rissardi, sócio da empresa curitibana Bilanz Gestão Contábil, explica que, segundo a decisão da receita não existe paralelo entre o regime não cumulativo de IPI/ICMS e o de PIS/COFINS, justamente porque os fatos tributários que os originam não totalmente diferentes. "O IPI e o ICMS são impostos que caem sobre as operações com produtos industrializados. Já a PIS/COFINS, por sua vez, incidem sobre a totalidade das receitas", explica.

15 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF-4 libera sócio de execução fiscal da União

O fato do nome do sócio constar na Certidão de Dívida Ativa (CDA) não autoriza seu ingresso automático no pólo passivo da execução fiscal. A responsabilização pessoal só ocorre se ficar comprovado que ele agiu com excesso de mandato ou infringiu a lei. Com este entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acatou apelação para reconhecer a ilegitimidade de um embargante no pólo de uma execução. A decisão unânime foi tomada em julgamento que aconteceu no dia 26 de julho.

A Apelação foi interposta contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados em Embargos à Execução Fiscal ajuizada pela União. O embargante disse que não deveria figurar na execução, pois não cometeu ato doloso ou fraudulento, independentemente de constar seu nome na CDA. A relatora do processo na 2ª Turma, juíza federal convocada Vânia Hack de Almeida, explicou que a jurisprudência da Corte foi firmada em consonância com o entendimento da 1ª e da 2ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Qual seja: no sentido de que a responsabilização pessoal do sócio-gerente

ANTONIO CESAR SIQUEIRA

Assassinato de Patrícia

Acioli não intimidará a 15 AGO 201

magistratura JORNAL DO ESTADO

O covarde assassinato da juíza Patrícia Acioli, um verdadeiro desacato às instituições e ao Estado de Direito, não intimidará a Magistratura brasileira e fluminense. A inquietação nacional quanto à sua segurança não interferirá no seu trabalho, fundamental para a sociedade e para que tenhamos um país com menos criminalidade e violência.

É lamentável observar que, a cada dia, há mais juízes de direito ameaçados pelo crime organizado. A grave situação preocupa muito e tem sido objeto de atenção da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Garantir a sua segurança é uma prioridade, pois sua atuação soberana é essencial para a prevalência da justiça como parâmetro de uma sociedade livre e harmoniosa.

A estrutura de segurança do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem elevado padrão de qualidade. Tanto assim, que é considerada modelo para todos os tribunais brasileiros. Infelizmente, o crime organizado parece cada vez mais ousado e disposto a romper todos os limites para ameaçar o Estado de Direito e a tudo e todos que se opõem à sua deletéria e desprezível atuação.

Toda essa afronta, contudo, será em vão! Embora chocada, triste e em luto pelo cruel assassinato da juíza Patrícia Acioli, a Magistratura fluminense não irá intimidar-se e tampouco recuará. Ao contrário, intensificará sua ação no sentido de colocar a Justiça, com força cada vez maior, como ferenha combatente do crime organizado.

Exemplo dessa inabalável posição verificou-se esta semana, quando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador

Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, determinou a transferência de traficantes presos na capital, para estabelecimentos carcerários de outras unidades federativas. Posicionamentos firmes e determinados, de modo que a lei seja respeitada e atenda aos interesses maiores da população brasileira, serão sempre a marca da atuação dos juízes de direito.

O absurdo assassinato da juíza Patrícia Acioli foi um claro e inaceitável atentado contra a democracia. Os projéteis que tiraram sua vida atingiram, também, a dignidade de todos os brasileiros. Feriram os direitos mais profundos inerentes à cidadania e afrontaram as instituições. A Magistratura, porém, mantém-se íntegra, forte e consciente sobre a missão a ser cumprida para que o crime organizado seja combatido com crescente eficácia e cerceado em suas ações contra os brasileiros e a Nação.

Mais do que nunca, a Magistratura precisa do apoio da sociedade para cumprir sua tarefa como guardiã da Justiça, em defesa do Estado de Direito e em favor de um país mais seguro, menos violento e capaz de garantir ao seu povo um dos mais essenciais direitos, que é o de ir e vir. Precisamos ter absoluta consciência de que é possível transformar nossa pátria numa terra onde nenhuma pessoa tenha sua vida ameaçada simplesmente por realizar o seu trabalho com eficiência, compromisso e responsabilidade. Lutar por esse ideal é uma dívida da Magistratura com a juíza Patrícia Acioli.

O desembargador Antonio César Siqueira é presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaeri).

JUÍZA

Força tarefa investiga assassinato

Uma força tarefa formada por três juízes assume a partir de hoje a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, onde atuava a juíza Patrícia Lourival Acioli, executada com 21 tiros no final da noite de quinta-feira, na porta de sua casa, em Niterói. Os magistrados farão um levantamento dos casos que estavam sob a responsabilidade da juíza para avaliar possíveis ligações entre os réus dos processos e o assassinato.

Os trabalhos no fórum de São Gonçalo deverão contar com forte esquema de segurança, mas não foram divulgados detalhes da operação. O trio de juízes não deve dar prosseguimento aos processos que tramitavam na 4ª Vara. Para isso, seria necessário pedir vistas dos processos antes dos julgamentos. Funcionários do fórum acreditam que nenhuma audiência seja realizada esta semana.

A função principal do grupo será levantar detalhes sobre todos os casos para o cruzamento dos dados com pistas que estão sendo levantadas pela polícia em torno dos suspeitos pelo crime. Estava prevista para esta semana uma sessão de júri de um policial militar acusado de envolvimento com uma milícia que atuava em São Gonçalo. A expectativa era de que a sentença fosse proferida por Patrícia nessa sessão.

JORNAL DO ESTADO

A CONDOTA E O DIREITO PENAL 15 AGO 2011

Algemas, a grande discussão nacional

*Jonatas Pirkiel

Tem coisas que somente ocorrem em nosso país. Até a Presidente da República manifestou sua discordância com a Polícia Federal porque usaram algemas para conduzir "autoridades" do Ministério do Turismo que foram presas na operação policial denominada "voucher". E o assunto chamou a atenção até do respeitado Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, que entendeu ter sido abusiva a utilização de algemas nos suspeitos presos.

Observe-se que não se deu destaque ao trabalho da Polícia Federal, não tão pouco as autoridades procuraram dar uma satisfação para a sociedade sobre as acusações que tomam conta de vários Ministérios da República. Para eles, o que é lamentável é o uso de algemas para a condução dos suspeitos. O valioso trabalho da Polícia Federal não conta. Até por conta disto, o Ministro da Jus-

tiça se propõe a mandar para o Congresso uma proposta de Regulamentação do uso de algemas por parte das autoridades policiais. Devemos lembrar que a bem pouco tempo, este mesmo assunto chegou a ser discutido até mesmo no Supremo Tribunal Federal, voltando agora a fazer parte da "ordem do dia". Mesmo não havendo regulamentação para o uso de algemas, este se consolidou mais para a garantia da integridade física do policial que faz a prisão do que para evitar a fuga do preso. Porque se fosse para evitar a fuga, o mais eficiente seria o uso de tornozeleiras e não algemas. Agora, é difícil se entender que o uso da algema possa causar um constrangimento ao preso, ou representar um abuso da autoridade. Até porque o que provoca o constrangimento é a prisão. É a exposição do preso à mídia, com a divulgação de sua imagem e de seu nome na imprensa, pelos meios de comunicação de forma geral. O que se observa quando da manifestação destas autori-

dades é que eles acham que o uso das algemas é abusivo quando o preso é de "colarinho branco". Porque quando é um "pé de chinelo", nunca se ouviu falar que um Ministro de Estado ou do Supremo Tribunal se importasse com isso. De forma que é muito difícil para o policial presumir em que tipo de preso ele coloca algemas. Ou coloca em todo preso, ou não coloca em preso nenhum. Pois a presunção de que este preso oferece perigo à efetivação da prisão ou à integridade do policial e aquele não, fere o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, sem distinção. O que se verificará com a regulamentação que poderá ocorrer é que as algemas somente serão utilizadas nas prisões de pobres, negros e prostitutas. De banqueiros, ministros, autoridades judiciárias e figuras da alta sociedade, jamais!

Jonatas Pirkiel
(jonataspirkiel@terra.com.br) é
advogado criminal.

SABER DIREITO

*Roberto Victor
Pereira Ribeiro

O Inolvidável filólogo Silveira Bueno traz o verbete "patronímico" com a seguinte semântica: Relativo ao pai; derivado do nome do pai (sobrenome).

Por sua vez, o lexicógrafo português Caldas Aulete completa: diz-se de um sobrenome derivado do nome do pai ou ascendente. Resolvi trazer de forma inaugural essas duas explicações desse vocábulo para só depois entrar na matéria estrita do artigo. Ter a paternidade reconhecida é um direito que a Constituição Federal brasileira garante a todos os brasileiros, inclusive aos filhos havidos fora do matrimônio. A paternidade não é algo tão difícil de ser conseguida: basta que a mãe solteira ao se dirigir ao cartório para registrar seu

Patronímico

filho, comunique ao tabelião o nome do pai. Neste caso, o tabelião informará ao juiz que marcará uma audiência para escutar as partes. Comparecendo pai e mãe do registrando, o magistrado perguntará se o pai reconhece o filho(a), se for positiva sua resposta, a filiação será reconhecida e, a partir dali, constará no registro o nome do pai. Em caso negativo, será instaurado um processo de investigação de paternidade. Faz-se mister informar que este processo será movido pela mãe no caso de filhos menores de 18 anos ou pelo próprio filho, caso este seja maior de 18 anos.

A filiação constante do registro não serve apenas para apelar as dores daqueles que tem em suas identidades a informação de "pai desconhecido", mas também para surtir efeitos sucessórios e patrimoniais, como pensões, he-

ranças etc. Infelizmente, a maioria das mães solteiras não buscam esses direitos dos filhos deixando-os, assim, à margem de suas garantias e direitos ressaltados. É muito comum a mãe, por receio de desagradar o ex-parceiro, deixar de informar ao tabelião o nome do suposto pai da criança. Destarte, o tabelião não poderá oficiar ao juiz para que o mesmo marque a audiência para dialogar acerca da filiação do nascido. Portanto, se você conhece algum caso dessa seara, informe aos interessados que procurem os seus direitos, seja por via da Defensoria Pública ou por meio de advogados.

*O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito.

15 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autoriza mudança de gênero e de nome de transexual

*Francisco Cunha Souza Filho

Em recente decisão judicial (processo nº 0014790-03.2008.8.19.0002), a 7ª câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu favoravelmente a pedido formulado por transexual que, tendo passado por cirurgia de adequação de sexo, buscava mudar seu nome e seu gênero sexual de masculino para feminino no registro civil. Em primeira instância, o juiz do caso havia autorizado apenas a mudança do prenome, sem permitir a alteração do gênero sexual. Em recurso apresentado pelo transexual junto ao Tribunal de Justiça carioca, os desembargadores, após analisarem os laudos médico e psicológico, entenderam que não conceder a mudança do gênero sexual seria uma ofensa ao direito personalíssimo à livre orientação sexual.

Segundo o relator do recurso, desembargador Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho, a manutenção do gênero sexual masculino da autora, após a alteração de seu nome para o feminino, causaria evidente exposição ao ridículo, o que é repellido pelo ordenamento jurídico. Daí ter afirmado em sua decisão que "É inimaginável, para a maioria das pessoas, a dantesca realidade dos transexuais, que vivem atormentados dentro de uma anatomia física que, psicologicamente, não lhes pertence. É sensato que a Justiça cerre os olhos para o drama daqueles que, em busca da felicidade e paz de espírito, têm a coragem de extirpar os próprios órgãos sexuais? É justo que essas pessoas, que chegaram ao extremo em busca de seus propósitos, tenham negado o direito à mudança de prenome e gênero sexual em seus assentos registrários, cerceando-lhe o direito de viver com dignidade? Certamente não".

* O autor é graduado em Direito pela PUC de Curitiba, pós-graduado em Direito Civil, Processo Civil e Direito do Trabalho, sócio do escritório curitibano Macedo & Cunha Advogados Associados

Cartórios podem recusar registro de nomes que exponham criança ao ridículo

Ahora de escolher o nome de uma criança é sempre um momento difícil para os pais, que muitas vezes acabam escolhendo para seus filhos nomes incomuns ou exóticos – prática comum entre muitos artistas hoje em dia. A Lei Federal nº 6.015, de 1973, porém, estabelece que o oficial de registro civil deve se recusar a registrar na certidão de nascimento nomes que exponham a pessoa ao ridículo. Embora a tarefa de selecionar os nomes que podem ou não ser registrados pareça simples, ela é bastante complexa e subjetiva. Não existe uma lista de "nomes proibidos", portanto, é preciso contar com o bom senso na hora de colocar em prática essa regra normativa. Geralmente, o critério do registrador para aceitar uma grafia são os argumentos apresentados pelos pais, e para conferir sua validade vale consultar livros, enciclopédias, internet ou outras fontes disponíveis.

"O registrador tem que levar em conta o significado do nome, que pode ter origem indígena ou estrangeira, por exemplo. Devemos respeitar as tradições", esclarece o assessor jurídico da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR), Fernando Abreu. O assessor também explica que, "caso o oficial registrador entenda que o prenome escolhido seja suscetível de expor ao ridículo o seu portador, não efetuará o registro. Contudo, caso os pais não se conformem com a recusa do oficial, este submeterá o caso, por escrito, ao Judiciário".

Os prenomes poderão ser alterados no primeiro ano após ser atingida a maioridade civil, desde que não prejudiquem os sobrenomes de família. Ou seja, basta iniciar o processo judicial entre 18 e 19 anos de idade, sem necessidade de maiores justificativas. Qualquer alteração posterior a essa idade, será efetuada somente por exceção e motivadamente, admitindo-se, então, modificações no prenome e no sobrenome. Outra possibilidade de alteração de sobrenome, e esta independe de decisão judicial, é a dos noivos, que podem acrescentar o sobrenome do outro ao seu próprio sobrenome. Isso se dá com reciprocidade, ou seja, tanto o homem poderá acrescentar ao seu o sobrenome da mulher, como também a mulher poderá acrescentar ao seu sobrenome o do homem.

JORNAL DO ESTADO

15 AGO 2011

PAINEL JURÍDICO

Eletrônico

De 15 a 19 de agosto, os advogados que forem à sede da OAB Paraná vão encontrar uma equipe de técnicos à disposição para prestar ajuda aos que encontram dificuldades no uso do processo eletrônico.

Será realizado o "Workshop do Processo Eletrônico. Haverá técnicos que poderão fazer a configuração dos computadores dos advogados e auxiliá-los na instalação e cadastro dos sistemas.

Estabilidade

Membros de conselho de ética de sindicatos não têm direito a estabilidade provisória concedida a dirigentes sindicais, pois não ocupam cargos diretivos. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

Reincidência

Um furto de latas de cerveja, avaliado em R\$ 33, poderá levar render condenação de dois homens, pois não se aplica o princípio da insignificância quando os réus são reincidentes. O entendimento é do STJ.

Remédio

O TRF da 4ª Região determinou que o estado de Santa Catarina forneça remédio para mulheres portadoras de câncer de mama. Para terem acesso ao tratamento, elas devem residir em SC e apresentarem tumores maiores que 1 cm.

Meação

A taxa judiciária em processo de inventário não incide sobre todo o patrimônio do casal, pois deve ser excluída do cálculo a meação do cônjuge sobrevivente.

O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

Nova sede

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), mantido pela Estácio, que dá atendimento jurídico a população de baixa renda, está em nova sede, na Avenida São José, 1.179.

O NPJ é coordenado pela advogada Andreza Baggio e o atendimento é feito por alunos matriculados a partir do 7.º período do curso, acompanhados por professores advogados com no mínimo cinco anos de experiência. Informações pelo fone (41) 3088-0424, e no e-mail thais.erdmann@estacio.com

Islâmico

A Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB Paraná promove no próximo dia 18 de agosto, a partir das 17h, uma palestra sobre Direito Islâmico. O tema será abordado pela advogada e professora Francielli Moréz.

Todos os interessados estão convidados para a palestra, mas é necessário confirmar a participação pelo e-mail comissoes@oabpr.org.br.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Christiane Yared

Prefeitura de São José dos Pinhais promoveu no sábado uma ação de mobilização de pais e alunos na Escola Municipal Ernestina Cortes para alertar sobre responsabilidade no trânsito. Christiane Yared, que perdeu seu filho Gilmar Rafael Yared no acidente que envolveu o ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, em maio de 2009, participou do ato com uma palestra. Um passeio ciclístico encerrou a ação. Depois do acidente, Christiane fundou o Instituto Paz no Trânsito, entidade que apoia as famílias de vítimas da violência no trânsito. A ação foi uma das desenvolvidas a partir do programa "Educação para o Trânsito - Compromisso com a Cidadania", resultado da parceria entre o Departamento Municipal de Trânsito e a secretaria de Educação de São José dos Pinhais. A meta é inserir nas escolas informações relacionadas ao trânsito, por meio de placas ilustrativas, DVDs, materiais publicitários, dentre outros. São José é a primeira a inserir o tema como currículo nas escolas.

15 AGO 2011

METRO

Ligação pode esclarecer morte de juíza do Rio

◉ Namorado de Patrícia Acioli, PM está entre os suspeitos do crime

A polícia do Rio de Janeiro diz ter recebido pelo menos uma informação valiosa para a investigação do assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli, 47, morta na última quinta-feira com 21 tiros, em Niterói.

Até a tarde de ontem, 64 telefonemas sobre o crime foram recebidos pelo Disque Denúncia. De acordo com a polícia, não há hipóteses descartadas para o motivo do assassinato. Milícias, grupos de extermínio e máfias de vans estão entre os principais suspeitos. A juíza era conhecida por aplicar punições severas a policiais.

O nome dela estava em uma lista de pessoas "marcadas para morrer". O nome de Patrícia aparece ao lado

do de outras 11 pessoas em uma relação encontrada com um chefe de uma milícia carioca.

Outro suspeito é o namorado da juíza, o cabo da PM Marcelo Poubel. De acordo com a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, em 2006, uma queixa foi registrada contra o policial por uma agressão sofrida pela juíza em uma churrascaria. Outra queixa por agressão foi registrada no início deste ano, quando os dois estavam separados. O PM invadiu a casa da juíza e a flagrou no quarto com outro homem. Poubel prestou depoimento anteontem.

A juíza foi assassinada em uma emboscada em frente a sua casa, em Niterói. ● METRO

13 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Pedágio

STJ nega recurso do ex-governador. Entre outros argumentos, defesa alega prescrição, mas ministro discorda

Lerner condenado

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso em habeas corpus apresentado pelo ex-governador Jaime Lerner e manteve a ação penal que o condenou a três anos e seis meses de detenção, mais multa, pelo crime de dispensa ilegal de licitação. Lerner foi condenado em razão de aditivo contratual que estendeu a concessão obtida pela empresa Caminhos do Paraná S/A em 80 quilômetros, incluindo trechos da BR-476 e PR-427 não previstos na licitação original. A rodovia federal estava delegada ao Paraná por meio de convênio.

Segundo a denúncia, o aditivo teria sido iniciado por proposta da empresa para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essa proposta teria sido protocolada no Departamento de Estradas de Rodagem (DER) um dia antes da assinatura do termo aditivo. Todo o trâmite teria ocorrido em "tempo recorde".

O termo aditivo foi assinado em 25 de outubro de 2002. Em agosto de 2003, o Ministério dos Transportes declarou a nulidade da prática de condicionar a delegação de novo trecho de rodovia federal ao fato de ser concedida sua exploração a empresa determinada, sem realização de licitação específica.

Defesa

Para a defesa, em razão de o réu contar mais de 70 anos, teria ocorrido prescrição. A denúncia do Ministério Público também seria nula, por não descrever as condutas individuais dos acusados, impedindo o contraditório. Mas o ministro Jorge Mussi discordou. Conforme o relator, a denúncia traz narrativa congruente dos fatos correspondentes ao crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, permitindo o exercício da ampla defesa pelo recorrente. Sobre o ponto, o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) havia afirmado que "não há imputação individualizada de conduta porque todos com ela contribuíram".

Quanto à prescrição, o ministro esclareceu que, conforme apontado pelo juiz da causa, o prazo da prescrição conta a partir da assinatura do termo aditivo, em 25 de outubro de 2002, e não da autorização de dispensa de licitação, efetivada em 14 do mesmo mês.

13 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Expediente

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) e as Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná passarão a funcionar, a partir de segunda-feira, entre as 11h e 19h. O atendimento ao público será das 13h às 18h.

No Protocolo Geral do TRF4 será das 13h às 19h, sendo das 18h às 19h, só para petições e recursos.

No Protocolo Expresso o serviço será das 13h às 18h.

Protocolos

Nos protocolos das Subseções Judiciárias de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, atendimento das 9h às 19h, sendo, das 18h às 19h, exclusivamente para o recebimento de petições e recursos. E, nos protocolos das demais subseções, das 13h às 19h, sendo das 18h às 19h só para recebimento de petições e recursos.

14 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Habeas corpus negado à acusada de matar Louise

João Paulo Carvalho / AE

blica seja garantida”.

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) negou sexta-feira habeas corpus a uma das acusadas de matar a jovem Louise Maeda, 22 anos, em 31 de maio deste ano.

Segundo o TJ-PR, o advogado de defesa de Márcia do Nascimento (foto), 21, uma das acusadas de participar do assassinato da adolescente, “inexistem provas conclusivas acerca de sua participação no homicídio” e que não há elementos que confirmem a necessidade da prisão preventiva. A Justiça, entretanto, avaliou que a acusada deve permanecer presa “para que a ordem pú-



Luise Maeda desapareceu após sair do trabalho por volta das 22h30 no dia 31 de maio. O corpo da universitária foi encontrado no dia 17 de junho por um caseiro de uma propriedade que fica no bairro Tatuquara, em Curitiba. No dia seguinte, Márcia e Fabiane Perpétua de Oliveira, 20, foram presas suspeitas de envolvimento no assassinato e Elvis de Souza, 20, foi considerado foragido. O jovem se entregou no dia 23 de junho. A polícia acredita que os jovens cometeram o homicídio para esconder desvios de dinheiro na lanchonete onde todos trabalhavam.

14 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Presos no escândalo do Turismo deixam cadeia

A Penitenciária de Macapá informou que todos os presos pela Operação Voucher, da Polícia Federal, já foram libertados. Os últimos detidos, 11 pessoas, deixaram a prisão durante a madrugada de hoje. No fim da noite de ontem saiu o secretário-executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva Costa. Ao ser solto, ele não quis dar entrevista. Frederico teve que pagar uma fiança de R\$ 109 mil para conseguir a liberdade. Também deixaram a prisão o ex-secretário-executivo Mário Moysés e o secretário nacional de Programas e Desenvolvimento do Turismo, Colbert Martins Filho.

Ao todo, a Operação Voucher havia prendido 36 pessoas desde terça-feira, entre prisões preventivas e temporárias. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* após deixar a prisão, Colbert afirmou que vai provar sua inocência em relação às acusações de envolvimento no esquema de corrupção na Pasta.

Sindicância

As críticas e a reação de desaprovação ao vazamento de fotos de seis dos presos obrigaram o governo do Amapá a assumir publicamente o compromisso de investigar quem foi o responsável pela liberação das imagens. Em nota oficial, o governo também diz vai "punir os culpados".

Entre as seis fotos divulgadas,

com os presos aparecendo sem camisa e segurando placas de identificação, estão os principais dirigentes do Ministério do Turismo envolvidos no escândalo, no momento em que eram identificados na prisão.

O ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, enviou ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) providências sobre o vazamento.

Cúmplices

Diálogos telefônicos interceptados pela Polícia Federal, com autorização da Justiça, mostram que a quadrilha que desviava dinheiro do Ministério do Turismo tinha a cumplicidade de funcionários da Caixa Econômica Federal para movimentar recursos e até obter dados protegidos por sigilo. A Caixa informou, em nota, que abriu sindicância interna para apurar a denúncia de envolvimento de dois servidores no esquema desmantelado pela Operação Voucher e pediu acesso aos autos do processo.

Numa diálogo, Katiana Necchi, do Instituto Brasileiro de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi), pede documentos ao bancário Edmilson, para forjar uma prestação de contas. Ele atende ao pedido, mas faz um apelo dramático para que Katiana suprima algumas partes para ele não ser identificado, porque se trata, como diz, de "documento extremamente confidencial".

Azedou geral

A operação Voucher da Polícia Federal, se por um lado trouxe alento à sociedade ao promover uma série de prisões dentro do Ministério do Turismo no combate à corrupção, por outro mostrou ao país que a instituição ainda não superou a sua veia pirotécnica em busca dos holofotes da imprensa. E não pode funcionar assim. O uso de algemas e a exposição dos presos para fotografias com as mãos presas a um cinturão de couro gerou reação contrária do Supremo Tribunal Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil e, principalmente, do próprio governo, que interpretou a atuação da PF como uma insubordinação. O clima, que nunca foi bom, piorou ainda mais depois que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), cobrou da Polícia "o dever de respeito aos direitos individuais e aos princípios do Estado de Direito". A resposta veio em nota oficial, onde os delegados sustentaram a tese de que não houve abusos. Nesse caso, porém, há de se frisar que a razão está com o titular da Justiça. A Polícia Federal não precisava pisar tão fundo no acelerador. Para alcançar o patamar de Nação de primeira grandeza, não basta ao Brasil prender e punir os culpados pelos desvios de dinheiro público. É preciso dar o passo além, o de tratar os cidadãos - todos eles - dentro do que manda a Carta Magna da República. Que o episódio atual sirva para reflexão e correção de rumos.

13 AGO 2011

IMPACTO PARANÁ

E a CPI das Falências?

Impacto PR testemunhou, e foi o único veículo de comunicação a escrachar com detalhes e documentos, as escandalosas denúncias que desembarcaram na Assembleia Legislativa do Paraná, abrindo uma verdadeira caixa preta. Inexplicavelmente, o escândalo virou matéria a repousar na famosa "gaveta do esquecimento" por conta de determinados interesses. Com o Centro Cívico transformado em um verdadeiro Circo de Horrores por conta de matérias estarrecedoras e personagens bastante conhecidos, de juízes a empresários, passando por figuras acima de qualquer suspeita, a CPI instalada parou no meio do caminho por conta de uma ação da Associação dos Magistrados do Paraná. A paralisação dos trabalhos da CPI compromete tanto o Legislativo quanto o Poder Judiciário, que transmitiram aos paranaenses a sensação de que não querem mostrar os podres que começaram a cheirar incomodando poderosos interesses. No ar, uma pergunta que não quer calar: Até quando vai durar este silêncio?

Eu fiz a minha parte...



13 AGO 2011

O PARANÁ

STJ mantém condenação de Lerner em 3,5 anos de prisão

Decisão é da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça

Curitiba - A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso em habeas corpus apresentado pelo ex-governador do Paraná Jaime Lerner e manteve a ação penal que o condenou a três anos e seis meses de detenção, mais multa, pelo crime de dispensa ilegal de licitação.

Lerner foi condenado em razão de um aditivo contratual que estendeu a concessão obtida pela empresa Caminhos do Paraná S/A em 80 quilômetros, incluindo trechos da BR-476 e PR-427 não previstos na licitação original. A rodovia federal estava delegada ao Estado do Paraná por meio de convênio.

Segundo a denúncia, o aditivo teria sido iniciado por proposta da empresa para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essa proposta teria sido protocolada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) um dia antes da assinatura do termo

aditivo. Todo o trâmite teria ocorrido em "tempo recorde".

O termo aditivo foi assinado em 25 de outubro de 2002. Em agosto de 2003, o Ministério dos Transportes declarou a nulidade da prática de condicionar a delegação de novo trecho de rodovia federal ao fato de ser concedida sua exploração a empresa determinada, sem realização de licitação específica.

Para a defesa, em razão de o réu contar mais de 70 anos, teria ocorrido prescrição. A denúncia do Ministério Público também seria nula, por não

descrever as condutas individuais dos acusados, impedindo o contraditório. Mas o ministro Jorge Mussi discordou.

Conforme o relator, a denúncia traz narrativa congruente dos fatos correspondentes ao crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, permitindo o exercício da ampla defesa pelo recorrente. Sobre o ponto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) havia afirmado que "não há imputação individualizada de conduta porque todos com ela contribuíram".

PRESCRIÇÃO

Quanto à prescrição, o ministro Jorge Mussi esclareceu que, conforme apontado pelo juiz da causa, o prazo da prescrição conta a partir da assinatura do termo aditivo, em 25 de outubro de 2002, e não da autorização de dispensa de licitação, efetivada em 14 do mesmo mês.

Assim, como o crime comporta pena abstrata de três a cinco anos e o réu é maior de 70, a prescrição ocorreria em seis anos. A denúncia foi recebida em 22 de outubro de 2008, interrompendo a contagem do prazo. A condenação foi decidida em 11 de maio de 2011.

13 AGO 2011

O PARANÁ

Corregedora do CNJ diz que País tem 87 juízes sob ameaça

Brasília - A corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, afirmou ontem que o Judiciário brasileiro tem “cochilado” em relação à segurança de magistrados. Segundo dados enviados por tribunais estaduais e federais ao Conselho, pelo menos 87 juízes estão sob ameaça em todo o Brasil, como a juíza Patrícia Acioli, que foi assassinada na madrugada de ontem.

“Nós muitas vezes cochilamos um pouco quanto à segurança de magistrados que brigam e que trabalham com assuntos muito sérios como foi o caso dessa magistrada. Temos uma segurança falha. Nós efetivamente temos cochilado um

pouco”, disse a ministra.

Segundo informações enviadas pelo Tribunal de Justiça do Rio, no Estado há 13 magistrados sob ameaça. Entre esses nomes, segundo a corregedora, não estava a juíza Patrícia Acioli.

Eliana Calmon relatou que em junho deste ano enviou ofícios a todos os presidentes de tribunais regionais dos estados – inclusive do Rio de Janeiro, Manoel Alberto Rebêlo dos Santos – pedindo dados sobre ameaças a juízes e recomendando o reforço na segurança dos magistrados.

“Recomendo que Vossa Excelência que determine a adoção de práticas efetivas para garantir a segurança dos magistrados, em

especial daqueles que judicam em varas criminais e de execução penal”, afirmou a corregedora.

PF VAI INVESTIGAR

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou que a Polícia Federal investigue a morte da juíza Patrícia Lourival Acioli, executada na madrugada de ontem, em Niterói (RJ). “O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, me procurou e pediu para que nós entrássemos nas investigações. Eu, então, conversei com o governador (do Rio de Janeiro) Sérgio Cabral e determinei à Polícia Federal que entre no caso, já a partir de agora”, disse o ministro.



12 AGO 2011

O PARANÁ

TJ apresenta projeto de fórum de Matelândia

Matelândia - Os arquitetos do Tribunal de Justiça do Paraná, José Luiz Leite da Silva Filho e Sonia Mara Floriani Marques, estiveram ontem em Matelândia para apresentar projeto do novo fórum da comarca local. Eles mostraram os documentos ao prefeito Edson Primon (PMDB), ao vice Gilmar da Costa e a outros líderes do município.

A obra terá investimentos de mais de R\$ 6 milhões e contará com três mil metros quadrados de área construída. O espaço vai ser dividido em dois pavimentos, podendo abrigar até três gabinetes de juízes e com espaço para aumentar o contingente. A Comarca abrange os municípios de Matelândia, Céu Azul, Vera Cruz D'Oeste, Ramilândia e Diamante D'Oeste tem cerca de 55 mil habitantes. A obra vai suprir uma demanda de 30 anos.

Arquitetos do TJ apresentam projeto ao prefeito Primon e a outras autoridades do município



PARANÁ ONLINE

TJPR coloca no ar novo Portal da Transparência

12 AGO 2011

Na mesma ocasião de lançamento do novo portal do TJPR na internet (www.tjpr.jus.br), nesta sexta-feira (12), a presidência coloca no ar o Portal da Transparência (www.tjpr.jus.br/portal-da-transparencia), reformulado de acordo com as exigências da Lei Estadual n.º 16595/2010, preservadas as informações que já se encontravam disponibilizadas no formato exigido pelas Resoluções n.º 83/2009 e 102/2009, do Conselho Nacional de Justiça, e do Portal de Gestão do Dinheiro Público no Estado do Paraná.

Para a reformulação do Portal da Transparência do Tribunal de Justiça a Presidência constituiu Grupo de Trabalho pela Portaria n.º 548-DM de 13 de abril de 2011, coordenado pelo Juiz Auxiliar da Presidência Francisco Cardozo Oliveira.

O objetivo do Portal é fornecer informações ao cidadão sobre a gestão do dinheiro público pela administração do Tribunal de Justiça e também se destina à prestação de contas na aplicação de recursos para a melhoria da prestação jurisdicional no Estado do Paraná.

É importante ressaltar que o Portal da Transparência está em constante atualização, em razão da dinâmica dos atos da administração judiciária e do processo de digitalização de documentos que ainda está em andamento nos diversos departamentos do Tribunal.

Com essa reformulação, a Presidência do Tribunal de Justiça cumpre o compromisso com o cidadão de transparência na gestão pública.

PARANÁ ONLINE 12 AGO 2011

STJ mantém ação penal contra Jaime Lerner por concessão ilegal de rodovias

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso em habeas corpus apresentado pelo ex-governador do Paraná Jaime Lerner e manteve a ação penal que o condenou a três anos e seis meses de detenção, mais multa, pelo crime de dispensa ilegal de licitação.

Lerner foi condenado em razão de um aditivo contratual que estendeu a concessão obtida pela empresa Caminhos do Paraná S/A em 80 quilômetros, incluindo trechos da BR-476 e PR-427 não previstos na licitação original. A rodovia federal estava delegada ao estado do Paraná por meio de convênio.

Segundo a denúncia, o aditivo teria sido iniciado por proposta da empresa para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essa proposta teria sido protocolada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) um dia antes da assinatura do termo aditivo. Todo o trâmite teria ocorrido em “tempo recorde”.

O termo aditivo foi assinado em 25 de outubro de 2002. Em agosto de 2003, o Ministério dos Transportes declarou a nulidade da prática de condicionar a delegação de novo trecho de rodovia federal ao fato de ser concedida sua exploração a empresa determinada, sem realização de licitação específica.

Para a defesa, em razão de o réu contar mais de 70 anos, teria ocorrido prescrição. A denúncia do Ministério Público também seria nula, por não descrever as condutas individuais dos acusados, impedindo o contraditório. Mas o ministro Jorge Mussi discordou.

Conforme o relator, a denúncia traz narrativa congruente dos fatos correspondentes ao crime previsto na Lei de Licitações e Contratos, permitindo o exercício da ampla defesa pelo recorrente. Sobre o ponto, o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) havia afirmado que “não há imputação individualizada de conduta porque todos com ela contribuíram”.

Quanto à prescrição, o ministro esclareceu que, conforme apontado pelo juiz da causa, o prazo da prescrição conta a partir da assinatura do termo aditivo, em 25 de outubro de 2002, e não da autorização de dispensa de licitação, efetivada em 14 do mesmo mês.

Assim, como o crime comporta pena abstrata de três a cinco anos e o réu é maior de 70, a prescrição ocorreria em seis anos. A denúncia foi recebida em 22 de outubro de 2008, interrompendo a contagem do prazo. A condenação foi decidida em 11 de maio de 2011.

CONJUR

TJ-SP manda soltar prefeito flagrado com cocaína

12 AGO 2011

Preso em flagrante carregando cocaína no carro oficial, o prefeito de Santa Branca (SP), Odair Leal da Rocha Júnior (PMDB), ganhou o direito a liberdade. O Tribunal de Justiça revogou, nesta quinta-feira (11/8), a prisão preventiva de Odair e mandou expedir alvará de soltura. O prefeito, conhecido como Peixinho, foi flagrado pela Polícia Militar com 35 pinos de cocaína escondidos num veículo Celta da prefeitura, que ele mesmo dirigia.

O relator do recurso, desembargador Ribeiro dos Santos, concedeu o pedido da defesa com base em parecer do Ministério Público de São Paulo. O desembargador Poças Leitão disse que “contrariado” dava a liberdade ao acusado, diante da gravidade do delito imputado ao prefeito.

O mesmo relator decretou a prisão preventiva do prefeito em janeiro, quando este foi flagrado transportando no veículo oficial 35 microtubos de cocaína, com 54,20 gramas da droga. Em seguida, o prefeito ganhou liberdade provisória para responder ao processo em liberdade.

Quinze dias depois foi novamente preso. Em julho, a prisão foi mantida com o argumento de que o “acusado demonstra inclinação para a prática de crimes” e havia indícios de seu envolvimento “no espúrio comércio de entorpecentes”.

O crime imputado a Odair aconteceu em janeiro. Ao revistar o carro usado por Peixinho, um Celta preto da frota da prefeitura, a Polícia encontrou a droga sob o banco do passageiro.

Odair foi eleito em 2008 pelo PMDB. Ele foi condenado a pagar R\$ 21 mil por ter feito propaganda eleitoral antecipada. Antes, havia sido vereador da cidade. O Ministério Público abriu perto de uma dezena de inquéritos criminais contra o prefeito.

CONJUR

Juíza do Rio de Janeiro é morta a tiros em Niterói

12 AGO 2011

A juíza Patrícia Acioli, 47 anos, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo (RJ) foi morta a tiros no fim da noite da quinta-feira (11/8). Ela dirigia seu carro e se aproximava da entrada do condomínio onde morava, no Timbau, em Niterói, quando foi atacada. Ela estava sem seguranças. A Polícia acredita na hipótese de emboscada e crime encomendado. As informações são da *Agência Estado*.

Patrícia estava ao volante de seu Fiat Idea quando foi surpreendida por homens de toucas ninja, em duas motos e dois carros. Eles deram ao menos 15 tiros de pistolas calibre 40 e 45 contra a juíza, que morreu no local. A Polícia espera encontrar pistas em imagens gravadas pelas câmeras de segurança da portaria do condomínio.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos, que foi ao local do crime, a juíza já havia recebido várias ameaças de morte. O nome dela estava em uma "lista negra" feita pelo criminoso Wanderson Silva Tavares, o Gordinho, preso no Espírito Santo em janeiro deste ano. Ele chefiava uma quadrilha de extermínio que atuava em São Gonçalo e que teria matado pelo menos 15 pessoas em três anos.

Entre as decisões de Patrícia está a prisão de policiais militares de São Gonçalo que sequestravam traficantes e, mesmo depois de matá-los, entravam em contato com familiares e comparsas exigindo dinheiro para soltura. A juíza Patrícia também decretou a prisão preventiva de PMs acusados de forjar confrontos com bandidos, mortos durante a abordagem.

O carro da juíza foi transferido para perícia para a Divisão de Homicídios (DH) da Polícia Civil da Barra da Tijuca, zona oeste da capital. Niterói também conta com uma DH, mas a transferência para o Rio foi pedida pela chefe da Polícia Civil, Martha Rocha. A perícia já foi feita na manhã desta sexta-feira (12/8).

A casa onde Patrícia morava é monitorada por câmeras, e um computador onde as imagens ficam armazenadas também já foi levado à DH para análise.

CONJUR

Juíza assassinada nunca pediu segurança policial

12 AGO 2011

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, afirmou hoje que a juíza Patrícia Lourival Acioli, assassinada ontem à noite, jamais solicitou segurança policial. O pedido, segundo ele, deve partir dos magistrados. Em 2002, no entanto, por iniciativa própria, o TJ-RJ determinou escolta em tempo integral para a juíza.

"Em 2007, o TJ-RJ chegou à conclusão de que não havia necessidade de continuar com a segurança intensa, com três policiais, e sugeriu a ela que fosse feita por um PM". O presidente do TJ-RJ à época era o desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro. A juíza, segundo Santos, dispensou a escolta, e desde então estava sem segurança.

O desembargador, que assumiu a presidência este ano, informou não ter sido comunicado pela juíza sobre quaisquer ameaças a ela. Santos descreveu Patrícia como uma pessoa muito trabalhadora, extremamente rigorosa e corajosa.

"Enfrentava grupos perigosos que atuavam na região: milícias, bicheiros e quadrilhas de transporte clandestino. Posso afirmar com absoluta certeza que este crime não ficará impune. É uma questão de honra para a magistratura fluminense", disse o presidente do TJ-RJ.

O desembargador afirmou ainda ter recebido uma ligação do secretário de Estado de Segurança, José Mariano Beltrame, informando que todas as forças de segurança do Rio estão à disposição.

O presidente do TJ-RJ anunciou a criação de uma comissão de três juízes que farão um mutirão para julgar os casos de maior periculosidade na 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, que era comandada pela vítima. "Os responsáveis pelo crime, quando identificados, serão transferidos para presídios federais, de segurança máxima, longe daqui", disse. "Estou exausto, amargurado, mas esses grupos não vão nos intimidar".

CNJ

Corregedoria pediu reforço de segurança para juízes ameaçados

12 AGO 2011



Há três meses, a corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, pediu aos tribunais para reforçar a segurança dos magistrados ameaçados, especialmente aqueles das varas criminais e de execuções penais. No mesmo ofício, ela solicitou a relação de todos os magistrados ameaçados de morte em decorrência de sua atuação. São 87 magistrados ameaçados, mas alguns tribunais não responderam.

As informações foram repassadas, na tarde desta sexta-feira (12/08), pela ministra Eliana Calmon, durante entrevista coletiva na qual ela se pronunciou sobre o assassinato da juíza Patrícia Acioli, durante a madrugada, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

De acordo com a corregedora, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) informou que 13 magistrados, entre eles sete desembargadores, estão com proteção especial, por causa de ameaças. A ministra Eliana Calmon destacou que na relação que recebeu do TJ não consta o nome da juíza Patrícia Acioli.

“A democracia foi atingida no que há de mais importante em termos de segurança para a nação, que é o Judiciário”, reagiu a ministra, lembrando que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está ao lado dos juízes. Além de pedir informações aos tribunais, o CNJ criou um grupo de estudo para uma avaliação global da segurança da magistratura nacional.

A comissão é formada de dois juízes auxiliares da Corregedoria, um policial federal e um membro do Ministério Público. “Desta forma, estamos tentando levantar todos os aspectos de segurança” para decidir o que fazer, explicou a ministra.

Representações – Eliana Calmon informou que foram registradas quatro representações contra Patrícia Acioli, todas elas arquivadas porque eram “imotivadas”. “Essas representações são comuns a todos os juízes que agem de uma forma mais rigorosa”, afirmou. “Há meses, verificamos que o PCC (Primeiro Comando da Capital) havia formulado na Corregedoria nada menos que 40 representações contra uma juíza. Os próprios bandidos fazem representação ao Conselho dos Magistrados”, informou.

A corregedora informou que Patrícia Acioli não pediu providências ao CNJ nem a Corregedoria Nacional de Justiça. Ela acrescentou que a Corregedoria tem atendido os pedidos de proteção feitos por magistrados, e citou o caso de uma juíza de Pernambuco, que está ameaçada de morte, porque, assim como Patrícia, julga processos contra grupos de extermínio. A juíza pernambucana está com escolta 24 horas por dia e solicitou um carro blindado. Como o Tribunal de Justiça não dispunha do veículo, a Corregedoria Nacional repassou ao TJ um carro blindado para uso da magistrada.

“Todas as vezes que o magistrado em perigo se dirige à Corregedoria, nós fazemos o que está ao nosso alcance. Só posso lamentar, como magistrada, como cidadã brasileira, esse bárbaro ataque”, afirmou. Segundo ela, o delegado de polícia, responsável pela investigação do assassinato, informou que se trata de crime praticado por grupo de extermínio.